

FACULDADE FAIPE

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO BACHARELADO EM DIREITO

CUIABÁ – MT

SUMÁRIO

1. CONTEXTUALIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO DE ENSINO, 5
 - 1.1. Identificação da Mantenedora, 5
 - 1.2. Perfil e Missão da Instituição, 5
 - 1.3. Dados Socioeconômicos e Socioambientais da Região, 6
 - 1.4. Breve Histórico da Instituição, 9
2. CONTEXTUALIZAÇÃO DO CURSO, 14
 - 2.1. Justificativa para Criação e Existência do Curso, 14
 - 2.2. Processo de Implantação e Consolidação do PPC, 17
 - 2.3. Coerência entre o PPC: Contexto Educacional, Necessidades Locorregionais, Missão, DCN's e Perfil do Egresso, 19
 - 2.4. Particularidades do PPC que Ressaltam a Identidade do Curso, 21
 - 2.4.1. A Pesquisa no Curso de Direito, 24
 - 2.5. Informações Gerais do Curso, 26
 - 2.5.1. Atos Legais, 26
 - 2.5.2. Número de Vagas Autorizadas, 26
 - 2.5.3. Conceito Preliminar do Curso, 26
 - 2.5.4. Nota Enade, 24
 - 2.5.5. Protocolo de Compromisso, 26
 - 2.5.6. Turno de Funcionamento do Curso, 26
 - 2.5.7. Carga Horária Total do Curso, 26
 - 2.5.8. Prazo Mínimo para Integralização do Curso, 26
 - 2.6. Coordenador do Curso, 26
 - 2.6.1. Perfil do Coordenador do Curso, 26
 - 2.6.2. Atuação do Coordenador, 27
 - 2.6.3. Experiência Profissional, de Magistério Superior e de Gestão Acadêmica do Coordenador, 28
 - 2.7. Titulação do Corpo Docente do Curso, 28
 - 2.8. Composição do Núcleo Docente Estruturante, 29
 - 2.8.1. Atuação do Núcleo Docente Estruturante, 29
 - 2.9. Relação de Convênios Com Outras Instituições, 32
 - 2.10. Articulação da Gestão do Curso com a Gestão Institucional, 32
 - 2.11. Políticas Institucionais no Âmbito do Curso, 33
 - 2.11.1. Articulação Ensino, Pesquisa e Extensão, 36
 - 2.12. Objetivos do Curso de Bacharelado em Direito, 38
 - 2.12.1. Objetivo Geral, 38
 - 2.12.2. Objetivos Específicos, 38
 - 2.13. Perfil Profissional do Egresso, 39
3. ESTRUTURA CURRICULAR, 42
 - 3.1. Organização Curricular, 42
 - 3.2. Estrutura Curricular e Dimensionamento da Carga Horária, 45
 - 3.3. Conteúdos Curriculares, 48
4. METODOLOGIA, 83
5. ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO, 85
6. ATIVIDADES COMPLEMENTARES, 93
7. TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO – TCC, 99
8. AÇÕES DECORRENTES DO PROCESSO DE AVALIAÇÃO DO CURSO,
9. SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE ENSINO E

APRENDIZAGEM, 111

10. . SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO PROJETO DO CURSO, 115

11. PROGRAMA DE MONITORIA, 118

12. PROGRAMA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA, 121

13. TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO NO PROCESSO DE ENSINO APRENDIZAGEM, 122

14. FORMAS DE ACESSO AO CURSO, 124

15. APOIO AO DISCENTE, 125

16. POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL, 132

17. RESPONSABILIDADE SOCIAL, 133

18. POLÍTICAS DE DIREITOS HUMANOS, 136

19. RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS, 137

20. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS, 138

1. CONTEXTUALIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO DE ENSINO

1.1. IDENTIFICAÇÃO DA MANTENEDORA

DADOS GERAIS DA MANTENEDORA

Código da Mantenedora: 13538

Razão Social: INSTITUTO DE PESQUISA E ENSINO LTDA

CNPJ: 08.580.844/0001-60

Endereço: Av. Das Flores, 75 – Jardim Cuiabá

Município: Cuiabá UF: MT

CEP: 78043-132

Fone: (65) 36247544

Dirigente da Mantenedora

Dr. MARCUS VINÍCIUS CREPALDI

CPF/MF: 487.323.031-49

Fone: 65 3624-7544 – 65 9981524505

DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DA MANTIDA

Código da Mantida: 14869

Identificação: Faculdade FAIPE

Sigla: FAIPE

Base legal da IES: Credenciada pela Portaria do MEC nº 620 de 17/05/2012 – DOU seção 1, página 23 de 18/05/2012. Alteração de Denominação de IES Portaria 367/2017. Recredenciada pela Portaria 678 de 20/08/2020. Credenciada EaD pela Portaria 825 de 14/10/2020.

Categoria Administrativa: Faculdade

Disponibilidade do Imóvel: Cedido

Endereço: Av. das Flores, 75 – Jardim Cuiabá

Município: Cuiabá UF: MT

CEP: 78043-132

Fone: (65) 36247544

Direção Geral: Marcus Vinícius Crepaldi

Procurador Educacional Institucional: Evandro Luiz Echeverria

1.2. PERFIL E MISSÃO DA INSTITUIÇÃO

Atender aos anseios da educação superior, através do ensino, da pesquisa e da extensão, para formação de recursos humanos competentes e com habilidades para contribuir com o desenvolvimento científico, econômico, social, ambiental e cultural de Cuiabá e região, na perspectiva de melhoria de qualidade de vida da população.

Considerando a área de abrangência institucional circunscrita à Cuiabá, capital do Estado de Mato Grosso e a possibilidade de projeção para o interior do Estado, a FAIPE procura atender as necessidades e demandas da região, de forma a contribuir no seu desenvolvimento e preparar profissionais competentes, que promovam a sustentabilidade local e ajude a sedimentar os fatores socioculturais, políticos e econômicos como elementos essenciais para o fortalecimento integrado da sociedade.

A Instituição com o intuito de atender aos anseios dos determinantes sociais de Cuiabá e região assume o compromisso de cooperar com o processo de desenvolvimento regional sustentável, uma vez que proporcionará aos seus alunos instrumentos técnico-científicos relevantes em seus cursos, que são úteis e básicos à elaboração de políticas públicas. A interação dos conteúdos com aspectos inerentes às questões sociais, políticas e ambientais exigidas no mundo atual, possibilitará a formação de recursos humanos capazes de atuar em prol do desenvolvimento científico, social, cultural, ambiental e econômico sustentável.

Desejosa de poder contribuir com o desenvolvimento de determinadas áreas, vem analisando ocupar novas posições no Estado, buscando favorecer a formação de profissionais que, na maioria das vezes, não podem deixar sua cidade para estudar e, ao mesmo tempo, poder realizar em conjunto com o poder público dessas regiões, a melhoria na qualidade de vida desses cidadãos, promovendo o seu bem estar.

É salutar, portanto, que uma instituição de educação procure manter a continuidade e a promoção do desenvolvimento social. Isto implica um desenvolvimento não só com característica econômica, mas também social. O acadêmico em seu processo de transformação deverá ser iniciado num trabalho institucional de aprimoramento de sua autonomia, pelo pensar por si mesmo, fortalecendo seus próprios ideais, opiniões, discernimento, crítica e, principalmente, conhecendo a realidade do mundo. Quando a abertura para essa realidade é possibilitada, a Instituição passa a assumir seu compromisso social e o aluno começa a compreender sua própria responsabilidade.

Em sua missão a FAIPE evidencia o compromisso, isto é, o papel que se propõe a desempenhar perante a sociedade e também os benefícios que trará para a coletividade. A missão caracteriza-se, portanto, por ter uma função social dentro de um contexto global, sem perder o foco da regionalidade.

Com esse propósito, a Instituição promove a educação superior articulando a integração entre o ensino, a pesquisa e a extensão, na perspectiva de preparar indivíduos para agir na incerteza, dotados de competências e habilidades que lhes permitam propor alternativas de solução para problemas existentes e emergenciais oriundos da comunidade e região. Assim sendo, é seu propósito formar profissionais capazes de atuar, interferir em sua própria realidade e contribuir de forma efetiva, na transformação para melhorar o

ambiente onde vivem.

A FAIPE deixa implícito em sua missão e explícito em suas ações que a relação entre ensino, pesquisa, extensão, de forma bem articulada, efetivará mudanças significativas no processo de formação profissional e fortalecerá os atos de aprender, de ensinar e de formar profissionais cidadãos.

A missão da Instituição perspectiva, portanto, um trabalho de responsabilidade, uma vez que procura romper disfunções tradicionais das barreiras puramente disciplinares e rígidas nos diferentes campos do saber; dá suporte para uma visão transformativa, envolvendo a realidade mato-grossense, de modo a contribuir na solução das problemáticas regionais que pressupõem o diálogo, a contraposição, integração e a interdisciplinaridade.

A FAIPE através de suas ações de ensino, pesquisa e extensão busca responder concretamente aos anseios da sociedade civil, atuando como propulsora do processo do desenvolvimento e fortalecimento da cidadania, objetivando ser reconhecida como uma Instituição que trabalha a serviço da sociedade. E essas políticas são significativas, relevantes e possibilitam a integração entre a FAIPE e a sociedade como princípio de uma atuação que, além de permanente, deve se alargar cada vez mais, promover a socialização de conhecimentos produzidos e acumulados na academia; estimular projetos voltados para as diferentes áreas do saber e enfrentar o desafio de trazer para dentro da Instituição oportunidade de trabalhar uma formação holística.

A missão se materializa nessas políticas como ações de inserção na comunidade, uma vez que considera essa reciprocidade como um trabalho de mão dupla, onde ambas se alimentam, trocam experiências e fortalecem suas ações.

1.3. DADOS SOCIOECONÔMICOS E SOCIOAMBIENTAIS DA REGIÃO

O Estado de Mato Grosso situa-se no centro da América do Sul e é o Portal da Amazônia. Com uma população de 3.526.220 habitantes, representando 1,6% da população do país. Possui 141 municípios e é o terceiro estado brasileiro em dimensão territorial, com a área de 901.420 Km², representando 10,55% do território nacional e ainda ocupa estratégica posição geopolítica em relação às Américas.

Destaca-se pela diversidade de seus recursos naturais caracterizados por três ecossistemas distintos: o pantanal, o cerrado e o amazônico, como também pelas bacias hidrográficas do Paraguai, do Amazonas e do Araguaia-Tocantins que banham o Estado.

O Estado de Mato Grosso vem se destacando nas últimas décadas, pelo dinamismo econômico, pela posição de destaque no agronegócio brasileiro e pela sua contribuição à expansão das exportações brasileiras. Ao mesmo tempo, o Estado ganha evidência pela exuberância de seus recursos naturais e pela diversidade dos seus ecossistemas, sobre os quais a expansão econômica vem gerando uma intensa pressão antrópica. A história recente de Mato Grosso se caracteriza pelo intenso e rápido processo de ocupação da fronteira agrícola com a penetração da moderna agropecuária que projeta o Estado como um importante polo produtor e exportador do Brasil.

Ao longo de quase 20 anos, Mato Grosso apresentou crescimento do valor monetário no Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil em 2019, saindo de R\$ 71,4

bilhões em 2010 para R\$ 123,83 bilhões. Já a taxa de crescimento real da economia do Estado em 2017 foi de 12,1%, bem superior ao crescimento da economia brasileira segundo o IBGE.

A economia de Mato Grosso cresceu 12,1% no ano de 2017, de acordo com o resultado do Produto Interno Bruto (PIB), divulgado oficialmente na quinta-feira (14) pela Secretaria de Planejamento e Gestão (Seplag), em parceria com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Trata-se da maior taxa de crescimento do PIB em volume entre as unidades da Federação.

Os dados fazem parte do levantamento técnico das “Contas Regionais: Produto Interno Bruto de Mato Grosso em 2017”, elaborado pela Coordenadoria de Estudos Socioeconômicos da Seplag, e está disponível para consulta no site da Secretaria. Entre os setores que contribuíram para o comportamento da economia local no período estão a agropecuária (45,2%), a indústria (2,0%) e serviços (3,2%).

De acordo com o relatório, o valor do PIB de Mato Grosso gerado em 2017 está estimado em R\$ 126,81 bilhões, resultando em um PIB per capita de R\$ 37 mil, o quinto maior valor per capita entre os estados brasileiros, atrás do Distrito Federal, São Paulo, Rio de Janeiro e Santa Catarina.

Em ranking das unidades da Federação no ano de 2017, Mato Grosso ocupou a 13ª colocação, considerando-se o PIB nominal (em valores correntes), ou seja, a 13ª economia regional do país.

Em termos relativos, a economia mato-grossense participa com cerca de 1,9% da economia nacional e cerca 19 % da economia do Centro-Oeste.

A atividade agropecuária registrou em 2017 um crescimento acumulado de 45,2% em relação ao ano anterior, impulsionado pela produção agrícola, em especial de soja; pela recuperação da produção de milho e boa participação do algodão no cenário regional e nacional.

Já o resultado do desempenho do setor da indústria adveio da indústria de transformação, em particular da indústria de alimentos e da fabricação de álcool e biocombustíveis. A atividade de construção civil permaneceu com retração em volume no ano de 2017 pelo terceiro ano consecutivo.

O setor de serviços, em 2017, foi alicerçado no desempenho do comércio, destaque para o comércio varejista; e dos serviços de transporte, inerentes à escoação da produção agropecuária.

Seis dos 141 municípios mato-grossenses estão entre os 50 maiores PIB per capita (Produto Interno Bruto por habitante) do país – Campos de Júlio, Santa Rita do Trivelato, Nova Ubiratã, Sapezal, Alto Taquari e Diamantino.

Segundo os números do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2016, últimos divulgados pela instituição, o maior PIB per capita mato-grossense, Campos de Júlio, distante 526 km de Cuiabá no sentido Oeste, ocupa a oitava posição no ranking nacional, com R\$ 202.309,42, valor superior 6,6 vezes à média nacional, de R\$ 30.548,40, e 5,4 vezes à média estadual, de R\$ 37.462,74. O primeiro do ranking nacional é o município paulista de Paulínia, com R\$ 314.637,69.

O segundo e terceiro colocados no ranking estadual estão localizados no Médio Norte mato-grossense. São Santa Rita do Trivelato, com R\$ 167.966,16, e Nova Ubiratã, com R\$ 115.474,99. Nacionalmente, ocupam a 18ª e 39ª posição. Pela ordem, Sapezal, na região Oeste, ocupa o 42º lugar no ranking nacional, com R\$ 113.763,91; Alto Taquari, no Sudeste do Estado, com R\$ 104.237,60, o 48º lugar; e Diamantino, no Centro-Sul, a 49ª posição, com R\$

104.092,58.

Agronegócio

Os seis municípios têm em comum o agronegócio como maior formador de seu PIB, cujo percentual varia de 41,8%, em Campos de Júlio, a 65,81%, em Nova Ubiratã. Os principais produtos cultivados são algodão (39,29% de toda a produção estadual de 2017, último ano divulgado pelo IBGE), milho (17,61%) e soja (15,31%). A soma de seus PIB (R\$ 8,999 bilhões) é equivalente a 7,27% do total estadual de R\$ 123,834 bilhões.

Dentre as mazelas sociais decorrentes da concentração de renda, situam-se no Estado as questões pouco resolvidas em todas as esferas do setor da saúde. O déficit de profissionais, as estruturas precárias e a dificuldade de acesso aos serviços de saúde são fatos marcantes na vida cotidiana da população do Estado.

Essa situação também evidencia a relevância de ampliar o atendimento a saúde integral, que empreenda uma transferência de valores para dimensão social e eleja como perspectiva epistemológica a visão holística de ser humano e, conseqüentemente, de saúde. No que tange aos aspectos educacionais o censo demográfico de 2010 (IBGE) indica a situação ainda delicada no Estado, em que numa população de mais de três milhões de habitantes, apenas 195.040 têm ensino superior completo e 115.541 estavam matriculados no ensino superior, o que totaliza 310.581 graduandos e ou graduados (10,23% da população do estado de Mato Grosso). Considerando-se que o número de habitantes com idade entre 20 a 49 anos é de 1.469.348, o percentual de graduandos e graduados é de 21,14% da população mato-grossense.

No contexto da região Centro-Oeste, encontra-se Cuiabá, capital do Estado do Mato Grosso, com uma população aproximada de 575.480 habitantes (Fonte: IBGE 2014), distribuídos em uma área de 3.538 km². O Produto Interno Bruto (PIB) corresponde a R\$ 12,4 bilhões, com um Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de 0,785 conforme o PNUD em 2013. Cerca de dez anos antes, em 2000, a capital mato-grossense detinha IDHM de 0,692 (desenvolvimento médio). O crescimento do índice em dez anos foi de 13,44%.

Cuiabá, popularmente denominada como Cidade Verde, por ser dotada de vasta arborização, faz limite com os municípios de Chapada dos Guimarães, Campo Verde, Santo Antônio do Leverger, Várzea Grande, Jangada e Acorizal. O município é cercado por três ecossistemas: a Amazônia, o Cerrado e o Pantanal.

A arquitetura da área urbana inicial de Cuiabá, como em outras cidades históricas brasileiras é tipicamente colonial, com modificações e adaptações a outros estilos. Ela foi bem preservada até meados do século XX, mas, após essa época, o crescimento demográfico e o desenvolvimento econômico afetaram o patrimônio arquitetônico e paisagístico do centro histórico.

Cuiabá possui diversos atrativos turísticos por estar situadas em uma região de variadas paisagens naturais, como a Chapada dos Guimarães e o Pantanal e, por ser uma cidade muito antiga, com um valioso patrimônio histórico. Entre as atrações destacam-se as Igrejas do Rosário e São Benedito, o Museu do Rio Cuiabá, o Museu da Imagem e do Som, o obelisco e o marco do centro geodésico da América do Sul, a Catedral Metropolitana, o horto florestal, entre outros.

Além dos locais já citados, existem outros, como o Zoológico, o Museu Rondon (com artefatos indígenas) e o Museu de Arte e Cultura Popular, no

campus da Universidade Federal de Mato Grosso, o Obelisco e o Marco do Centro Geodésico da América do Sul, a atual Catedral Metropolitana, a Igreja de São Gonçalo no bairro do Porto, a Mesquita de Cuiabá, os parques Mãe Bonifácia, Massairo Okamura, Zé Bolo Flô e o Parque Urbano da Vila Militar, com áreas para exercícios físicos e pistas de caminhada e ciclismo, o Horto Florestal, na confluência do rio Cuiabá com o Coxipó e a Arena Pantanal.

A maior parte das indústrias do município está situada no Distrito Industrial de Cuiabá, criado em 1978. Na agricultura, destacam-se as lavouras de subsistência e hortifrutigranjeiros. A cidade gera boa parte da energia consumida pelo estado. Próxima ao Distrito Industrial localiza-se a Usina Termelétrica de Cuiabá. Concluída em 2002, a usina é abastecida por gás natural de origem boliviana.

No ano de 2014 foi escolhida como umas das cidades-sede da Copa do Mundo da FIFA e recebeu grandes investimentos em sua infraestrutura. A cidade ainda não dispõe de ônibus articulado, mas há um novo sistema de transporte em implantação. São duas linhas de VLT, uma ligando o aeroporto até a região do CPA e outra ligando a região do Coxipó até o Centro, podendo ser ampliado até o Distrito Industrial.

Cuiabá conta ainda com o Aeroporto Internacional Marechal Rondon, localizado no município vizinho de Várzea Grande. O aeroporto foi recentemente modernizado e teve um fluxo de 1.671.704 de passageiros no ano de 2009. Há projetos para que até 2016 o aeroporto tenha capacidade para 2,6 milhões de passageiros, com a construção de outro terminal na mesma área.

Segundo CNES/DATASUS, na área da saúde, dos 4.429 estabelecimentos em funcionamento no estado, Cuiabá dispõe de 1.305. Desses, 1.147 são empresas privadas, 132 encontram-se sob a administração direta dos órgãos públicos de saúde e, os demais, se dividem entre entidades beneficentes, fundações, cooperativas e outras. São 89 unidades básicas, sete policlínicas, 13 hospitais gerais e 10 hospitais especializados, dentre os quais estão o Centro de Câncer, o Hospital Jardim Cuiabá, o complexo Hospitalar São Mateus, o Hospital Otorrino, Hospital Santa Rosa e o Santa Helena. Esses estabelecimentos oferecem um total de 2.263 leitos para atender a população do município.

Quanto à educação, Cuiabá é um importante centro educacional de nível médio e superior do Estado do Mato Grosso. É a sede do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso e da Universidade Federal do Estado. Em 2010, dentre as cinco escolas do estado que receberam as maiores notas no ENEM, três delas pertencem à rede ensino do município. Todas as suas 76 escolas de nível médio receberam no ano de 2012 mais de 20 mil matrículas.

1.4. BREVE HISTÓRICO DA INSTITUIÇÃO

O Instituto Crepaldi de Ensino Ltda foi criado em 2017 com o CNPJ 28.533.383/0001-82. Localizada a Rua dos Girassóis, 86, no bairro Jardim Cuiabá, no Estado de Mato Grosso. A responsável legal é a Srta. Melissa Guimarães Crepaldi que exerce a função de Diretora Administrativa e é a representante legal da empresa. O Instituto é o mantenedor da FAIPE que pretende ofertar cursos de EAD e presenciais de graduação e pós-graduação.

A FAIPE entende que uma Instituição de Ensino Superior se constitui numa comunidade pensante que busca desenvolver em seus acadêmicos o espírito empreendedor e crítico, com o compromisso de formar indivíduos com competências e habilidades para pensar, raciocinar, criticar com independência, autonomia e que estabeleçam com a comunidade este espírito crítico.

Refletir sobre a universidade é pensá-la no contexto da sociedade em que está inserida e nas relações com o país, considerando sua totalidade. Nos dias atuais de crise e superação é importante inovar, repensar e criar uma nova formulação dos vínculos entre educação e sociedade, com possibilidades de orientar o trabalho teórico e as decisões políticas.

É o momento em que as instituições devem lançar para si o desafio: a busca de um projeto transformador para a universidade, capacitando-a para a sua real missão que é atender o país, a região, o estado e os seus cidadãos.

É nessa perspectiva que a FAIPE busca um novo olhar para o Ensino Superior. A partir dessa visão inovadora do Ensino Superior um grande desafio se vislumbrou, quando o Prof. Marcus Crepaldi se sentiu desafiado a propor uma nova Instituição de Ensino Superior no estado de Mato Grosso. Maior ainda foi o desafio de pensá-lo num contexto mais próximo: sua dimensão, necessidades, dificuldades, propósitos com a finalidade de promover uma melhoria de sua qualidade sociocultural. É uma grande responsabilidade que obriga ver suas convergências em relação à sociedade a qual está inserida.

O desafio estava posto. A proposta de implantação da FAIPE está presente na trajetória acadêmica do Prof. Dr. Marcus Crepaldi e esse caminhar proporcionou experiências, vivências acumuladas e assim buscar paradigmas que indicassem uma proposta condizente com às necessidades educacionais atuais.

Durante seu percurso nos diferentes níveis escolares teve convivência com sua mãe, a Professora Doutora pela PUC-SP Maria de Lourdes Crepaldi, que por meio de seu dia a dia conviveu com as preocupações do ensino, com trabalhos de pesquisa, percebendo o sentido, a importância de uma instituição para a comunidade e região, observados em seu funcionamento como um todo, com propósitos que se comunicam de modo coerente e coletivo.

No caminhar, a família sentiu a necessidade de trabalhar de forma a buscar um caminho que pudesse contribuir para a melhoria da qualidade de vida da comunidade, proporcionando o bem-estar comum e social. As dificuldades, os descompassos em relação ao ensino eram focos que preocupavam a todos.

O professor Marcus Vinícius Crepaldi, Doutor pela USP, constituiu um grupo de trabalho para pensar essa nova faculdade. O mesmo vem trabalhando com o Ensino Superior no estado, sempre com um olhar histórico e contextualizado. Em suas atividades acadêmicas proporcionou um abrir horizontes para novas posições na educação superior. Atuou desde o início de sua carreira acadêmica como coordenador na graduação, pós-graduação, como professor atuou em cursos de graduação, especialização, mestrado e como diretor de faculdade teve envolvimento com os problemas sociais, desenvolvendo atividades de extensão, aperfeiçoamento e atualização, na busca de alternativas de soluções para os problemas diagnosticados na comunidade.

E no seu pensar acadêmico teve a oportunidade de ver seus acertos, descompassos e convergências em relação à sociedade a que ele servia. Este trabalho provocou-o e ao mesmo tempo incentivou-o a implantar uma faculdade

em conjunto com a sua filha Melissa Guimarães Crepaldi. Impulsionados pelo desejo acadêmico, pai e filha, criaram o Instituto Crepaldi de Ensino.

A FAIPE entende que uma Instituição de Ensino Superior se constitui numa comunidade pensante que busca desenvolver em seus acadêmicos o espírito empreendedor e crítico, com o compromisso de formar indivíduos com competências e habilidades para pensar, raciocinar, criticar com independência, autonomia e que estabeleçam com a comunidade este espírito crítico.

A sociedade atual aponta para a valorização do conhecimento e para a possibilidade de ampliação de novos serviços, mas por outro lado, antigas visões de estabilidade no emprego e de crescente terceirização de inúmeras atividades desenvolvidas por empresas ou órgãos públicos forçam os indivíduos a buscarem aprimoramento pessoal, atualização de conhecimentos e a realização de novas ideias, novas competências e habilidades com o objetivo de aumentar suas chances de sucesso num ambiente mais competitivo. As instituições precisam, cada vez mais, atentarem para a formação de recursos humanos que respondam a esses desafios.

A FAIPE tem como um dos seus objetivos contribuir com as demandas de desenvolvimento socioeconômico, tecnológico e cultural da região onde está inserida, procurando ser uma instituição pensante, livre, crítica e, necessariamente, um centro de excelência, no ensino e em sua relação social com a sociedade. Essa sociedade apresenta-se globalizada e globalizante, exigindo a qualidade dos produtos e do agir das pessoas. Essa sociedade está constantemente a solicitar da Instituição a formação pessoal e do profissional com competências adequadas para mobilizar conhecimentos, atitudes e habilidades.

A concepção de funções da sociedade e da instituição de nível superior vai possibilitar a vivência de ambas como sistemas abertos e comunicantes entre si, numa troca constante e necessária. As inovações, o progresso tecnológico e a economia estão a exigir cada vez mais profissionais competentes e habilitados no nível superior.

A comunicação disponibiliza as informações e os conhecimentos com uma rapidez cada vez mais assustadora, exigindo que o cidadão adquira novas habilidades sociais e cognitivas na busca de competências reais para que possa agir no mercado das incertezas, o que nos remete à educação. Uma educação que possibilite e auxilie na compreensão de si mesmo, dos outros com os quais se relaciona através do conhecimento do mundo. É nesta sociedade que o processo educacional da FAIPE se institui, permitindo a reflexão sobre as diversidades humanas e garantindo-lhe o seu espaço nesta mesma sociedade.

A FAIPE, como Instituição de Ensino Superior está inserida no contexto do Estado de Mato Grosso, mais especificamente no município de Cuiabá. O Estado de Mato Grosso, por todas as suas características sócio-econômico-político-culturais deixa transparecer a necessidade de aprofundamento de saberes que deem conta das problemáticas, da premência de atualização de conteúdos, métodos e técnicas para se lidar com a humanização e com as tecnologias que se apresentam para a construção do saber, saber fazer e a interlocução permanente com a vida. É neste contexto que a FAIPE pretende atuar.

É fundamental que uma Instituição de Ensino Superior procure manter a continuidade e a promoção do desenvolvimento social. O aluno, no Ensino Superior, poderá ser iniciado num trabalho conjunto institucional de

desenvolvimento de sua autonomia, pelo pensar, por si mesmo; fortalecendo seus próprios ideais, opiniões, discernimento, crítica e principalmente conhecendo a realidade do mundo. Quando a abertura para essa realidade é possibilitada, a instituição passa a assumir seu compromisso social e o aluno começa a compreender sua própria responsabilidade. Aqui, a transformação se inicia.

Construir uma cultura considerando a política institucional pensada para a FAIPE constituiu-se num trabalho de responsabilidade, uma vez que rompe disfunções tradicionais das barreiras disciplinares nos diferentes campos do saber. Dá suporte para uma visão transformadora e instiga a investigação na busca da produção de conhecimentos e desenvolve pesquisas, partindo de situações que envolvem a realidade mato-grossense de modo a contribuir na solução de problemáticas da região que pressupõem o diálogo, multidisciplinaridade, a interdisciplinaridade e encarar a complexidade no empreendimento científico.

Em sua proposta a FAIPE tem presente a preocupação com a formação de recursos humanos capazes de atuar e interferir na realidade social, contribuindo para modificações e mudanças, reestruturando e relacionando suas ideias frente às necessidades advindas do contexto. É proposta, portanto, preparar indivíduos para agir na incerteza, dotados de competências e habilidades que lhe permitam a mobilização de esquemas cognitivos e a busca de alternativas de solução para problemas existentes e emergenciais, evidenciados na comunidade e região.

Para atender esta proposta na construção de sua identidade a FAIPE está subsidiada por princípios que norteiam o planejamento e as ações institucionais, que têm reflexos nas atitudes, posturas, valores da comunidade acadêmica considerando o tripé: ensino, pesquisa, extensão.

O Estado de Mato Grosso possui uma população com fortes traços migratórios que condicionam o desenvolvimento cultural e educacional local e apresentam, sempre, repercussões bastante amplas e impelem às demandas sociais difíceis de serem atendidas.

Neste contexto, a FAIPE pretende ocupar uma posição estratégica nesse sistema e contribuir para o desenvolvimento da região por meio da pesquisa, do ensino, pela formação de profissionais que darão suporte a esse desenvolvimento e pela preservação e promoção da melhoria da qualidade de vida da população. Fica evidenciado a concepção de ensino superior que a FAIPEi assumiu e elaborou em seu PDI, tendo em seus objetivos institucionais o compromisso com o desenvolvimento científico, tecnológico, social, político, econômico e cultural de nossa região.

2. CONTEXTUALIZAÇÃO DO CURSO

Nome do Curso: Bacharelado em Direito

Nome da Mantida: Faculdade FAIPE

Endereço de Funcionamento do Curso: Av. Das Flores, 75 – Jardim Cuiabá – Cuiabá – MT

2.1. JUSTIFICATIVA PARA CRIAÇÃO E EXISTÊNCIA DO CURSO

A Instituição, ao decidir pela oferta de cursos superiores, partiu de uma cuidadosa análise tanto da atual configuração socioeconômica brasileira, especialmente quando contextualizada pelo panorama socioeconômico, político e ambiental global, quanto das particularidades do Estado e da região em que está inserida.

O Estado de Mato Grosso situa-se no centro da América do Sul e é o Portal da Amazônia. Com uma população de 3.224.357 habitantes, representando 1,6% da população do país. Possui 141 municípios e é o terceiro estado brasileiro em dimensão territorial, com a área de 901.420 Km², representando 10,55% do território nacional e ainda ocupa estratégica posição geopolítica em relação às Américas.

Destaca-se pela diversidade de seus recursos naturais caracterizados por três ecossistemas distintos: o pantanal, o cerrado e o amazônico, como também pelas bacias hidrográficas do Paraguai, do Amazonas e do Araguaia-Tocantins que banham o Estado.

O Estado vem se destacando nas últimas décadas, pelo dinamismo econômico, pela posição de destaque no agronegócio brasileiro e pela sua contribuição à expansão das exportações brasileiras. Ao longo de quase 20 anos, Mato Grosso apresentou crescimento do valor monetário no Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil em 2011, saindo de R\$ 59,6 bilhões em 2010 para R\$ 71,4 bilhões, um aumento nominal de 19,83%. Já a taxa de crescimento real da economia do Estado foi de 9,9%, bem superior ao crescimento da economia brasileira, fixada em 2,7% em 2011, segundo o IBGE.

Como resultado do seu crescimento diferenciado, Mato Grosso vem aumentando a sua participação no PIB nacional, que era de aproximadamente 0,68%, em 1985, para 1,5% em 2003 para 1,7% em 2011.

O Estado de Mato Grosso (segundo dados do Governo de Mato Grosso) é o maior exportador do Centro Oeste e um dos maiores do Brasil. Em 2010 alcançou cifras de U\$ 8,45 bilhões, com variação no período 2007/2008 de 52,3%. Com isto, a balança comercial do Estado saltou da 10^o para a 8^o posição no ranking nacional. As exportações estaduais representaram 52% do total do Centro Oeste, cujo valor exportado da região alcançou U\$ 14,2 bilhões.

A importância do comércio externo pode ser constatada pelo seu peso na economia, cujo valor no ano de 2008 foi equivalente a 21,5% do PIB do Estado. O fluxo do comércio internacional, que sintetiza o somatório de todas as transações com as exportações e importações, alcançou, em 2008, o valor de US\$ 9,089 bilhões, graças à diversidade de sua pauta de produtos exportados e à conquista de novos mercados.

Em 2010, Mato Grosso foi responsável por cerca de 37% do saldo da balança comercial brasileira. O Estado vende seus produtos para 160 países. O

complexo de soja, carne, milho e arroz ainda são os produtos mais comercializados. Os maiores parceiros comerciais de Mato Grosso, em termos de exportações, continuam sendo a China, os países baixos (Holanda), Suíça, Espanha, Irã e Reino Unido.

O PIB per capita de Mato Grosso fechou em R\$ 23.218,24 no ano de 2011, integrando a lista de estados que apresentaram PIB per capita acima da média brasileira (R\$ 21.535,65). O Produto Interno Bruto (PIB) do agronegócio de Mato Grosso é de R\$ 21 bilhões, conforme estudo do Instituto Mato-grossense de Economia Agropecuária (IMEA), com dados referentes a 2007.

O valor torna o agronegócio responsável por 50,46% do valor do PIB do estado, que é de R\$ 41,5 bilhões no total. Dentre os setores analisados, a agropecuária é responsável por 52,8% do PIB do agronegócio; a distribuição (logística, varejo) por 29,9%; a agroindústria por 11,8% e os insumos por 5,6%.

O Estado de Mato Grosso (segundo dados do Governo de Mato Grosso) é o maior exportador do Centro Oeste e um dos maiores do Brasil. Em 2010 alcançou cifras de U\$ 8,45 bilhões, com variação no período 2007/2008 de 52,3%. Com isto, a balança comercial do Estado saltou da 10^o para a 8^o posição no ranking nacional. As exportações estaduais representaram 52% do total do Centro Oeste, cujo valor exportado da região alcançou U\$ 14,2 bilhões.

No contexto da região Centro-Oeste, encontra-se Cuiabá, capital do Estado do Mato Grosso, com uma população aproximada de 575.480 habitantes (Fonte: IBGE 2014), distribuídos em uma área de 3.538 km². O Produto Interno Bruto (PIB) corresponde a R\$ 12,4 bilhões, com um Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de 0,785 conforme o PNUD em 2013. Cerca de dez anos antes, em 2000, a capital mato-grossense detinha IDHM de 0,692 (desenvolvimento médio). O crescimento do índice em dez anos foi de 13,44%.

Cuiabá conta ainda com o Aeroporto Internacional Marechal Rondon, localizado no município vizinho de Várzea Grande. O aeroporto foi recentemente modernizado e teve um fluxo de 1.671.704 de passageiros no ano de 2009. Há projetos para que até 2016 o aeroporto tenha capacidade para 2,6 milhões de passageiros, com a construção de outro terminal na mesma área.

Quanto à educação, Cuiabá é um importante centro educacional de nível médio e superior do Estado do Mato Grosso. É a sede do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso e da Universidade Federal do Estado. Em 2010, dentre as cinco escolas do estado que receberam as maiores notas no ENEM, três delas pertencem à rede ensino do município. Todas as suas 76 escolas de nível médio receberam no ano de 2012 mais de 20 mil matrículas. A economia de Cuiabá está hoje concentrada no comércio e na indústria. Muitas indústrias estão instaladas no Distrito Industrial de Cuiabá (DIICC) que hoje conta com aproximadamente 51 empresas diversas, com aproximadamente 70% em funcionamento, gerando cerca de 4.890 empregos diretos e mais de 12 mil indiretos.

Em relação ao funcionamento do poder judiciário no município, existem nove varas federais, sendo que duas são juizados especiais federais, além de uma turma recursal. Em 2014, as varas federais da capital cuiabana tiveram 10.021 processos distribuídos, 29.768 processos em tramitação e 5.354 processos julgados.

A Secretaria da Assistência Social e Desenvolvimento Humano da Prefeitura de Cuiabá possui diversos conselhos voltados à proteção e a promoção de direitos de diferentes grupos da sociedade, como o Conselho dos

Direitos da Pessoa Idosa, o Conselho dos Direitos da Pessoa com Deficiência, o Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente e o Conselho dos Direitos da Mulher.

O número de matrículas em instituições de ensino superior em 2012 em Cuiabá foi de 45.514, segundo dados do INEP. A taxa de escolarização, que mede o total de matrículas no ensino superior em relação à população na faixa etária teoricamente adequada a frequentar esse nível de ensino, é estimada em 59%. Essa taxa de escolarização calculada pelo IBGE demonstra claramente as deficiências do setor de ensino superior em relação aos jovens que residem no município. Ainda de acordo com dados do INEP, em 2013 foram 112.560 candidatos inscritos em processos seletivos para as 22.160 vagas oferecidas pelas instituições de ensino superior no município.

Segundo informações obtidas no sistema e-MEC, existem hoje outras 18 instituições de ensino superior além desta no município, sendo que apenas sete oferecem o curso de Direito.

Instituição(IES)	Nome do Curso	C C	CP C	ENAD E	Vagas Autorizada s
(UFMT)	(1) DIREITO	4	4	5	100
(UNIC / UNIME)	(16817) DIREITO	4	3	3	624
(UNIC / UNIME)	(66080) DIREITO	-	-	2	280
(UNIC / UNIME)	(96136) DIREITO	-	2	3	120
(INVEST)	(59482) DIREITO	3	3	2	80
(FCR)	(96004) DIREITO	4	2	2	200
(INSTITUTO DE ENSINO SUPERIOR DE CUIABÁ)	(1441878)DIREITO	4	-	-	100
FACULDADE EDUCAREMT	(1454871)DIREITO	4	-	-	100
(IESMT)	(5000953) DIREITO	-	-	-	100

Com a oferta do curso de Direito, a FAIPE está contribuindo para a ampliação das oportunidades de acesso à formação superior em uma área cuja atual oferta não é capaz de absorver as demandas da sociedade e do mercado de trabalho.

A oferta do Curso de Direito pela FAIPE está alinhada com os objetivos e metas do Plano Nacional de Educação (Lei nº 10.172/2001) no tange aos seguintes aspectos: aumenta a oferta de vagas no ensino superior para estudantes na faixa etária de 18 a 24 anos, residentes na sua região de inserção, contribuindo para elevação da taxa líquida de matrículas nesse nível de ensino; contribui para a redução das desigualdades regionais na oferta de educação superior; diversifica regionalmente o sistema superior de ensino, introduzindo um curso de grande importância socioeconômica.

De acordo com os dados do Siedsup (acesso em 2017), no município há 9 instituições de ensino superior que oferecem vagas em Cursos de Graduação em Direito. Em conjunto, essas instituições de ensino superior oferecem 1.760

vagas anuais.

A importância do Curso de Direito na localidade pode ser observada a partir de dados relacionados às possibilidades de inserção profissional relativo à composição dos órgãos da administração da justiça e segurança, ao número de advogados inscritos em Cuiabá, aos espaços existentes para absorção de estágios e ao acesso às fontes e acervo de livros jurídicos.

O mercado de trabalho para o profissional do Direito é deveras amplo, podendo o bacharel ingressar nas carreiras tradicionais do Direito, tal como a Magistratura, o Ministério Público, a Advocacia Geral, a Defensoria Pública, dentre outras, bem como exercer a advocacia como profissional liberal. Possibilidade de o graduado ingressar e atuar em inúmeras novas funções que surgem com a dinâmica do mundo moderno, como consultorias a empresas, orientação jurídica e tantas outras que se apresentam aos profissionais capacitados na ciência jurídica.

2.2. PROCESSO DE IMPLANTAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO PPC

A FAIPE busca implantar seus cursos de acordo com as prioridades e necessidades sociais, econômicas, políticas e ambientais da região. Portanto, sua gradual implantação vem ocorrendo tendo em vista as prioridades regionais, mas sempre considerando a viabilidade de instalação, infraestrutura física adequada à realização das atividades do curso. Assim considerando a IES, buscou no cotidiano de suas ações, o diagnóstico para estabelecer o vínculo com a sociedade na qual está inserida, retirando dela seus problemas, suas dificuldades para contribuir com ações significativas e transformações que representem mudanças sociais.

Nessa perspectiva, o processo de construção do PPC foi elaborado através de uma rotina gradual de planejamento do curso, definidos por meio de critérios previamente discutidos e sistematizados. Assim, semestralmente, desenvolve-se a semana do planejamento, quando são discutidas propostas das diferentes disciplinas, sempre considerando os aspectos legais para a formatação dos mesmos.

Os conteúdos elencados em todas as disciplinas são discutidos entre os professores, o NDE e a Diretoria Acadêmica buscando sempre a sequência horizontal e vertical das mesmas. Os momentos coletivos caracterizam-se pela discussão e análise conjunta com vistas ao atendimento interdisciplinar e a integração teoria e prática. Os momentos individuais referem-se à sistematização da proposta propriamente dita pelos professores. No decorrer do semestre, tanto à Coordenação quanto o NDE do curso e a Diretoria Acadêmica acompanham o desenvolvimento do ensino e da aprendizagem, buscando garantir o efetivo cumprimento dos conteúdos programáticos, conforme a sua significância no contexto do curso, para o atendimento do perfil do profissional desejado.

O trabalho periódico do Núcleo Docente Estruturante auxilia no processo de acompanhamento, avaliação e execução do PPC e, o Conselho de Curso e o Conselho Superior (CONSUP) promovem discussões, análises e deliberações importantes no processo de consolidação do Projeto Pedagógico.

O planejamento cotidiano do curso possui caráter cooperativo, onde são discutidos assuntos de currículos, conteúdos, avaliação, bibliografia, formas de integração e busca constante da interdisciplinaridade. Essas ações buscam aperfeiçoar gradativamente as atividades do curso, através do desenvolvimento de práticas pedagógicas inovadoras, que despertem no educando o prazer de aprender de forma ativa e crítica.

Esse trabalho de planejamento é orientado pelo NDE e CPA, que em conjunto com a equipe docente e Coordenação tem contribuído para a melhoria da qualidade do ensino.

Objetivo

Ter unanimidade no trabalho docente em relação aos elementos do planejamento;

Ser um guia orientador para as ações didático – metodológicas.

Participação

Envolvimento de todos os docentes, Direção Acadêmica, Psicopedagoga e NDE.

Realização

Semestralmente

Procedimentos

Discussão sobre:

Filosofia Institucional;

Metodologia;

Avanços tecnológicos ;

Perfil do egresso;

Integração curricular Currículo;

Avaliação;

Diferentes atividades pertinentes ao curso Conteúdos

Roteiro para análise do planejamento das disciplinas que compõem o curso Proposta de um plano de ensino para nortear as ações dos professores Instrumento analítico para orientar e rever a prática do professor durante o planejamento para que reconheçam em suas ações fatores que limitam sua atuação e oportunizam situações onde eles possam alterná-las percebendo, descobrindo, que se trabalhar de forma diferente, não como técnico, reproduzidor de ideias alheias, suas práticas terão resultados mais significativos.

Acompanhamento das ações

O acompanhamento das ações é realizado pela Coordenação de Curso, com o apoio do NDE e com o subsídio da Direção Acadêmica.

Quando da realização do planejamento este é realizado sempre de forma coletiva, sendo que, no primeiro momento, acontece uma reflexão com todos os envolvidos da IES e no segundo momento, os cursos reúnem-se em suas individualidades para a elaboração dos planejamentos específicos.

Execução e acompanhamento.

Objetivos

Colocar em prática o planejado

Avaliar a prática docente, acompanhando de forma sistemática o desenvolver de suas ações.

Participação

Todos os docentes, NDE e Diretoria Acadêmica.

Realização (procedimentos)

Foram considerados os seguintes elementos para análise: Plano de ensino

Plano de aula Conteúdos Metodologia Bibliografia

Atividades de ensino aprendizagem Atividades complementares

Quadro analítico para o acompanhamento das aulas atendendo os movimentos do saber fazer, pensar o fazer e a reflexão sobre e a ação e reflexão na ação.

Dinâmicas de pequenos e grandes grupos sobre os elementos constitutivos do planejamento na sua relação teoria e prática.

Fichas de avaliação – aplicadas aos alunos em relação as atividades da pratica docentes.

Autoavaliação do curso

Acompanhamento e Avaliação

Esta etapa será realizada por: Coordenação de Curso, NDE, CPA, Diretoria Acadêmica e Psicopedagogia.

2.3. COERÊNCIA ENTRE O PPC: CONTEXTO EDUCACIONAL, NECESSIDADES LOCORREGIONAIS, MISSÃO, DCN'S E PERFIL DO EGRESSO

As Diretrizes Pedagógicas da FAIPE orientam os esforços da Instituição para a busca da excelência no ensino, na pesquisa e na extensão, atividades essas entendidas como indissociáveis, às quais se deve conferir eficiência e a eficácia em atendimento às demandas da sociedade contemporânea e do mercado de trabalho que, acompanhando a escalada no acesso generalizado à informação, tem exigido princípios éticos cada vez mais sólidos na atuação dos profissionais de todas as áreas.

Na definição dessas Diretrizes estão presentes os resultados de extensas discussões e de atento acompanhamento das mais recentes tendências educacionais e sociais, de forma que a adequação dos produtos educacionais oferecidos possam estar sempre em sintonia com as necessidades e tecnologias que a cada dia surgem, se alteram e renovam.

Como centro de produção e difusão do saber é crucial que a Instituição configure-se em espaço de discussão de ideias e concepções de mundo múltiplas e até mesmo contraditórias, reflexo direto dos aspectos múltiplos e muitas vezes controversos da realidade.

São encorajadas as diferentes visões geradas pelas naturezas específicas de cada curso oferecido, na expectativa de que seu confronto e intercâmbio gerem novos pontos de vista sobre questões antigas e

novas, levando à formação de novas possibilidades e conhecimentos. Todo empreendimento é político em maior ou menor grau, diferenciado, contudo pelo seu grau de comprometimento com os princípios éticos que levam a sociedade ao seu real desenvolvimento, por meio do aprimoramento moral de seus membros.

As Diretrizes constituem orientações estratégicas da organização institucional para o planejamento e a condução das atividades acadêmicas, de modo a definir e implementar direções a serem agregadas ao PPC. Oferecem, ainda, condições para a integração e a efetivação no contexto locorregional, de todos os projetos pedagógicos com base em parâmetros bem definidos, referenciados pela missão da Instituição, por sua vocação e objetivos, pela norma legal e pelo contexto social, político, econômico e cultural no qual está inserida.

O alinhamento para proporcionar a coerência entre o PPC do curso e o contexto educacional às necessidades locorregionais, a missão da instituição, as Diretrizes Curriculares Nacionais do curso, o Plano de Desenvolvimento Institucional e o perfil do egresso que pretendemos formar são garantidas pelo acompanhamento e avaliação do desempenho Institucional. Reúnem os indicadores para a tomada de decisões, a preservação e a reavaliação necessárias à adequação constante do planejamento institucional com as necessidades das dez dimensões que contemplam o Projeto de Autoavaliação e com as Diretrizes preconizadas pelo MEC.

O desafio do Curso de Direito, portanto, será o de suprimir o distanciamento entre o ensino do direito e a realidade social, bem como entre as próprias áreas de conhecimento jurídico, o que requer mudanças do modelo tradicional de ensino.

O resultado pretendido é a formação de profissionais com visão profunda da sociedade que exerçam pensamento crítico voltado para a formulação de políticas públicas nas quais o humanismo e o desenvolvimento social sejam a tônica, que reconheçam as demandas de minorias, questões de soberania e as relacionadas com a economia de mercado, preparadas para as mudanças culturais, sociais, políticas, econômicas.

Nesse contexto, a organização da FAIPE busca integrar e articular o PPC e estimular a prática multidisciplinar e interdisciplinar da extensão e das demais atividades extracurriculares, correlacionando-as e vinculando-as ao ensino no curso.

As transformações sociais e o desenvolvimento científico-tecnológico acelerado, aliados à expansão das bases de conhecimento em todos os campos do saber, tornam imperiosa a definição de orientações compatíveis com o estado de desenvolvimento do conhecimento e da realidade social. Deverão, assim, contemplar a mudança de foco do processo ensino/aprendizagem, cuja ênfase vem se deslocando do predomínio da aquisição de conhecimentos para privilegiar a capacidade de aprender a aprender, realçada pelas Diretrizes Curriculares Nacionais, envolvendo o desenvolvimento das capacidades de integração e de crítica das informações e das competências atuais, bem como de busca de novos conhecimentos e incorporação de novas tecnologias, desenvolvendo a habilidade de avaliá-las e selecionar criticamente as mais pertinentes.

Na elaboração do PPC do Curso de Direito utilizamos algumas orientações gerais para proporcionar a coerência, a articulação e a consolidação dos diferentes elementos constitutivos do PPC, tais como, as Diretrizes Curriculares Nacionais, Diretrizes Pedagógicas Institucionais, o contexto educacional e a realidade que o curso está inserido e a missão institucional.

Orientações no seu processo:

- As linhas orientadoras do MEC e outros órgãos de competência acadêmica no ensino superior;
- As Diretrizes Curriculares do curso que orienta as reflexões, análise de currículos e conteúdos;
- O processo de avaliação ligado a programa de desenvolvimento e aperfeiçoamento do trabalho docente;
- Diretores, coordenadores, professores e alunos devem envolver-se na avaliação que conduz a mudança;
- Na medida que estimula a participação dos envolvidos no processo, forma-se hábitos de escuta, de liberdade de análise, de direito ao erro e de procura de soluções conjuntas ou combinadas;

- Levantamento das características da clientela do curso e das características socioeconômicas da região onde a instituição está inserida;
- Analisar o mercado de trabalho para verificar sua saturação ou áreas emergentes e novos enfoques;
- Um balanço do que se tem feito e do que merece alteração;
- Os professores possuem apoio didático pedagógico em nível institucionalizado;

Essa coerência do PPC com os aspectos referentes ao contexto educacional, as necessidades locorregionais, a missão, aos DCN's, PDI e perfil do egresso tem a responsabilidade e o compromisso com a formação do profissional-cidadão, com a formação humanística, ética e científica, com conhecimentos, habilidades e competências que permitam ao discente decidir e atuar com segurança e propriedade para atender as necessidades da população e da sociedade em geral.

2.4. PARTICULARIDADES DO PPC QUE RESSALTAM A IDENTIDADE DO CURSO

As Diretrizes Institucionais por meio de suas orientações estratégicas possibilitam a coerência entre o PDI e os Projetos Pedagógicos dos diferentes cursos da FAIPE. A existência de uma linha orientadora subsidiada pelas orientações do MEC, pelas Diretrizes Curriculares, o contexto educacional e as necessidades locorregionais são extremamente relevantes para proporcionar a coerência entre os projetos dos cursos da IES, no entanto, cada um dos cursos possui certas características que os diferenciam entre si e que permitem criar uma identidade única em relação aos outros cursos da Instituição e de outras instituições de ensino.

Destaca-se o perfil do profissional de Direito que é considerado uma particularidade relevante na identidade do curso. A sua proposta é discutida entre os órgãos colegiados, NDE, professores, alunos e possibilitam uma visão ampla do profissional que se pretende formar para a sociedade e, dessa forma, todos se sintam responsáveis e comprometidos com o curso. Assim, o perfil do egresso tem compromisso com uma proposta pedagógica integradora de formar o

cidadão com competências e habilidades que lhe permita adquirir autonomia intelectual no enfrentamento de diferentes tipos de situações reais do cotidiano.

O delineamento do perfil possui aspectos relevantes uma vez que a formação do discente acontecerá através do desenvolvimento de habilidades que decorrem das competências adquiridas e referem-se ao plano imediato de saber fazer. Consiste num conjunto de competências e habilidades necessárias à aquisição de valores, hábitos e conhecimentos fundamentais ao alicerce do profissional. Essas habilidades e competências estão implícitas nos conteúdos e nas atividades de aprendizagem.

A organização curricular é também um diferencial, pois o currículo é para o curso um instrumento vivo, dinâmico, articulando e integrando as disciplinas e, até mesmo, prevendo e antepondo-se as mudanças, aos avanços tecnológicos, as mutações do mercado profissional, atento aos movimentos sociais e econômicos regionais e nacionais, por sua orientação à flexibilidade. A efetivação da organização curricular, o balanceamento da carga horária entre as disciplinas com o perfil humanista, social e profissionalizante possuem a finalidade de proporcionar uma formação básica que assegure o domínio dos conhecimentos fundamentais em cada área de atuação do profissional que se pretende formar.

O perfil do profissional e a estrutura curricular se alinham ao contexto, uma vez que, o curso foi estruturado com dados diagnosticados das reais necessidades de Cuiabá e região e, dessa forma, a estrutura delineada permite fomentar e desenvolver uma postura analítico-crítica e a atitude científica, através da integração das disciplinas, formando uma integralização curricular única.

Outro aspecto considerado relevante no PPC do Curso de Direito é a elaboração de currículo e a sua interrelação com os conteúdos do curso. A matriz curricular permitiu a seleção e organização dos conteúdos, considerando as competências e habilidades, numa correlação imediata com o perfil profissional pretendido. Na elaboração curricular, algumas disciplinas, por suas características de caráter

integrador são selecionadas para discutirem temas de relevância social, cultural e ambiental, com perspectiva efetiva de interdisciplinaridade.

Os conteúdos presentes no curso representam subsídios das diferentes ciências para a formação do profissional. Por serem oriundos de diversas áreas são apresentados de forma articulada, permitindo aos professores de diferentes disciplinas, afins ou não, a compreensibilidade sobre quais conteúdos são essenciais e, sobre que enfoque deve ser desenvolvido para atender o estabelecimento da relação entre teoria e prática.

A metodologia adotada tem relevância e caracteriza-se no curso como elemento que serve de suporte metodológico para todas as ações desenvolvidas. A proposta metodológica busca estabelecer vínculos atrativos, atividades diversificadas, sem perder o foco e a essência das competências e habilidades a serem desenvolvidas, tendo como preocupação à acessibilidade a todos os discentes e pela diversidade de estratégias. É a metodologia ativa de ensino e aprendizagem que privilegia estratégias diversificadas de caráter individual e grupal. A metodologia consiste numa postura diante da realidade que implica tarefas indissociáveis, reflexões, interpretações da realidade e sua transformação e ou modificação.

Para a efetivação desse processo metodológico, os professores utilizam as estratégias de ensino que permitem o movimento dialético de ir e vir, na busca de interpretações, diálogos que possibilitem ao acadêmico um saber teórico-prático na resolução de problemas do cotidiano.

A interdisciplinaridade é elemento integrador das disciplinas curriculares na busca construção do conhecimento. É um processo que vem sendo utilizado na busca da reconciliação da fragmentação do conhecimento.

Em seu conjunto o PPC é o responsável teórico-prático pela qualidade eficiência e eficácia do curso. Evidentemente ele se constitui pela variedade dentro da unidade formando um todo. Assim sendo, todos os elementos são significativos quando trabalhados de forma integrada numa perspectiva de formação do profissional cidadão.

O corpo docente é orientado no sentido de refletir e transformar a sua prática educativa, revendo, repensando e ressignificando suas ações. Nesse sentido a instituição compromete-se com um projeto que prevê a educação continuada que oportuniza, discussões que permite aos profissionais que conduzem ao estabelecimento da relação teoria e prática, visando a contribuir para compreensão da sociedade e buscar formas alternativas para transformá-la.

Desta forma, essa proposta permite buscar a efetivação da aprendizagem permanente dos professores e pela reflexão sobre o trabalho que desenvolvem, buscando articular e reelaborar os conhecimentos, as práticas adquiridas no trabalho realizado.

Esse trabalho de formação continuada do docente contém uma visão curricular por disciplina, mas oferece subsídios para o planejamento racional e interdisciplinar que não perde a visão de totalidade do curso. Fica implícito as áreas de conteúdos, tais como: área político social que visa a formação humanística e conhecimento das necessidades sociais ligadas a profissão; área de formação geral que compreende os estudos básicos; área de formação específica com estudos direcionados especificamente na formação do profissional; área de metodologia instrumental que compreende estudos relacionados a produção de conhecimentos, obtenção de sua validade; formação prática que prepara a entrada e educação profissional e também uma preocupação com a formação específica orientada que oferece estudos de temas emergentes para atualização, aprofundamento e enriquecimento na área.

O curso irá trabalhar essa orientação didático-metodológica partindo do trabalho coletivo dos professores, NDE, para entendimentos dos pontos relevantes na proposição de um currículo e do significado das disciplinas na e para a totalidade do curso.

A extensão em sua trajetória institucional buscará cada vez mais firmar-se com ações que deem identidade ao curso, através dos impactos de suas atividades na formação humana de sua comunidade acadêmica e no alcance das ações extensionistas no enfrentamento dos problemas sociais, econômicos e políticos da sociedade.

Nesse percurso o curso vem buscando articulação das atividades de extensão com o ensino, a pesquisa e com as necessidades e demandas do entorno social. A participação dos estudantes nas ações extensionistas e intervenção social e conseqüentemente impacto em sua formação caracterizam a identidade do curso dentro e fora da IES. É um trabalho de estar permanentemente em conexão com os setores produtivos e dos diversos segmentos da sociedade, numa relação de intercâmbio e mútuo aperfeiçoamento.

A IES/Curso se enriquece a si mesmo em conhecimento e sabedoria, ao mesmo tempo que incentiva o desenvolvimento de programas e projetos comunitários. Assim, perspectiva marcar sua identidade e poder ser reconhecida pelo caráter das atividades de extensão que realiza, de forma proativa na interação com a sociedade e em consonância com seu programa pedagógico. Esse trabalho atende a consecução dos fins da IES através dos cursos sempre a serviço da vida, dos direitos humanos e da dignidade humana. Busca se firmar na melhoria da qualidade de vida dos grupos populares, na organização política e social e jamais se restringir aos rituais internos Institucionais.

As práticas da extensão permitem o acesso às diferentes culturas e expressões artísticas, e portanto, a formação humana enriquece a reflexão e o aprendizado promovendo aos alunos, professores e funcionários uma formação responsável e tolerante sobre as diferentes interpretações da realidade, conseqüentemente, melhores atitudes conscientes e solidárias nas relações endógenas ou exógenas. Portanto, a extensão estará sempre dialogando com a sociedade, por meio dos movimentos populares, organizações não-governamentais e movimentos étnicos, artísticos, culturais; Com o mercado, na relação de produção, compra, venda e consumo.

Quando descrevemos particularidades que caracterizam a identidade do curso é importante reportarmos ao PDI. Esse documento teórico/metodológico define as políticas para a organização administrativa e pedagógica das instituições de ensino, norteadas suas ações voltadas para a consecução de sua missão e seus objetivos. O PDI define o que se tem intenção de realizar (dimensão utópica) devendo se

transformar em real os princípios, práticas e ações subjacentes a Instituição. Assim considerando, a elaboração do PPC pelos envolvidos no Curso de Direito deve dialogar com o PDI incorporando seus valores, objetivos, ações e decisões para que se tenha uma visão integradora e globalizada de todo o processo.

O projeto do curso, portanto, só tem sentido se permanentemente mantiver a inter-relação dialógica com o PDI e desta forma serão emanadas todas as ações e decisões para o curso. As particularidades que foram destaques no projeto só terão sentido real se estiverem correlacionadas, contextualizadas e sistematizadas no PPC.

É importante destacar que esses itens foram considerados relevantes, mas só trarão resultados reais, efetivos e eficazes no processo de ensino/aprendizagem quando inseridos num todo, permitindo à ação - reflexão - ação. Essas individualidades visualizam ações que catalisam e auxiliam nas relações com o PPC e assim podemos dizer que no aspecto da variedade dentro da unidade, as partes só têm sentido num todo.

2.4.1. A PESQUISA NO CURSO DE DIREITO

O Curso de Direito da FAIPE desenvolve pesquisa como iniciação científica, com o fim de ampliar o acervo de conhecimento ministrado no curso.

O estímulo às atividades de pesquisa consistirá, principalmente, em:

- Formar pessoal docente em cursos de pós-graduação da FAIPE e de outras instituições de Ensino Superior, nacionais ou estrangeiras;
- Conceder auxílio para projetos de pesquisa;
- Realizar convênios com instituições vinculadas à pesquisa;
- Manter intercâmbio com instituições científicas, visando ampliar contatos entre pesquisadores e o desenvolvimento de projetos comuns;
- Divulgar os resultados das pesquisas realizadas, em periódicos institucionais e em outros, nacionais ou estrangeiros;
- Realizar simpósios destinados ao debate de temas científicos;
- Adotar regime de trabalho especial para pesquisadores;

- Conceder bolsas de trabalho a pesquisadores;
- Implantar núcleos temáticos de estudos;
- Elaborar projeto de divulgação da pesquisa, apresentando as experiências realizadas aos diferentes cursos e à comunidade, utilizando eventos para difusão de conhecimento.

A responsabilidade da análise e deliberação dos projetos de pesquisa será do Colegiado de Curso, observadas as condições e exigências existentes sobre a matéria e o disposto no Regimento da FAIPE.

É dada prioridade à pesquisa vinculada aos objetivos do ensino e inspirada em dados da realidade local, regional e nacional, sem detrimento da generalização dos fatos descobertos e de suas interpretações.

Para o financiamento das pesquisas, a FAIPE deverá firmar convênios com organismos especializados ou agências governamentais ou não-governamentais, além de consignar, em seu orçamento anual, recursos oriundos de sua receita operacional.

Os projetos de pesquisa serão gerenciados pelo Coordenador do Curso cuja área a ele pertencer ou por Coordenador designado pelo Diretor Geral, quando envolver atividades intercurrosos.

A fim de estimular a produção acadêmica, a FAIPE irá:

- Propiciar o desenvolvimento da pesquisa científica, por meio do aperfeiçoamento de docentes e pesquisadores;
- Criar condições favoráveis ao trabalho científico;
- Aprimorar a qualidade do ensino com a pesquisa;
- Criar adequadas condições de trabalho a pesquisadores de diferentes áreas;
- Integrar espaço físico e recursos humanos, racionalizando o trabalho e a produção científica;
- Oferecer planos integrados de ensino de pós-graduação *lato sensu* (aperfeiçoamento e especialização) e pós-graduação *stricto sensu* (mestrado e doutorado) para integrar profissionais das diferentes áreas;
- Prestar serviços à comunidade nas diferentes áreas de conhecimento;
- Promover intercâmbio cultural e científico com instituições congêneres e entidades governamentais.

As linhas de pesquisa serão construídas com a orientação entre o NDE, o Corpo Docente e a Coordenação.

Os projetos serão analisados tendo presente o conteúdo, a disponibilidade de professores nas áreas selecionadas, a relevância do tema, a adequação entre os trabalhos a serem desenvolvidos e os recursos disponíveis.

2.5. INFORMAÇÕES GERAIS DO CURSO

2.5.1. Número de Vagas Autorizadas:

80 anuais.

2.5.2. Conceitos:

CPC = 3

CC = 4

IDD = 3

2.5.3. Nota do ENADE no Último Triênio.

Nota 3

2.5.4. Não há Protocolos de Compromisso e Outros.

2.5.5. Turno de Funcionamento do Curso: Noturno.

Carga Horária Total do Curso: 3.700 horas.

2.5.6. Prazo Mínimo para Integralização do Curso:

05 anos. Prazo Máximo para a Integralização do Curso: 07 anos.

2.6. COORDENADOR DO CURSO

Professor Mestre Gustavo Pardo Salata Nahsan

2.6.1. Perfil do Coordenador do Curso

A coordenação do curso está a cargo do professor Gustavo Pardo Salata Nahsan, graduado em direito pela UNIC, mestrado pela UFMT e mestrando pela UNOESC. Possui experiência profissional de 15 anos na área do direito e 18 anos de atuação no magistério superior. O regime de trabalho será Tempo Integral, totalizando 40 horas semanais. A atuação do coordenador será relatada pela sua ampla atuação no NDE, por sua relação com os professores na IEs e aqueles objeto de termo de compromisso firmado para o curso de direito objeto desta avaliação.

2.6.2. Atuação do Coordenador

O Coordenador tem como atribuições o acompanhamento das atividades docentes e discentes, o recrutamento, seleção e socialização dos docentes e corpo técnico-administrativo ligado à coordenação, o aproveitamento de estudos e acompanhamento da adaptação de alunos.

É ainda responsável pelo planejamento e execução dos programas de extensão, de iniciação científica, de estágio supervisionado e das atividades complementares.

O Coordenador desempenha suas funções em conjunto com o NDE e Colegiado de Curso além da participação efetiva de todo corpo docente na condução do curso.

O Regimento Interno da FAIPE ainda define as seguintes atribuições à Coordenação, sob a supervisão da Diretoria Acadêmica e/ou Coordenação Pedagógica.

- I. Definir ou redefinir a concepção, os objetivos, as finalidades e o perfil do profissional a ser formado no curso;
- II. Colaborar com os docentes na elaboração de planos de ensino e em projetos de natureza pedagógica;
- III. Sugerir alterações curriculares e o ajustamento de planos de ensino de disciplinas, de acordo com os objetivos do curso e do perfil do profissional a ser formado, e com as Diretrizes Curriculares aprovadas pelo Ministério da Educação;
- IV. Promover a discussão e análise das ementas e conteúdos programáticos das disciplinas, visando à interdisciplinaridade e à integração do corpo docente aos objetivos do curso;
- V. Fomentar a discussão teórica e o avanço prático de metodologias de ensino adequadas às diferentes disciplinas do curso;
- VI. Estabelecer normas para o desenvolvimento e controle dos estágios curriculares e extracurriculares;
- VII. Executar periodicamente a Autoavaliação do curso e a avaliação institucional;
- VIII. Superintender todas as atividades da Coordenadoria, representando-a junto às autoridades e órgãos da Faculdade;
- IX. Convocar e presidir as reuniões do Conselho de Curso de Graduação;
- X. Acompanhar a execução das atividades programadas, bem como a assiduidade dos professores e alunos;

- XI. Apresentar, semestralmente, ao Conselho de Curso de Graduação e à Diretoria, relatório das atividades da Coordenadoria;
- XII. Sugerir a contratação ou dispensa do pessoal docente, técnico-administrativo e monitores;
- XIII. Encaminhar, ao setor responsável pelo controle acadêmico, nos prazos fixados pelo Diretor Geral, os relatórios e informações sobre avaliações e frequência de alunos;
- XIV. Propor ou encaminhar proposta, na forma deste Regimento, para a criação de cursos sequenciais, de tecnologia, de pós-graduação e o desenvolvimento de eventos extracurriculares, culturais ou desportivos;
- XV. Distribuir encargos de ensino, entre seus professores, respeitada as especialidades;
- XVI. Decidir, após pronunciamento do professor da disciplina, sobre aproveitamento de estudos e adaptações de alunos;
- XVII. Estimular o Programa de Monitoria;
- XVIII. Incentivar o desenvolvimento de projetos de aplicação prática;
- XIX. Estimular práticas de estudo independentes, visando à progressiva autonomia intelectual e profissional do aluno;
- XX. Encorajar o reconhecimento de conhecimentos, habilidades e competências adquiridas fora do ambiente escolar;
- XXI. Elaborar o horário escolar do curso e fornecer à Diretoria os subsídios para a organização do Calendário Escolar;
- XXII. Fiscalizar a observância do regime escolar e o cumprimento dos programas e planos de ensino, bem como a execução dos demais projetos;
- XXIII. Emitir parecer sobre aproveitamentos de estudos e propostas de adaptações de curso;
- XXIV. Exercer o poder disciplinar no âmbito do curso.

2.6.3. Experiência Profissional, de Magistério Superior e de Gestão Acadêmica do coordenador

Mestrando em Direito pela UNOESC - Universidade do Oeste de Santa Catarina 2020/2021; Mestre em Agronegócio e Desenvolvimento Regional pela Universidade Federal de Mato Grosso UFMT 2015-2017; Especialista em Direito Tributário em 2006; Graduado pela Universidade de Cuiabá - MT em 2005, foi aprovado no exame da Ordem no mesmo ano e Advogado devidamente inscrito na OAB / MT 11867; Membro do Grupo de Pesquisa em Seguridade Social, Trabalho Decente e Desenvolvimento - UNOESC - Professora Coordenadora Dra. Regina Estela Corrêa Vieira e Coordenador Dr. Carlos Luiz Strapazzon Membro do Grupo de Estudos e do Grupo de Pesquisa Jurídica no que se refere aos Atos Relacionados ao COVID19? VÁRIOS UNIVERSIDADES - Coordenador Dr. Carlos Luiz Strapazzon. Foi

membro do Grupo de Estudos Avançados em Direito Tributário da ESUD 2005 coordenado pelo Professor Me. Angelo Borégio, Professor do curso preparatório para o exame da Ordem, com oito turmas com aproveitamento de 100% na segunda fase; Professor titular da Faculdade FAIPE e coordenador do Curso de Direito, professor da Pós-Graduação em Direito, Ciências Contábeis e Administração de Empresas; Com mais de 18 anos de Direito, já participou de mais de mil audiências e centenas de sustentações orais em Tribunais, é também palestrante e acadêmico dos vários ramos das ciências sociais; Publicou o livro: FERROVIA EM RONDONÓPOLIS - MT, O FLUXO DE PRODUÇÃO DE GRÃOS. (Código: 10511524) - MAMADU LAMARANA BARI; GUSTAVO PARDO SALATA NAHSAN, além de inúmeros artigos científicos e de jornal, consulte o currículo na plataforma lattes: 4478099950808786;

Como professor, atuou nas principais faculdades e universidades do estado de Mato Grosso, entre elas a Universidade Federal, Universidade de Cuiabá, a Centro Universitário de Várzea Grande, Os Institutos Educacionais de Cultura e o Cuiabano de Ensino e Cultura, bem como, nos cursos preparatórios e pós-graduação cursos Atame, Fato Concursos, Esud, IPDH, Decisivo, ICAP, entre outros. Atualmente está na FAIPE Cuiabá como Coordenador do curso de Direito e no Projeto da FAIPE curso de Direito.

2.7. COMPOSIÇÃO DO NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE

O Núcleo Docente Estruturante (NDE) do Curso de Direito da Faculdade FAIPE é o órgão consultivo responsável pela concepção do Projeto Pedagógico do Curso e outras discussões contidas no regulamento do NDE do Curso.

O conceito inicial do Núcleo Docente Estruturante advindo da Portaria nº 147/2007, que tratava pela primeira vez do assunto é bem recebido na FAIPE, visto que se trata de uma equipe que deve preocupar-se com a formulação, implementação e desenvolvimento do projeto do curso.

O Núcleo Docente Estruturante do curso é constituído pelos seguintes docentes:

Docente	Titulação	Regime Trabalho	Participação
Maria de Lourdes S. Crepaldi	Doutora	Integral	Membro
Gustavo Pardo Salata Nahsan	Mestre	Integral	Presidente
Nello Augusto dos Santos Nocchi	Mestre	Parcial	Membro
Oscemario Forte Daltro	Mestre	Parcial	Membro

Alessandro Meyer da Fonseca	Especialist a	Parcial	Membro
--	--------------------------	----------------	---------------

O NDE reunir-se-á, ordinariamente, por convocação da Coordenação do Curso de graduação ou do Presidente do NDE, no mínimo, 2 (duas) vezes por semestre, por ocasião da realização do Colegiado do Curso e, extraordinariamente, sempre que convocado pelo Coordenador do Curso, Presidente ou pela maioria de seus membros titulares. As decisões do NDE serão tomadas por maioria simples de votos, com base no número de presentes.

O NDE do Curso de Bacharelado em Direito é amparado pelo regimento do NDE Geral e do próprio curso, devidamente aprovados pelo CONSUP.

2.7.1. Atuação do Núcleo Docente Estruturante

O Núcleo Docente Estruturante (NDE) do Curso de Direito da FAIPE é o órgão consultivo responsável pela concepção do Projeto Pedagógico do Curso.

O conceito inicial do Núcleo Docente Estruturante advindo da Portaria nº 147/2007, que tratava pela primeira vez do assunto é bem recebido na FAIPE, visto que, se trata de uma equipe que deve preocupar-se com a formulação, implementação e desenvolvimento do projeto do curso.

Como observamos no Ofício-Circular DAES/INEP/MEC nº 48 de 13 de maio de 2010:

(...) o Núcleo Docente Estruturante (NDE), parcela do corpo docente responsável pela criação, implantação e consolidação do projeto pedagógico do curso, deve ser considerado como elemento diferenciador da composição e organização do corpo docente do curso.

Com a Resolução nº 1/2010, resultante do Parecer CONAES nº 4/2010, estabeleceu-se a normatização para o Núcleo Docente Estruturante:

Art 1º O Núcleo Docente Estruturante (NDE) de um curso de graduação constitui-se de um grupo de docentes, com atribuições acadêmicas de acompanhamento, atuante no processo de concepção,

consolidação e contínua atualização do projeto pedagógico do curso.

Parágrafo Único: o NDE deve ser constituído por membros do corpo docente do curso, que exerçam liderança acadêmica no âmbito do mesmo, percebida na produção de conhecimentos na área, no desenvolvimento do ensino, e em outras dimensões entendidas como importantes pela instituição, e que atuem sobre o desenvolvimento do curso.

Art. 2º São atribuições do Núcleo Docente Estruturante, entre outras:

- I – contribuir para a consolidação do perfil profissional do egresso do curso;
- II – zelar pela integração curricular interdisciplinar entre as diferentes atividades de ensino constantes no currículo.
- III - indicar formas de incentivo ao desenvolvimento de linhas de pesquisa e extensão, oriundas de necessidades da graduação, de exigências do mercado de trabalho e afinadas com as políticas públicas relativas à área de conhecimento do curso;
- IV - zelar pelo cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Graduação.

Art. 3º As Instituições de Educação Superior, por meio dos seus colegiados superiores, devem definir as atribuições e os critérios de constituição do NDE, atendidos, no mínimo, os seguintes:

- I - ser constituído por um mínimo de 5 professores pertencentes ao corpo docente do curso;
- II - ter pelo menos 60% de seus membros com titulação acadêmica obtida em programas de pós-graduação *stricto sensu*;
- III - ter todos os membros em regime de trabalho de tempo parcial ou integral, sendo pelo menos 20% em tempo integral;
- IV - assegurar estratégia de renovação parcial dos integrantes do NDE de modo a assegurar continuidade no processo de acompanhamento do curso.

O que se pretende com a equipe NDE é ter um elemento diferenciador para o curso, composto por educadores líderes que podem posicionar o curso estrategicamente e potencializar o oferecimento da educação de qualidade aos estudantes.

O Núcleo Docente Estruturante é peça fundamental para articular o currículo e a prática docente, envolvendo a equipe docente e os acadêmicos em um processo contínuo de ações criativas, que retroalimenta e proporciona a evolução do curso.

**Assim, considerando a Resolução pertinente são atribuições do
Núcleo Docente Estruturante:**

- a) atualizar periodicamente o projeto pedagógico do curso;
- b) estabelecer o perfil profissional do egresso do curso e contribuir para a consolidação de seu perfil profissional;
- c) supervisionar as formas de avaliação e acompanhamento do curso definidas pelo

Colegiado;

- d) analisar e avaliar os Planos de Ensino dos componentes curriculares;
- e) acompanhar as atividades do corpo docente, recomendando ao Colegiado de Curso a indicação ou substituição de docentes, quando necessário;
- e) conduzir os trabalhos de reestruturação curricular, para aprovação no Colegiado de Curso, sempre que necessário;
- f) estabelecer diretrizes e normas para o regime didático-pedagógico do Curso, respeitada a política acadêmica aprovada pelos órgãos superiores;
- g) indicar formas de incentivo ao desenvolvimento de linhas de pesquisa e extensão, oriundas de necessidades da graduação, de exigências do mercado de trabalho e afinadas com as políticas públicas relativas à área de conhecimento do curso;
- h) emitir pareceres das propostas de ensino, pesquisa e extensão no âmbito do Curso;
- i) fixar as diretrizes gerais dos programas das disciplinas do Curso e suas respectivas ementas, recomendando ao Coordenador do Curso, modificações dos programas para fins de compatibilização;
- j) propor ao Coordenador providências necessárias à melhoria qualitativa do ensino;
- k) participar do processo de seleção, permanência ou substituição de docentes para o Curso;
- l) promover a avaliação dos planos de trabalho nas atividades de ensino, pesquisa e extensão na forma definida no projeto de avaliação institucional;
- m) coordenar a elaboração e recomendar a aquisição de lista de títulos bibliográficos e outros materiais necessários ao Curso;
- n) analisar e homologar o cronograma das atividades complementares do Curso;
- o) assessorar o Coordenador em outras atividades especiais;
- p) colaborar com os demais órgãos acadêmicos na sua esfera de atuação;
- q) sugerir providências de ordem didática, científica e administrativa que entenda necessárias ao desenvolvimento das atividades do Curso;
- r) avaliar o desempenho docente, discente e técnico-administrativo, segundo proposta dos órgãos superiores;

- s) zelar pela regularidade e qualidade do ensino ministrado pelo Curso;
- t) incentivar a elaboração de programas de extensão na área de sua competência e supervisionar a execução e avaliar seus resultados;
- u) promover a integração horizontal e vertical do curso, respeitando os eixos estabelecidos pelo Projeto Pedagógico;
- v) promover a interdisciplinaridade do curso;
- w) **zelar pelo cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Graduação.**

2.8.2 RELAÇÃO DE MATÉRIAS E COMPETÊNCIAS DOS DOCENTES PARA AS MATÉRIAS DOS QUATRO PRIMEIROS SEMESTRES DO CURSO DE DIREITO.

2.9 RELAÇÃO DE CONVÊNIOS COM OUTRAS INSTITUIÇÕES

- Clube de Subtenentes e Sargentos;
- Círculo Militar de Cuiabá;
- Rede de Hotéis Mato Grosso;
- ROTAM- cooperação técnica;
- Cattaruzzi-Diagnóstico por Imagem Odontológico.
- Prefeitura Municipal de Cuiabá;
- Secretaria do Estado de Saúde de Mato Grosso;
- Laboratório Precision;
- Universidad Nacional de Concepcion Paraguay.
- Ordem dos Advogados do Brasil Seccional Mato Grosso

2.10 ARTICULAÇÃO DA GESTÃO DO CURSO COM A GESTÃO INSTITUCIONAL

Em uma Instituição Educacional que esteja centrada numa postura democrática, a autonomia apresenta-se como um norte a ser conquistado, pois esta vem de um exercício de democratização no qual se delega aos agentes administrativos e pedagógicos a possibilidade de dar respostas ao cidadão (aluno e responsável) a quem servem.

A autonomia coloca para a IES a responsabilidade de prestar contas do que faz ou deixa de fazer, sem repassar para outro setor essa tarefa e, ao aproximar-se da comunidade é capaz de permitir uma participação

realmente efetiva da mesma, o que a caracteriza como uma categoria eminentemente democrática.

A política para a organização institucional da FAIPE está assentada nas seguintes diretrizes:

- Estabelecer espaço e tempo para a discussão da política pedagógica, da FAIPE;
- Garantir o amadurecimento e a interação dos profissionais, alunos e comunidade com vista a um planejamento participativo, determinado no calendário escolar ou definido pela comunidade, democraticamente, garantindo o acesso aos seus direitos, conhecimento e exercício de seus deveres, fazendo de todos coparticipes e coautores no processo educacional;
- Redimensionar a prática, pautando sua atuação numa gestão descentralizadora na qual as ações coletivas estejam contempladas;
- Atribuir maior autonomia e maior responsabilidade para os Colegiados de Cursos de Graduação e às Coordenações de Curso, que terão um papel fundamental na elaboração, execução e avaliação dos seus Projetos Pedagógicos, articulando-os com as diretrizes já definidas pela Instituição;
- Utilizar a gestão estratégica, como um processo organizacional que engloba inovação, adaptação, sobrevivência e limites de crescimento organizacional, caracterizando-se como uma alternativa capaz de criar identidade e estabelecer objetivos comuns.

Além disso, o regimento da FAIPE prevê a participação do corpo docente e discente em seus colegiados, de modo a garantir uma comunicação contínua entre toda comunidade acadêmica.

2.11 POLÍTICAS INSTITUCIONAIS NO ÂMBITO DO CURSO

Comprometida com sua Missão institucional, a FAIPE tem como princípios norteadores.

[...] a preocupação com a formação de recursos humanos capazes de atuar e interferir na realidade social, contribuindo para modificações/mudanças no meio, reestruturando e relacionando suas ideias frente às necessidades advindas do contexto. É proposta da Instituição, portanto, preparar indivíduos para agir na incerteza, dotados de competências e habilidades que lhe permitam a mobilização de esquemas cognitivos e a busca de alternativas de solução para problemas existentes e emergenciais, evidenciados na comunidade e região." [PDI]

De uma forma geral, os projetos da FAIPE têm como finalidade realizar estudos, pesquisas e ações voltados para as questões sociais mais amplas e para o desenvolvimento de alternativas capazes de promover a melhoria da qualidade do ensino, e de atender aos anseios específicos da comunidade, lastreando tais ações através do planejamento institucional, que reflete nas atitudes, posturas, valores da comunidade acadêmica considerando o tripé; Ensino, Pesquisa, Extensão.

A FAIPE tem seus objetivos definidos em seu Regimento Interno, abaixo reproduzidos:

- I. Estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo;
- II. Formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, e colaborar na sua formação contínua;
- III. Incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando o desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da cultura, e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive;
- IV. Promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação;
- V. Suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração;
- VI. Estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade;
- VII. Promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição.

É por meio de suas ações de Ensino, Pesquisa e Extensão que a FAIPE busca responder concretamente aos anseios da sociedade civil, atuando como propulsora e líder de processos de desenvolvimento, de fortalecimento da cidadania, objetivando ser reconhecida como uma instituição que trabalha a serviço da sociedade e da cidadania.

No Curso de Direito as atividades de ensino contemplam a implantação do curso por meio de suas unidades curriculares e ações

acadêmicas, sempre com foco no atendimento das demandas existentes no mercado de trabalho. Desta forma irá trabalhar em articulação com o ambiente empresarial, jurídico e do trabalho a fim de propiciar aos alunos um ambiente acadêmico e profissional, alinhado aos conhecimentos e tecnologias existentes. A FAIPE já prevê a educação continuada dos alunos com a oferta de cursos de pós-graduação Lato Sensu nas áreas de Direito, entre outras.

No âmbito das atividades de extensão, essas são para a FAIPE uma possibilidade de aprimorar e refinar a integração ensino-pesquisa. A Extensão possibilita que a Faculdade amplie suas ações com a sociedade atendendo as demandas sociais, dos trabalhadores e dos alunos dos cursos de graduação, que podem através das atividades de extensão ampliar horizontes profissionais, desenvolvendo, conhecimentos, habilidades e atitudes de forma prática, dinâmica, atualizada e complementar a sua formação profissional.

Nesta perspectiva, destacam-se como políticas de ensino pesquisa e extensão no Curso:

No ENSINO têm em vista a formação do homem de forma holística, na sua multidimensionalidade. No desenvolvimento dos seus objetivos buscará a integração de forma a contribuir para esta formação, através de um trabalho de equipe, entre os sujeitos que envolvem o processo educativo. Para isso deve:

- a. Estabelecer prioridades das ações/atividades dos professores, na relação conhecimento e problemas sociais.
- b. Incentivar a prática interdisciplinar/integração nas diferentes disciplinas, evitando a fragmentação dos conteúdos.
- c. Buscar o desenvolvimento de estudos, voltados para a integração dos diferentes conteúdos numa perspectiva de integração.
- d. Realizar estudos teórico-práticos, voltados para a integração das diferentes disciplinas do currículo do curso;
- e. Planejar e executar atividades de ensino e iniciação científica de acordo com o planejamento de atividades do professor;
- f. Desenvolver programas e projetos, voltados para a educação inclusiva.

Na PESQUISA o foco será como iniciação científica, com o fim de

ampliar o acervo de conhecimentos ministrados no curso pleiteado e nos demais cursos a serem implantados e consistirá em:

- a. Formar docente em curso de pós-graduação da FAIPE e de outras instituições de Ensino Superior, para que haja intercâmbio científico-cultural.
- b. Conceder auxílio para projetos voltados para os problemas sociais/curso específicos.
- c. Realizar convênios com instituições vinculadas à pesquisa.
- d. Manter intercâmbio com instituições científicas, visando ampliar contatos entre pesquisadores e o desenvolvimento de projetos comuns emergidos das diferentes disciplinas.
- e. Divulgar os resultados das investigações realizadas no curso, em periódicos institucionais e em outros, nacionais ou estrangeiros.
- f. Realizar simpósios destinados ao debate de temas de interesse do curso para os envolvidos na investigação científica.
- g. Adotar formas de trabalho especial para os envolvidos em atividades de iniciação à pesquisa.
- h. Conceder bolsas de trabalho a pesquisadores.
- i. Implantar núcleos temáticos de estudos relacionados às diferentes áreas do Direito.
- j. Elaborar forma de divulgação dos trabalhos/projetos apresentando as experiências realizadas para os diferentes cursos e à comunidade, utilizando eventos para difusão de conhecimento.

A EXTENSÃO é fator integrador entre ensino e iniciação científica, sendo concebida através de um compromisso entre a FAIPE e a comunidade. Para tanto, objetiva:

- a. Ser um elo entre o ensino e a pesquisa, propiciando ao educando o desenvolvimento das habilidades inerentes ao profissional que se quer formar.
- b. Implementar projetos que propiciem aos educandos um espaço de aprendizagem, contribuindo para as transformações sociais, econômicas e políticas, sempre na relação curso/comunidade;
- c. Minimizar a dicotomia entre teoria e prática através do desenvolvimento de atividades que envolvam o ensino e habilidades de iniciar na pesquisa que serão orientadas pelas diferentes disciplinas do curso.

O Projeto Pedagógico do Curso de Direito contempla uma formação integradora em articulação com a iniciação científica e a extensão, através da prática da excelência do ensino e compromisso com o

processo ensino/aprendizagem de qualidade, dotando a estrutura curricular de flexibilidade em atendimento as Diretrizes Curriculares Nacionais e necessidades da sociedade, inclusive do mundo do trabalho.

Busca desenvolver através de suas atividades complementares, ações de responsabilidade social que irão ajudar os alunos a se tornarem cidadãos críticos e socialmente responsáveis.

O Curso de Bacharelado em Direito manterá interação com o setor produtivo, com a comunidade local e com os segmentos populares, a partir da ampliação dos programas/projetos de ensino, iniciação científica e extensão, convênios e parcerias com empresas de todos os portes e órgãos e organismos governamentais.

2.11.1. Articulação Ensino, Pesquisa e Extensão

O Curso busca a articulação da graduação, a iniciação à pesquisa e a extensão desde o primeiro período acadêmico. O Projeto Pedagógico do Curso não está exclusivamente centrado no ensino, mas estreitamente vinculado aos processos de pesquisa e extensão. O processo de construção do saber a partir da reflexão sobre os fundamentos do conhecimento mediado pela permanente interação com a realidade deve constituir o foco central do Projeto Pedagógico e da estrutura curricular.

Para realizar a articulação ensino–pesquisa-extensão na graduação é necessário o envolvimento dos atores, como componentes individuais e o apoio da estrutura institucional, como facilitadora da integração entre ensino, pesquisa e extensão, para garantir a execução das atividades.

O curso adotará em suas atividades como referência, o ato de interrogar, (re) produzir e criar, isto é, interrogar a realidade de modo crítico e permanente, (re) produzir o conhecimento de modo consciente de suas limitações, orientando o aluno para a busca de soluções criativas aos problemas com que se pode defrontar. Um curso assim construído aponta para a atitude reflexiva e problematizadora do aluno que lhe permitirá ser produtor do conhecimento.

O comportamento investigativo aplica-se tanto às atividades de sala de aula, como as fora dela, com a participação em: a) projetos de pesquisa e/ou extensão realizados na instituição ou fora dela; b) eventos

científicos; c) atividades de monitoria;

d) atividades de extensão, na qualidade de ato de criação, resolução de problemas, mas sempre como atividade de interrogação.

A Extensão deve ser encarada na perspectiva da produção do conhecimento, contribuindo para viabilizar a relação transformadora entre FAIPE e a Sociedade. As atividades de extensão, inclusive as de natureza jurídica, artística e cultural, visarão valorizar e estimular a criação e difusão do Direito, da arte e da cultura, particularmente aquelas patrocinadas pela comunidade, refletindo o potencial do Curso de Direito no contexto social regional.

A programação na esfera da extensão inclui a promoção de serviços à comunidade e a realização de cursos de treinamento de profissionais nas áreas de saúde e Direito, assumindo as formas de curso de extensão, palestras, conferências, simpósios, jornadas e assistência a empresas, órgãos públicos e privados.

De modo geral, o Curso se propõe a realizar sua integração com a sociedade por meio da realização de seminários de atualização na área, cursos de extensão, envolvendo temas atuais, de interesse e necessidade das comunidades externa e interna; do programa de criação e prestação de serviços de assessoria e consultoria à comunidade, envolvendo estagiários e docentes do curso; de serviços de intermediação de oportunidades de estágio para estudantes do curso; de estudos e pesquisas em torno de aspectos da realidade local ou regional; da publicação de trabalhos de interesse cultural ou científico e divulgação de conhecimentos e técnicas de trabalho; e do estímulo à articulação da extensão com a pesquisa e o ensino, visando integrar, sempre que possível, o saber acadêmico com a realidade.

Dessa forma, o Curso ao implementar o seu currículo acompanhado pelas ementas, programas e recursos didáticos deverá focar na integração entre ensino, pesquisa e extensão, expressos nas seguintes premissas:

- Contribuir para a promoção da ciência e da tecnologia no contexto histórico-social da comunidade na busca do conhecimento científico, por intermédio da articulação entre o ensino, pesquisa e a extensão;
- Promover a aprendizagem ativa, de modo que o estudante seja sujeito de

seu projeto educacional;

- Privilegiar a produção e a incorporação do conhecimento sistematizado, da reflexão, do debate e da crítica em uma perspectiva interdisciplinar;
- Resgatar o conhecimento como reflexão, dúvida, compreensão e crítica do que é oferecido pela observação e pela experiência do mundo físico e social;
- Socializar o conhecimento elaborado com o intuito de desenvolver competências que promovam a reflexão e a ação responsável na direção de uma sociedade mais justa.

A Faculdade FAIPE em sua proposta pretende ofertar cursos de extensão como forma de oportunidade de nivelamento de conhecimentos dos alunos nas áreas de Leitura e interpretação.

A FAIPE consciente da importância de sua atuação na comunidade vem realizando projetos de cunho social, cultural, ambiental e educacional, desenvolvendo atividades de prevenção e educação no âmbito do Direito e Saúde, com ações voltadas para comunidades menos favorecidas, assim como atividades educacionais, através de palestras e ações com a comunidade, além de cursos de extensão.

Os projetos de responsabilidade social da FAIPE são organizados pela comunidade acadêmica e aprovados pelo Conselho Superior, que avalia e define prioridades em consonância com os princípios e objetivos da IES, fundamentados em valores como a paz, a justiça, a democracia a solidariedade, o respeito à diversidade e aos direitos humanos de toda pessoa.

A iniciação à pesquisa no Curso de Bacharelado em Direito da FAIPE poderá ser decorrente de trabalhos relacionados às disciplinas do curso, atividades de extensão, resultantes das ações de responsabilidade social e ambiental, dos trabalhos desenvolvidos no programa de monitoria ou mesmo projetos de pesquisas aplicadas.

2.12. OBJETIVOS DO CURSO DE BACHARELADO EM DIREITO

2.12.1. Objetivo Geral

O objetivo geral do Curso de Direito da FAIPE é a formação de profissionais do Direito com sólidos conhecimentos teóricos, fortalecidos pela efetiva prática profissional, com postura reflexiva e visão crítica, qualificados para o exercício das carreiras jurídicas.

2.12.2 Objetivos Específicos

Constituem objetivos específicos do Curso de Direito da FAIPE:

- Proporcionar uma sólida formação geral, humanística e axiológica com o domínio dos fundamentos de compreensão e utilização do Direito em suas variadas manifestações e aplicações;
- Possibilitar ao aluno desenvolver a postura reflexiva e a visão crítica que fomente a capacidade e a aptidão para a aprendizagem autônoma e dinâmica;
- Desenvolver no aluno, juntamente com o conhecimento teórico, habilidades práticas que permitam a conjugação eficaz e o domínio das teorias e técnicas forenses e não forenses com a solução das questões complexas surgidas no cotidiano do exercício da profissão;
- Incentivar o estudo dos fenômenos de massa, a evolução da sociedade brasileira e seus anseios, de forma a poder aplicar o Direito de forma efetiva e adequada à realidade social;
- Incentivar o estudo da Ciência Jurídica nas diversas formas que se apresenta na realidade em que se revela, com ênfase nas questões que permeiam a questão social regional;
- Permitir a compreensão, sob o ângulo jurídico, do universo dos problemas e questões sociais que atingem a comunidade regional, qualificando o aluno para o exercício da atividade profissional pertinente e, ainda, prepará-lo para adotar uma postura de julgamento crítico;
- Capacitar os alunos para as demandas da realidade onde a Instituição está inserida;
- Incentivar a atuação do aluno junto à comunidade regional, como forma de não apenas prover o atendimento às necessidades da comunidade, mas também de tomar consciência da importância do Direito como instrumento de transformação social e de construção da cidadania;
- Estimular a pesquisa e a extensão, visando à produção e a divulgação do conhecimento jurídico adequado à realidade social, assim como a adequação da formação oferecida às demandas da sociedade.

2.13. PERFIL PROFISSIONAL DO EGRESSO

O egresso do Curso de Direito da Faculdade FAIPE é um profissional com sólidos conhecimentos teóricos, fortalecidos pela efetiva prática profissional, com postura reflexiva e visão crítica. É conhecedor das bases constitutivas do Direito, crítico do ordenamento jurídico vigente e da realidade social em que está inserido, apto a superar

os desafios de renovadas condições de exercício profissional e de produção do conhecimento.

O perfil proposto repousa em sólida formação geral, humanística e axiológica. Dotado de capacidade de análise, domínio de conceitos e da terminologia jurídica, adequada argumentação, interpretação e valorização dos fenômenos jurídicos e sociais, o egresso tem a sua formação aliada a uma postura reflexiva e visão crítica. Esses predicados o capacitam para o trabalho em equipe, favorecem a aprendizagem autônoma e dinâmica, indispensável ao exercício da Ciência do Direito, da prestação da justiça e do exercício da cidadania.

O bacharel em Direito da FAIPE será preparado para entender e propor soluções diante da realidade dos conflitos sociais e seus desdobramentos. Assim como está apto a enfrentar as novas demandas jurídicas e exercer plenamente a profissão, na medida em que seus conhecimentos sobre o Direito são sólidos e alinhados em uma efetiva prática da profissão. Pode-se dizer que o egresso domina as bases do Direito, enfrenta a ordem jurídica vigente, analisando e pensando soluções mais adequadas em confronto com o meio social.

COMPETÊNCIAS E HABILIDADES

Para que o egresso alcance o perfil desejado, o Curso de Direito da FAIPE, em consonância com a Resolução CNE/CES nº 09/2004, proporciona condições para que seus alunos desenvolvam as seguintes competências e habilidades:

- **Leitura, compreensão e elaboração de textos, atos e documentos jurídicos ou normativos, com a devida utilização das normas técnico-jurídicas;**
- **Interpretação e aplicação do Direito;**
- **Pesquisa e utilização da legislação, da jurisprudência, da doutrina e de outras fontes do Direito;**
- **Adequada atuação técnico-jurídica, em diferentes instâncias, administrativas ou judiciais, com a devida utilização de processos, atos e procedimentos;**
- **Correta utilização da terminologia jurídica ou da Ciência do Direito;**
- **Utilização de raciocínio jurídico, de argumentação, de persuasão e de reflexão crítica;**

- Julgamento e tomada de decisões;
- Domínio de tecnologias e métodos para permanente compreensão e aplicação do Direito.

A seguir são apresentadas as principais estratégias utilizadas no Curso de Direito para o desenvolvimento das competências e habilidades esperadas do bacharel em Direito.

COMPETÊNCIAS DA ÁREA DO DIREITO (Conforme Resolução CNE/CES nº 09/2004)

- I – Leitura, compreensão e elaboração de textos, atos e documentos jurídicos ou normativos, com a devida utilização das normas técnico-jurídicas.
- II – Interpretação e aplicação do Direito.
- III – Pesquisa e utilização da legislação, da jurisprudência, da doutrina e de outras fontes do Direito.
- IV – Adequada atuação técnico-jurídica, em diferentes instâncias, administrativas ou judiciais, com a devida utilização de processos, atos e procedimentos.
- V – Correta utilização da terminologia jurídica ou da Ciência do Direito.
- VI – Utilização de raciocínio jurídico, de argumentação, de persuasão e de reflexão crítica.
- VII – Julgamento e tomada de decisões.
- VIII – Domínio de tecnologias e métodos para permanente compreensão e aplicação do Direito.

ESTRATÉGIAS DE DESENVOLVIMENTO

- As competências pertinentes à questão da linguagem deverão ser trabalhadas em todas as disciplinas e atividades do Curso de Direito. Deverão possuir, entretanto, uma atenção especial nas disciplinas específicas; nas atividades de pesquisa, na elaboração do Trabalho de Curso e de execução das atividades de Estágio Supervisionado.
- As competências vinculadas, de forma ampla, às questões da hermenêutica e da metodologia jurídica poderão ser trabalhadas em diversos planos: em primeiro lugar, no que se refere ao domínio das suas bases teóricas e metodológicas, na aplicação desse conhecimento aos diversos ramos do Direito, na redação do Trabalho de Curso, na análise do objeto jurídico específico da pesquisa; e nas atividades de Estágio de Supervisionado, buscando resolver questões concretas, reais e simuladas.
- As competências voltadas à questão específica da pesquisa, em nível curricular, poderão ser trabalhadas em especial na disciplina de

“Metodologia do Trabalho Científico” e no desenvolvimento do Trabalho de Curso. No âmbito extracurricular, através de projetos específicos de pesquisa, desenvolvidos por alunos e professores. Ao lado disso, a pesquisa e utilização das diversas fontes do Direito deve ser uma atividade constante de todas das disciplinas do Curso de Direito.

- As competências relativas à atuação profissional do bacharel em Direito terão seu lugar privilegiado de desenvolvimento no Núcleo de Prática Jurídica. As bases teóricas necessárias para o desenvolvimento dessas atividades deverão ser fornecidas nas diversas disciplinas presentes na matriz curricular do Curso de Direito.

O Curso de Direito da FAIPE estimula o desenvolvimento de algumas competências e habilidades gerais, porém essenciais para a concretização daquelas específicas da área, quais sejam: leitura; cultura geral; memória apurada; rapidez de raciocínio; elevado grau de associação, análise e coordenação de ideias; além da capacidade de inter-relacionar em múltiplos níveis interesses coletivos e individuais.

Dessa forma, o Curso de Direito da FAIPE prepara o seu aluno de maneira que, ao concluir a graduação, ele esteja apto a exercer a advocacia como profissional liberal, trabalhar em empresas, escritórios e em órgãos governamentais, atuar na área de consultoria, ou ainda, entrar para a carreira jurídica pública através de concursos públicos, tais como magistratura, ministério público, polícia civil, etc.

A FAIPE formará profissionais competentes, com consciência ética aprimorada, alto nível educacional, perfil empreendedor e preocupação com a qualidade dos serviços prestados, além de compromisso com o desenvolvimento regional e nacional.

3. ESTRUTURA CURRICULAR

3.1. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

A estrutura curricular do Curso de Direito está assentada nas disposições da Resolução CNE/CES nº 2, de 19 de abril de 2021, sem perder de vista as diretrizes contidas nos Pareceres CNE/CES que lhes dão sustentação, de sorte que a criatividade, a flexibilidade e também a responsabilidade institucional estejam presentes.

A construção da matriz curricular levou em consideração os objetivos do Curso de Direito e o perfil desejado do egresso, assim como suas competências e habilidades, observando a seleção de conteúdos apropriados, atualizados e relevantes, de cunho multidisciplinar, além das seguintes necessidades:

- 3.1.1. Preparação dos alunos para o mundo do trabalho;
- 3.1.2. Atendimento às novas demandas econômicas e de emprego;
- 3.1.3. Formação para a cidadania crítica;
- 3.1.4. Preparação para a participação social em termos de fortalecimento ao atendimento das demandas da comunidade;
- 3.1.5. Formação para o alcance de objetivos comprometidos com a sintonia entre o desenvolvimento pessoal e profissional;
- 3.1.6. Preparação para entender o ensino como prioridade fundamentada em princípios éticos, filosóficos, culturais e pedagógicos que priorizam a formação de pessoas, reconhecendo a educação como processo articulador/mediador indispensável a todas as propostas de desenvolvimento regional sustentável a médio e longo prazo;
- 3.1.7. Formação ética, explicitando valores e atitudes por meio de atividades que desenvolvam a vida coletiva, a solidariedade e o respeito às diferenças culturalmente contextualizadas.

Constitui-se desta forma a garantia e certificação de uma formação profissional competente e politicamente comprometida com a criação de uma sociedade justa, humana e relacionada com os objetivos do curso e com o perfil do egresso que se pretende construir.

Em segundo lugar, por definir conteúdos indispensáveis à geração dos conhecimentos relevantes, em termos dos conteúdos do Direito, possibilitando a apropriação de saber necessário para que o profissional exerça com competência as atividades que lhe serão impostas pelo mercado

de trabalho. Além disso, a organização curricular do Curso foi concebido de forma a permitir que o aluno tenha a oportunidade de construir a sua própria formação ética, intelectual e profissional, por sua flexível estrutura curricular.

A Estrutura Curricular do Curso de Bacharelado em Direito é organizada de maneira que garanta ao aluno formação teórico-metodológica pertinentes à atuação profissional, desenvolvida de acordo com o nível de complexidade apresentado por cada componente curricular que compõe toda a grade do curso. A dinâmica de desenvolvimento curricular do curso em consonância com a política de formação das Ciências Sociais Aplicadas e se organiza em semestres reorganizados em três núcleos com caráter formativo, com um total de 3.300 horas.

- a) **Formação Básica, Profissional e Complementar/Prática** Metodologia do Trabalho Científico 30h, Filosofia 30h, História do Direito 30h, Interpretação e , Produção de Texto 60h, Instituições Jurídicas e Ética 30h, Direitos Humanos 60h, Bases Constitucionais da Administração Pública 30h, Atividade Extensionista 30h, Direito Penal I 60h, Ciência Política 30h, Teoria Geral do Processo 30h, Direito Civil I (Parte Geral) 60h, Comunicação e Expressão 60h, Economia 30h, Atividade Extensionista 30h, Direito Penal II 60h, Direito Constitucional I 30h, Antropologia 30h, Direito Civil II,(Obrigações) 60h, Direito Agrário 30h, Sociologia Geral e do Direito 30h, Análise Linguística I 30h, Atividade Extensionista 30h, Direito Penal III 60h, Direito Constitucional II 60h, Direito Empresarial I 30h, Direito Civil III (Contratos) 60h, Psicologia Jurídica 30h, Literatura e Leitura 30h, Teoria da Empresa (Optativa), 30h, Libras (Optativa) 30h, Atividade Extensionista 30h, Direito Financeiro 30h, Direito Previdenciário 30h, Direito Empresarial II (Títulos de Crédito) 30h, Direito Civil IV (Real) 60h, Direito Processual Penal I 60h, Intertextualidade 30h, Direito Eleitoral 30h, Atividade Extensionista 30h, Estágio Supervisionado I (Prática Simulada, Direito Portuário 30h, Direito Processual Civil I 60h, Direito do Trabalho I 30h, Direito Civil V (Família e Sucessões) 60h, Direito Processual Penal II 60h, Elementos Estruturais da Narrativa 30h, Atividade Extensionista 30h, Estágio Supervisionado II (Prática Simulada), Direito Administrativo I 60h, Direito Processual Civil II 60h, Direito do Trabalho II 30h, Direito Cibernético 30h, Direito Processual Penal III 60h, Atividade Extensionista 30h, Leitura e Construção de Sentido 30h, Estágio Supervisionado III (Prática Real), Direito Administrativo II 60h, Direito Processual Civil III 60h, Direito Processual do Trabalho 30h, Direito Tributário I 60h, Direito Internacional 30h, Produção de Texto 30h, Atividade Extensionista 30h, Estágio Supervisionado IV (Prática Real), Direito do Consumidor 30h, Direito Processual Civil IV 60h, Trabalho de Conclusão Curso I (Orientação Individual) 30h, Direito Tributário II 30h, Legislação Penal Extravagante 30h, Práticas de Linguagem Jurídica I 30h, Direito da Criança e do Adolescente 30h, Direito da Mulher e do Idoso 30h, Atividade Extensionista 30h, Estágio Supervisionado V (Prática Real), Ética e o Estatuto da OAB 30h, Atualidades do Processo Civil e Direito Civil 30h, Trabalho de Conclusão Curso II (Orientação e Defesa)

30h, Direito Ambiental 30h, Métodos de Resolução de Conflitos, Conciliação, Mediação e Arbitragem) 30h, Práticas de Linguagem Jurídica II 30h, Direito Esportivo 30h, Legislação Civil Extravagante 30h, Atualidades do Direito Constitucional 30h, Estágio Supervisionado VI (Prática Real), Atividade Extensionista 30h, Atividades Complementares 300h;

b) Atividade extensionista: Atividade Extensionista - 300h

De forma a fomentar a postura analítico-crítica e a atitude científica, as disciplinas procuram integração com duas, três ou mais disciplinas através de prática e atividades interdisciplinares, que podem resultar na produção de artigos científicos.

O Curso de Direito dará ênfase à integração dos conteúdos. Para atingir este foco os professores que lecionam para os mesmos semestres, bem como os que lecionam disciplinas afins, estarão em contato permanente por meio de reuniões e encontros pedagógicos, objetivando proporcionar ao aluno o desenvolvimento de conhecimentos de forma integrada das diversas áreas que envolvam a carreira jurídica, com foco no perfil profissional delineado para o curso.

Para efetivação desse foco integrador, a postura analítico-crítica da realidade social adotada nas práticas pedagógicas, promovidas pelas disciplinas, tem compromisso com a promoção do pensamento científico e desenvolve investigação científica, como requisito básico que permitirá ao aluno praticar os conhecimentos adquiridos em sala de aula no ambiente profissional.

Nesse enfoque, além de trabalhar os conteúdos curriculares sempre na relação teoria – prática, a trajetória de desenvolvimento dessas ações culmina nas disciplinas de Estágio Supervisionado, que encaminha o estudante para um processo de coroação da formação profissional.

O Projeto Pedagógico prevê atividades complementares obrigatórias, que devem contribuir para viabilizar a flexibilização curricular, embora não seja o único meio para realizá-las. Disciplinas e atividades complementares devem expressar a articulação das concepções político-pedagógicas que orientam a flexibilização curricular, não se limitando ao simples aumento de carga horária. A monitoria acadêmica apresenta-se como importante estratégia para viabilizar essa ação.

A flexibilização curricular ultrapassa a simples reorganização de um

conjunto de disciplinas e estará sempre sintonizada na busca pelo novo, viabilizado pela orientação acadêmica.

No outro extremo, ponderou-se a possibilidade de realização do total das horas-atividade em situações de aproveitamento de eventos locais ou em realizações de iniciativa própria, devido à necessidade de serem cumpridas 300 horas de atividades complementares.

Do ponto de vista operacional, entende-se que cabe ao estudante a tarefa de administrar a sua realização de horas para fins do cumprimento das exigências de totalização dos créditos necessários para sua graduação, devendo o mesmo procurar o órgão competente para validação dos comprovantes durante o semestre letivo em curso.

Tendo como referencia, diferentes níveis de atividades de extensão e considerando-as como forma de estreitar as relações universidade com a comunidade, a partir do ensino e da pesquisa, a FAIPE busca desenvolver diversas ações de extensão:

As atividades do tripé são de grande valia na Universidade, mais sempre num processo integrativo, cada um na sua individualidade prede a unidade, o todo e cai num individualismo vazio de formação do cidadão profissional. Assim, considerando esse junção, situaremos a validade das atividade sextensionistas no curso.

A pesquisa nas Instituições de Ensino Superior, mesmo as consideradas Faculdades, sua inserção institucional é facultativa. No entanto, a FAIPE optou por uma articulação na perspectiva de cursos com visibilidade na busca da integração ensino-extensão e pesquisa (iniciação científica).

A FAIPE considera a atividade extensãoista aquelas destinadas às interação entre ela e a comunidade naquela que está inserida, constituindo uma ponte permanente entre a IES e a sociedade. Elas ultrapassam o âmbito específico do ambiente acadêmico, sendo abertas ao público não universitário.

A Extensão terá a função de detectar focos de problemas e a investigação no caso, e o ensino sinaliza ações para solucioná-los ou minimizá-los. Em busca constante de integração.

A interdisciplinaridade procura conciliar conceitos teóricos prático às diversas áreas do conhecimento afim de promover novos saberes. Essa

intregressão ocorrerá por meio de diálogos e contrapontos entre as disciplinas.

3.2. ESTRUTURA CURRICULAR E DIMENSIONAMENTO DA CARGA HORÁRIA

1º SEMESTRE

DISCIPLINAS	TEORIA
Metodologia do Trabalho Científico	30h
Filosofia	30h
História do Direito	30h
Interpretação e Produção de Texto	60h
Instituições Jurídicas e Ética	30h
Direitos Humanos	60h
Bases Constitucionais da Administração Pública	30h
Atividade Extensionista	30h
TOTAL	300 horas

2º SEMESTRE

DISCIPLINAS	TEORIA
Direito Penal I	60h
Ciência Política	30h
Teoria Geral do Processo	30h
Direito Civil I (Parte Geral)	60h
Comunicação e Expressão	60h
Economia	30h
Atividade Extensionista	30h
TOTAL	300 horas

3º SEMESTRE

DISCIPLINAS	TEORIA
Direito Penal II	60h
Direito Constitucional I	30h
Antropologia	30h
Direito Civil II (Obrigações)	60h
Direito Agrário	30h
Sociologia Geral e do Direito	30h
Análise Linguística I	30h
Atividade Extensionista	30h

TOTAL	300 horas
--------------	----------------------

4° SEMESTRE

DISCIPLINAS	TEORIA
Direito Penal III	60h
Direito Constitucional II	60h
Direito Empresarial I	30h
Direito Civil III (Contratos)	60h
Psicologia Jurídica	30h
Literatura e Leitura	30h
Teoria da Empresa (Optativa)	30h
Libras (Optativa)	30h
Atividade Extensionista	30h
TOTAL	300 horas

5° SEMESTRE

DISCIPLINAS	TEORIA
Direito Financeiro	30h
Direito Previdenciário	30h
Direito Empresarial II (Títulos de Crédito)	30h
Direito Civil IV (Real)	60h
Direito Processual Penal I	60h
Intertextualidade	30h
Direito Eleitoral	30h
Atividade Extensionista	30h
Estágio Supervisionado I (Prática Simulada)	-
TOTAL	300 horas

6° SEMESTRE

DISCIPLINAS	TEORIA
Direito Portuário	30h
Direito Processual Civil I	60h
Direito do Trabalho I	30h
Direito Civil V (Família e Sucessões)	60h
Direito Processual Penal II	60h
Elementos Estruturais da Narrativa	30h
Atividade Extensionista	30h
Estágio Supervisionado II (Prática Simulada)	-
TOTAL	300 horas

7° SEMESTRE

DISCIPLINAS	TEORIA
Direito Administrativo I	60h
Direito Processual Civil II	60h
Direito do Trabalho II	30h
Direito Cibernético	30h
Direito Processual Penal III	60h
Atividade Extensionista	30h
Leitura e Construção de Sentido	30h
Estágio Supervisionado III (Prática Real)	-
TOTAL	300 horas

8° SEMESTRE

DISCIPLINAS	TEORIA
Direito Administrativo II	60h
Direito Processual Civil III	60h
Direito Processual do Trabalho	30h
Direito Tributário I	60h
Direito Internacional	30h
Produção de Texto	30h
Atividade Extensionista	30h
Estágio Supervisionado IV (Prática Real)	-
TOTAL	300 horas

9° SEMESTRE

DISCIPLINAS	TEORIA
Direito do Consumidor	30h
Direito Processual Civil IV	60h
Trabalho de Conclusão Curso I (Orientação Individual)	30h
Direito Tributário II	30h
Legislação Penal Extravagante	30h
Práticas de Linguagem Jurídica I	30h
Direito da Criança e do Adolescente	30h
Direito da Mulher e do Idoso	30h
Atividade Extensionista	30h
Estágio Supervisionado V (Prática Real)	-
TOTAL	300 horas

10° SEMESTRE

DISCIPLINAS	TEORIA
--------------------	---------------

Ética e o Estatuto da OAB	30h
Atualidades do Processo Civil e Direito Civil	30h
Trabalho de Conclusão Curso II (Orientação e Defesa)	30h
Direito Ambiental	30h
Métodos de Resolução de Conflitos (Conciliação, Mediação e Arbitragem)	30h
Práticas de Linguagem Jurídica II	30h
Direito Esportivo	30h
Legislação Civil Extravagante	30h
Atualidades do Direito Constitucional	30h
Estágio Supervisionado VI (Prática Real)	-
Atividade Extensionista	30 h
Atividades Complementares	300h
TOTAL	600 horas

RESUMO	TEORIA
Disciplinas Presenciais	2.670h
Disciplina Optativa	30 h
Estágio Supervisionado	400 h
Atividades Extensionistas	300 h
Atividades Complementares	300 h
TOTAL	3.700 horas

3.3. CONTEÚDOS CURRICULARES

METODOLOGIA DO TRABALHO CIENTÍFICO

Fundamentos da Pesquisa Científico. Diretrizes para a Montagem de um Trabalho Científico. Aspectos e Formas do Conhecimento. Apresentação e Divulgação dos Resultados da Pesquisa Científica. Normas da ABNT. Elaboração de Trabalho Monográfico.

Bibliografia Básica:

TACHIZAWA, Takeshy e MENDES, Gildásio. Como fazer monografia na prática. 12. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

NETO, João Augusto Máttar. Metodologia Científica – na Era da Informática. 3 ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

PEREIRA, José Matias- Manual de Metodologia da Pesquisa Científica. São Paulo: Atlas, 2007.

Bibliografia Complementar:

FEFERBAUM, Marina et al. Metodologia da pesquisa em direito: técnicas e abordagens para elaboração de monografias, dissertações e teses. 2ª edição. São

Paulo: Saraiva, 2019. (VIRTUAL)

BITTAR, Eduardo C. B. Metodologia da pesquisa jurídica: teoria e prática da monografia para concursos de Direito. 14ª edição. São Paulo: Saraiva, 2016. (VIRTUAL)

QUEIROZ, Rafael Mafei Rabelo et al. Metodologia jurídica: um roteiro prático para trabalhos de conclusão de curso. 1ª Edição. São Paulo: Saraiva, 2012. (VIRTUAL)

NUNES, R. Manual da monografia jurídica – como se faz: uma monografia, uma dissertação, uma tese. 13. ED. São Paulo: Saraiva, 2019 (VIRTUAL)

MONTEIRO, C. S.; MONTEIRO, C. S.; MEZZARROBA, O. Manual de metodologia da pesquisa no direito. 8. Ed. São Paulo: Saraiva, 2019 (VIRTUAL)

FILOSOFIA

História da filosofia. Filosofia antiga. Renascimento. Teoria do conhecimento. Pensadores dos séculos XIX e XX. Direito como objeto da filosofia. Ciência do direito. Filosofia do direito e filosofia e o direito contemporâneo.

Bibliografia Básica:

BITTAR, Eduardo Carlos B. Teoria do Estado: filosofia política e teoria da democracia. São Paulo: Atlas, 2011.

MASCARO, Alysson Leandro. Filosofia do Direito. ISBN. 9788597015782

BIANCHINI, A.; OLIVEIRA, A. G. D.; GOMES, L. F. Col. Saberes do Direito 50 – Filosofia do Direito. São Paulo: Saraiva, 2012. (VIRTUAL)

Bibliografia Complementar:

ADEODATO, J. M. Filosofia do direito: Uma crítica à verdade na ética e na ciência. 5. Ed. São Paulo: Saraiva, 2013 (VIRTUAL)

CASTILHO, R. D. S. Filosofia Geral e Jurídica. 5. Ed. São Paulo: Saraiva, 2018 (VIRTUAL)

FRATESCHI, Y.; RAMOS, F. C.; MELO, R. Manual de filosofia política. 4. Ed. São Paulo: SARAIVA, 2021 (VIRTUAL)

MARCANTONIO, J. H. Justiça, moral e linguagem em Rawls e Habermas – Configurações da filosofia do direito contemporâneo. São Paulo: Saraiva, 2014 (VIRTUAL)

HISTÓRIA DO DIREITO

História do direito no mundo ocidental. O direito na Antiguidade. O direito greco/romano. O direito na Idade Média. O direito germânico. O direito canônico. A recepção do direito romano. O direito na Idade Moderna. Iluminismo e a democracia moderna. História do direito brasileiro. O direito luso-brasileiro no período colonial. O direito brasileiro no Império. Transformações ocorridas no direito positivo a partir do século XIX. Direitos humanos: conceitos gerais, fundamentação, gerações de direitos humanos e finalidade.

Bibliografia Básica:

MORAES. Direitos Humanos Fundamentais. ISBN. 9788597008883

TRUBLINHANO e HENRIQUES. Linguagem Jurídica e Argumentação. ISBN. 9788597012804

MACIEL, J. F. R.; AGUIAR, R. COLEÇÃO DIREITO VIVO – HISTÓRIA DO DIREITO. 7. Ed. São Paulo: Saraiva, 2016 (VIRTUAL)

Bibliografia Complementar:

JR., R. P. M. Col Teoria e História do direito – Ensaio de direito privado e social. São Paulo: Saraiva, 2015 (VIRTUAL)
CICCO, C. D. HISTÓRIA DO DIREITO E DO PENSAMENTO JURÍDICO. 8. Ed. São Paulo: Saraiva, 2017 (VIRTUAL)
PALMA, R. F. História do direito. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2019 (VIRTUAL)
BITTAR, C. A. Introdução ao estudo do direito. 2. Ed. São Paulo: Saraiva, 2019 (VIRTUAL)
NUNES, R. Manual de introdução ao estudo do direito. 16. Ed. São Paulo: Saraiva, 2018 (VIRTUAL)

ATIVIDADES EXTENSIONISTAS

A intenção desta Atividade Extensionista é desvincular-se de um modelo de ensino que priorize conteúdos técnicos voltados a restabelecer os danos causados pelas doenças bucais, pouco enfatizando os aspectos socioculturais e epidemiológicos do processo saúde-doença, voltado para os infantis dentre outras áreas de especialidades da odontologia. Desta forma, é visado implantar, progredir, manter e incrementar e possibilitar a inserção dos discentes em equipes multidisciplinares e multiprofissionais.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

PINTO, Vitor Gomes, Saúde bucal coletiva, São Paulo, 2018 (5 unid.)
KRIGER, Léo e MOYSÉ Samuel Jorge, Saúde Coletiva: Políticas, Epidemiologia da Saúde Bucal e Redes de Atenção Odontológica, Coleção Abeno, Ed. Artes Médicas, 1ª Ed., 2013 (6 unid.)
Maria Madalena Lamonier Visagismo E Harmonização Facial Do Jovem Ao Senil Napoleão (5 unid.)

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CONTI, Paulo. DTM Dinsfunções temporomandibulares e dores orofaciais. Ed. Dental Press. 2021 (3 unid)
VIEIRA, Glauco Fioranlli... [et al.], Atlas de anatomia: dentes decíduos, São Paulo, 2011 (5 unid.)
NEVILLE, Brad: Patologia Oral e Maxilofacial (5 unid.)
CONCEIÇÃO, E. N. Dentística, Saúde e Estética. Santos. (3 unid.)
MONDELLI, José, Fundamentos de dentística operatória, Rio de Janeiro, 2017 (5 unid.)
B. M. ELEY; M. SOOREY; J. D. MANSON, Periodontia, 6º Ed., Editora Elsevier, 2012 (5 unid.)

INTERPRETAÇÃO E PRODUÇÃO DE TEXTO

Leitura, interpretação e conhecimento. Temas da atualidade. Diferentes linguagens. Estilos e gêneros discursivos. Qualidade do texto. Produção de texto.

Bibliografia Básica:

MEDEIROS E TOMAZI. Como escrever textos. ISBN. 9788597009309 DIDIO. Leitura e produção de textos. ISBN. 9788522475995
FIGUEIREDO, A. Gramática comentada com interpretação de textos para concursos. 4. Ed. São Paulo: Saraiva, 2015 (VIRTUAL)

Bibliografia Complementar:

LIMA, F. SABERES DO DIREITO 61 – LEITURA DINÂMICA. São Paulo: Saraiva, 2013 (VIRTUAL)

SABBAG, E. Manual de Português Jurídico. 8. Ed. São Paulo: SARAIVA, 2014 (VIRTUAL)

AZEVEDO, R. Português. São Paulo: Saraiva, 2016 (VIRTUAL)

MARTINO, A.; LENZA, P. Português Esquemático. 9. Ed. São Paulo: Saraiva, 2021 (VIRTUAL)

SABBAG, E. Português para Concursos. São Paulo: Saraiva, 2017 (VIRTUAL)

INSTITUIÇÕES JURÍDICAS E ÉTICA

Ética e direito. Direito e justiça. Ética profissional. O papel do Bacharel em Direito no contexto social brasileiro. Relações interdisciplinares na ação do profissional. Regras deontológicas. Os deveres ético-profissionais. O controle de conduta dos profissionais do direito. Compreensão e visualização das estruturas e organizações dos órgãos das principais carreiras jurídicas e a conduta de regras morais. Ética profissional no âmbito das diversas profissões jurídicas.

Bibliografia Básica:

Costa, Elcias Ferreira da Deontologia jurídica – ética das profissões jurídicas / Elcias Ferreira da Costa. – Rio de Janeiro: Forense, 2

MANUAL ATLAS. Estatuto da Advocacia: Ordem dos Advogados do Brasil. ISBN. 9788597001952

RODOVALHO. Reforma do Poder Judiciário. ISBN. 9788522489848

BITTAR, E. C. B. Curso de ética jurídica. 15. Ed. São Paulo: Saraiva, 2019 (VIRTUAL)

Bibliografia Complementar:

CARDELLA, H. P.; CREMASCO, L. A. ÉTICA PROFISSIONAL – SIMPLIFICADO. São Paulo: Saraiva, 2012 (VIRTUAL).

JÚNIOR, G. T. Ética: Do mundo da célula ao mundo dos valores. 3. Ed. São Paulo: Saraiva, 2015 (VIRTUAL)

ADEODATO, J. M. ÉTICA E RETÓRICA - PARA UMA TEORIA DA DOGMÁTICA JURÍDICA. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2012 (VIRTUAL)

CASTELLANI, F. F.; FIGUEIREDO, F. V.; COCCARO, C.; COMETTI, M. T.; JUNIOR, M. A. S. D. M. COLEÇÃO OAB NACIONAL 1ª FASE - ÉTICA PROFISSIONAL E ESTATUTO DA ADVOCACIA. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2014 (VIRTUAL)

DIREITOS HUMANOS

Direitos humanos e formação para a cidadania. História dos direitos humanos e suas implicações na sociedade. Documentos nacionais e internacionais sobre direitos humanos. Sociedade, violência e construção de uma cultura da paz. Preconceito, discriminação e prática educativa. Políticas curriculares, temas transversais, projetos interdisciplinares e educação em direitos humanos.

Bibliografia Básica:

MAZZUOLI. Curso de Direitos Humanos. ISBN. 9788530975432

MORAES, Alexandre de. Direitos Humanos Fundamentais. ISBN. 9788597008883

BUCCI, Daniela; COMPARATO, F. K. A afirmação histórica dos direitos humanos. 12. ed. São Paulo: Saraiva, 2018 (VIRTUAL)

Bibliografia Complementar:

RAMOS, A. D. C. Curso de direitos humanos. São Paulo: Saraiva, 2020 (VIRTUAL)
PIOVESAN, F. Direitos humanos e o direito constitucional internacional. 19. ed. São Paulo: Saraiva, 2021 (VIRTUAL)
BITTAR, C. B. Educação e direitos humanos no Brasil. São Paulo: SARAIVA, 2014 (VIRTUAL)
BRITO, L. S. L. E. LIBERDADE E DIREITOS HUMANOS. São Paulo: Saraiva, 2013 (VIRTUAL)

BASES CONSTITUCIONAIS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

A Administração Pública. Função administrativa do Estado. Órgãos públicos. Desconcentração e descentralização. Administração direta e indireta. Servidores públicos. Ato administrativo: conceito, atributos, elementos e classificação. Vícios. Extinção e convalidação. Confirmação. Licitação: conceito e princípios. Dispensa e inexigibilidade. Modalidades licitatórias. Procedimento. Anulação e revogação. Contrato administrativo: conceito, características, formalidades, modalidades e rescisão.

Bibliografia Básica:

MATIAS e PEREIRA. Curso Administração Pública. ISBN. 9788522483266
MARIA SYLVIA ZANELLA DI PIETRO. Direito Administrativo. ISBN. 9788530979126
RODRIGUES, Marcelo Abelha; JORGE, Flávio Cheim. Direito Processual e a Administração Pública. São Paulo: Grupo GEN, 2010.

Bibliografia Complementar:

COUTO, R. Curso de direito administrativo. 2. ed. São Paulo: SARAIVA, 2015 (VIRTUAL)
ARAÚJO, E. N. D. CURSO DE DIREITO ADMINISTRATIVO. 7. ed. São Paulo: SARAIVA, 2015 (VIRTUAL)
MAZZA, A.; NICHOLAS, P. Direito Administrativo #nprática. São Paulo: SARAIVA, 2015 (VIRTUAL)
SPITZCOVSKY, C.; LENZA, P. Direito administrativo esquematizado. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2018 (VIRTUAL)

2º SEMESTRE

DIREITO PENAL I

Conceito e natureza do direito penal. Evolução histórica do direito penal. As doutrinas e as escolas penais. História do pensamento criminológico. Histórico da legislação penal do Brasil. Do Sistema Penal. Teoria da lei penal. Teoria Geral do Crime. A norma penal. Aplicação da lei penal. Do Crime. Da Ação. Da tipicidade. Da tentativa. Da injuricidade. Da Culpabilidade. Do Concurso de pessoas. Das penas: Concurso de crimes. Medidas de segurança. Da ação penal. Suspensão condicional de pena. Da extinção da punibilidade. Da reabilitação. Efeitos da condenação.

Bibliografia Básica:

NUCCI. Curso de Direito Penal: parte geral – Volume 1. ISBN. 9788530978594
MIRABETE, Júlio Fabrini. Manual de Direito Penal: parte geral. 27.ed. São Paulo: Atlas, 2011.
GALVÃO, Fernando. Direito Penal: crimes contra a pessoa. São Paulo: Saraiva, 2013.

Bibliografia Complementar:

CAPEZ, F. Curso de direito penal - parte geral. 25. ed. São Paulo: Saraiva, 2021 (VIRTUAL)

Junqueira, G., Vanzolini, P. Manual de direito penal - parte geral. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2020 (VIRTUAL)

MARTINELLI, J. P. O.; BEM, L. S. D. Lições Fundamentais de Direito Penal - Parte Geral. São Paulo: Saraiva, 2016 (VIRTUAL)

ATIVIDADES EXTENSIONISTAS

A intenção desta Atividade Extensionista é desvincular-se de um modelo de ensino que priorize conteúdos técnicos voltados a restabelecer os danos causados pelas doenças bucais, pouco enfatizando os aspectos socioculturais e epidemiológicos do processo saúde-doença, voltado para os infantis dentre outras áreas de especialidades da odontologia. Desta forma, é visado implantar, progredir, manter e incrementar e possibilitar a inserção dos discentes em equipes multidisciplinares e multiprofissionais.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

PINTO, Vitor Gomes, Saúde bucal coletiva, São Paulo, 2018 (5 unid.)

KRIGER, Léo e MOYSÉ Samuel Jorge, Saúde Coletiva: Políticas, Epidemiologia da Saúde Bucal e Redes de Atenção Odontológica, Coleção Abeno, Ed. Artes Médicas, 1ª Ed., 2013 (6 unid.)

Maria Madalena Lamonier Visagismo E Harmonização Facial Do Jovem Ao Senil Napoleão (5 unid.)

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CONTI, Paulo. DTM Dinsfunções temporomandibulares e dores orofaciais. Ed. Dental Press. 2021 (3 unid)

VIEIRA, Glauco Fioranrlli... [et al.], Atlas de anatomia: dentes decíduos, São Paulo, 2011 (5 unid.)

NEVILLE, Brad: Patologia Oral e Maxilofacial (5 unid.)

CONCEIÇÃO, E. N. Dentística, Saúde e Estética. Santos. (3 unid.)

MONDELLI, José, Fundamentos de dentística operatória, Rio de janeiro, 2017 (5 unid.)

B. M. ELEY; M. SOOREY; J. D. MANSON, Periodontia, 6º Ed., Editora Elsevier, 2012 (5 unid.)

CIÊNCIA POLÍTICA

Ser social, objeto, método e concepções. Estado e historicidade. Estado, nação e revolução. Estado, objetividade científica e positivismo. Jusnaturalismo e direito natural. Materialismo histórico, ideologia e idealismo Personalidade jurídica do Estado. Estado e democracia. Democracia direta e semidireta. Democracia representativa. Sistemas eleitorais e sistemas partidários. O Estado de Direito. O Estado Social de Direito. O Estado Democrático de Direito.

Bibliografia Básica:

FIGUEIREDO. Teoria Geral do Estado. ISBN. 9788522486212

FILOMENO. Teoria Geral do Estado e da Constituição. ISBN. 9788522486212

FRATESCHI, Y.; RAMOS, F. C.; MELO, R. Manual de filosofia política. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2021 (VIRTUAL)

Bibliografia Complementar:

- JÚNIOR, M. R. FILOSOFIA E TEORIA POLÍTICA. São Paulo: Saraiva, 2003 (VIRTUAL)
CUNHA, P. F. D. Teoria Geral do Estado e Ciência Política. São Paulo: Saraiva, 2018 (VIRTUAL)
ZIPPELIUS, R. Linha Direito Comparado - Teoria Geral do Estado. São Paulo: Saraiva, 2016 (VIRTUAL)

TEORIA GERAL DO PROCESSO

A diferença entre direito material e direito processual. Denominação do direito processual e sua divisão. Evolução do direito processual. Direito objetivo, direito subjetivo, pretensão, lide. Norma processual no tempo e no espaço. Princípios e garantias constitucionais. Princípios infraconstitucionais. Jurisdição e competência. Teoria da ação. Processo e procedimento.

Bibliografia Básica:

- MONTENEGRO FILHO. Curso Direito Processual Civil. ISBN. 9788597004243 CAIO MARIO. Instituições de Direito Civil – Volume II. ISBN. 9788530977511
TESHEINER, J. M. R.; THAMAY, R. F. K. Teoria geral do processo. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2020 (VIRTUAL)

Bibliografia Complementar:

- MATOS, C. E. F. D. Coleção sinopses jurídicas - processo civil - teoria geral do processo e processo de conhecimento. 17. ed. São Paulo: Saraiva, 2018 (VIRTUAL)
GRECO Filho, Vicente. Direito processual civil brasileiro, vol. 1 : teoria geral do processo e auxiliares da justiça, 23ª Edição. São Paulo: Saraiva, 2013. (VIRTUAL)
LUNARDI, F. C. Curso de Direito Processual Civil. São Paulo: Saraiva, 2018 (VIRTUAL)
BUENO, C. S. Curso sistematizado de Direito Processual Civil. 11. ed. São Paulo: Saraiva, 2021 (VIRTUAL)

DIREITO CIVIL I (PARTE GERAL)

Evolução histórica. Princípios fundamentais. Sujeito de Direitos. Personalidade jurídica. Pessoas naturais. Pessoas jurídicas. Fatos, atos e negócios jurídicos. Atos ilícitos e abuso de direito. Invalidez e ineficácia do negócio jurídico. Prescrição e decadência.

Bibliografia Básica:

- VALENTE. Direito Civil Facilitado. ISBN. 9788530973285
TARTUCE. Manual de Direito Civil: Volume Único. ISBN. 9788530977962
DONIZETTI. Curso Didático de Direito Civil. ISBN. 9788597009620

Bibliografia Complementar:

- WALD, A. DIREITO CIVIL. 14. ed. São Paulo: SARAIVA, 2015 (VIRTUAL)
LÔBO, P. Direito civil. São Paulo: Saraiva, 2020 (VIRTUAL)
GONÇALVES, C. R. Direito civil brasileiro. 19. ed. São Paulo: Saraiva, 2021 (VIRTUAL)
GAGLIANO, P. S.; FILHO, R. P. Manual de direito civil - volume único. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2020 (VIRTUAL)
GONÇALVES, C. R.; LENZA, P. Direito civil esquematizado. São Paulo: Saraiva,

2021 (VIRTUAL)

COMUNICAÇÃO E EXPRESSÃO

Concepções de língua e linguagem. Análise das especificidades dos textos orais e dos textos escritos. O processo da argumentação: o artigo de opinião, resenha, tipos de argumentos. As informações implícitas. A intertextualidade. As concepções de leitura e suas estratégias.

Bibliografia Básica:

MEDEIROS e TOMASI. Redação de Artigos Científicos. ISBN. 9788597001198
MEDEIROS, João Bosco e TOMASI, Carolina. Como Escrever Textos - Gêneros e Sequências Textuais. ISBN. 9788597009309
BITTAR, E. C. B. LINGUAGEM JURÍDICA. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2017 (VIRTUAL)

Bibliografia Complementar:

MARTINO, A.; LENZA, P. Português Esquematizado. São Paulo: Saraiva, 2020 (VIRTUAL)
PETRI, M. J. C. Manual de Linguagem Jurídica. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2017 (VIRTUAL)
SOARES, R. M. F. Hermenêutica e interpretação jurídica. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2019 (VIRTUAL)
SABBAG, E. Manual de Português Jurídico. 8. ed. São Paulo: SARAIVA, 2014 (VIRTUAL)
TORRES, J. M. C. Português - Nível Superior. São Paulo: Saraiva, 2014 (VIRTUAL)

ECONOMIA

Origem, conceitos fundamentais, problemas e temas relevantes. Evolução do pensamento econômico. O conceito de economia e o funcionamento do mercado. Relações entre economia e direito. O estudo da atividade econômica nacional. Desenvolvimento e crescimento econômico. Economia internacional. Teorias da violência, do valor, do trabalho e do capital. Mudanças estruturais na esfera pública e nas lutas pela paz e pelo progresso social na nossa época. Análise da realidade brasileira e avaliação da ideologia em curso no país.

Bibliografia Básica

História da Riqueza do Homem

Leo Huberman

CASTRO, Antonio Barros de; LESSA, Carlos. Introdução à economia. 38. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2013.

ALBERGONI. Introdução à economia. ISBN. 9788522499519

GARCIA, M. E.; VASCONCELLOS, M. A. S. D. Fundamentos de economia. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2018 (VIRTUAL).

Bibliografia Complementar:

COUTINHO, D. R. Direito e economia política na regulação de serviços públicos. São Paulo: Saraiva, 2014 (VIRTUAL)

WESSELS, W. J. ECONOMIA. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2010 (VIRTUAL)

LACERDA, A. C. D.; LACERDA, A. C. D. Economia brasileira. 6. ed. São Paulo:

Saraiva, 2018 (VIRTUAL)

PAIVA, D. L. D.; MARIANO, J.; SILVA, J. U. D.; CUNHA, L. C. V. D.; PASSANEZI, P. M. S.; MARQUEZINI, S. V. F. ECONOMIA INTERNACIONAL. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2017 (VIRTUAL)

3º SEMESTRE

DIREITO PENAL II

Crimes contra a pessoa. Homicídio. Induzimento, instigação ou auxílio a suicídio. Infanticídio. Aborto e suas espécies. Lesão corporal. Crimes de perigo para a vida e a saúde. Rixa. Crimes contra a honra: calúnia, difamação e injúria. Crimes contra a liberdade individual: constrangimento ilegal, ameaça, sequestro, cárcere privado, redução a condição análoga à de escravo. Crimes contra a inviolabilidade do domicílio, de correspondência e dos segredos. Crimes contra os costumes. Estupro. Atentado violento ao pudor. Posse sexual mediante fraude. Atentado ao pudor mediante fraude. Assédio sexual. Corrupção de menores. Lenocínio e tráfico de pessoas. Ultraje público ao pudor. Crimes contra o casamento. Crimes contra o estado de filiação. Crimes contra a assistência familiar. Crimes contra o pátrio poder, tutela e curatela.

Bibliografia Básica:

NUCCI, Guilherme de Souza. Curso de Direito Penal - Vol. 2 - Parte Especial - Arts. 121 a 212 do Código Penal. ISBN. 9788530977481

MIRABETE, Julio Fabbrini e FABBRINI, Renato N. Manual de Direito Penal - Parte Especial Arts. 235 a 361 do CP - Vol. 3. ISBN. 9788597009651

GONÇALVES, V. E. R. Curso de direito penal - parte especial - Arts 121 a 183. São Paulo: Saraiva, 2019 (VIRTUAL)

Bibliografia Complementar:

CAPEZ, F. Curso de direito penal. 21. ed. São Paulo: Saraiva, 2021 (VIRTUAL)

ESTEFAM, A. Direito penal. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2021 (VIRTUAL)

ESTEFAM, A.; LENZA, P.; GONÇALVES, V. E. R.; GONÇALVES, V. E. R. Direito penal esquematizado® - parte geral. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2019 (VIRTUAL)

DIREITO CONSTITUCIONAL I

Movimento Constitucionalista no mundo. Evolução Política e Constitucional no Brasil. Constituição de 1988. Direitos e garantias fundamentais. Estrutura e organização do Estado brasileiro. Organização dos Poderes: Poder Legislativo. Poder Executivo. Poder Judiciário.

Bibliografia Básica:

PAULO, Vicente. Direito Constitucional Descomplicado.

PAULO, Vicente. Resumo de Direito Constitucional Descomplicado.

STEFANO, Isa Gabriela de Almeida. Coleção Método de Estudo: Direito Constitucional.

Bibliografia Complementar:

JÚNIOR, A. P. CURSO DE DIREITO CONSTITUCIONAL. 5. ed. São Paulo: SARAIVA, 2015 (VIRTUAL)

FILH, M. G. F. CURSO DE DIREITO CONSTITUCIONAL. 40. ed. São Paulo:

SARAIVA, 2015 (VIRTUAL)

SARLET, I. W.; MITIDIERO, D. Curso de Direito Constitucional. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2016 (VIRTUAL)

TAVARES, A. R. Curso de direito constitucional. 15. ed. São Paulo: Saraiva, 2017 (VIRTUAL)

ATIVIDADES EXTENSIONISTAS

A intenção desta Atividade Extensionista é desvincular-se de um modelo de ensino que priorize conteúdos técnicos voltados a restabelecer os danos causados pelas doenças bucais, pouco enfatizando os aspectos socioculturais e epidemiológicos do processo saúde-doença, voltado para os infantis dentre outras áreas de especialidades da odontologia. Desta forma, é visado implantar, progredir, manter e incrementar e possibilitar a inserção dos discentes em equipes multidisciplinares e multiprofissionais.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

PINTO, Vitor Gomes, Saúde bucal coletiva, São Paulo, 2018 (5 unid.)

KRIGER, Léo e MOYSÉ Samuel Jorge, Saúde Coletiva: Políticas, Epidemiologia da Saúde Bucal e Redes de Atenção Odontológica, Coleção Abeno, Ed. Artes Médicas, 1ª Ed., 2013 (6 unid.)

Maria Madalena Lamonier Visagismo E Harmonização Facial Do Jovem Ao Senil Napoleão (5 unid.)

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CONTI, Paulo. DTM Dinsfunções temporomandibulares e dores orofaciais. Ed. Dental Press. 2021 (3 unid)

VIEIRA, Glauco Fioranrlli... [et al.], Atlas de anatomia: dentes decíduos, São Paulo, 2011 (5 unid.)

NEVILLE, Brad: Patologia Oral e Maxilofacial (5 unid.)

CONCEIÇÃO, E. N. Dentística, Saúde e Estética. Santos. (3 unid.)

MONDELLI, José, Fundamentos de dentística operatória, Rio de janeiro, 2017 (5 unid.)

B. M. ELEY; M. SOOREY; J. D. MANSON, Periodontia, 6º Ed., Editora Elsevier, 2012 (5 unid.)

ANTROPOLOGIA

O evolucionismo e o debate das determinações biológicas versus processo cultural. A antropologia social e os estudos sobre a diversidade cultural. Senso comum e científico. Herança cultural e plano biológico, participação dos indivíduos na cultura, a lógica cultural. Etnocentrismo, relativismo cultural e as relações étnico-raciais. Identidade cultural na atualidade, diversidade e inclusão. Tradições, assimilação e aculturação. Identidade cultural. Relações Étnico-raciais. História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena A Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno de Espectro Autista.

Bibliografia Básica:

MARCONI. Antropologia: uma introdução. ISBN. 9788522452170 FORACCHI, M. Sociologia e Sociedade. ISBN. 9788521605997

CARNIO, H. G. Direito e Antropologia. São Paulo: Saraiva, 2020 (VIRTUAL)

Bibliografia Complementar:

PALMA, R. F.; PALMA, R. F. Antropologia jurídica. São Paulo: Saraiva, 2018

(VIRTUAL)

CARNIO, H. G. DIREITO E ANTROPOLOGIA. São Paulo: Saraiva, 2013

REALE, Miguel. Paradigmas da Cultura Contemporânea, 2ª edição. São Paulo: Saraiva, 2005. (VIRTUAL)

ASSIS, O. Q.; KÜMPEL, V. F. MANUAL DE ANTROPOLOGIA JURÍDICA. São Paulo: Saraiva, 2011 (VIRTUAL)

DIREITO CIVIL II (OBRIGAÇÕES)

Características e evolução histórica do direito das obrigações. Fontes, princípios e conceitos fundamentais. Classificação das obrigações. Prestação pecuniária. Dívida de valor. Transmissão das obrigações (cessão de crédito e débito). Efeitos das obrigações. Pagamento. Adimplemento e extinção das obrigações. Inadimplemento das obrigações. Consequências da inexecução.

Bibliografia Básica:

VENOSA. Direito Civil: obrigações e responsabilidade civil – Volume II. ISBN. 9788597014167.

NADER. Curso de Direito Civil: Volume II – obrigações. ISBN. 9788530963569

MONTEIRO, W. D. B. CURSO DE DIREITO CIVIL. 43. ed. São Paulo: SARAIVA, 2016 (VIRTUAL)

Bibliografia Complementar:

GONÇALVES, C. R. Sinopses jurídicas - direito das obrigações - Tomo II. 16. ed. São Paulo: Saraiva, 2018 (VIRTUAL)

GONÇALVES, C. R. Teoria Geral das Obrigações. 18. ed. São Paulo: Saraiva, 2021 (VIRTUAL)

FILHO, R. P.; GAGLIANO, P. S. Novo curso de direito civil - obrigações. 21. ed. São Paulo: Saraiva, 2020 (VIRTUAL)

DIREITO AGRÁRIO

Evolução do direito agrário. Conceito de imóvel rural. Propriedade privada da terra. Formação territorial. Usucapião. Dicotomia do Direito Agrário. Instrumentos de distribuição de terras. A reforma agrária no contexto jurídico constitucional brasileiro. Contratos agrários. Justiça agrária.

Bibliografia Básica:

MICHELINI, Carlos Roberto. Legitimidade da Propriedade Rural: a engenharia na legalização e legitimação da propriedade rural e na garantia de investimentos rurais. 2ª ed. Cuiabá: KCM, 2012.

TRENTINI, Flavia. Teoria Geral do Direito Agrário Contemporâneo. Atlas.

OPITZ, Oswaldo; OPITZ, Sílvia C. B. Curso completo de direito agrário. 2.ed. São Paulo: Saraiva, 2007.

Bibliografia Complementar:

MARQUES, Benedito Ferreira. Direito agrário brasileiro. São Paulo: Atlas, 2007.

OPITZ, O.; OPITZ, S. C. B. CURSO COMPLETO DE DIREITO AGRÁRIO. 11. ed. São Paulo: Saraiva, 2017 (VIRTUAL)

FERRETTO, V. CONTRATOS AGRÁRIOS. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2017 (VIRTUAL)

SOCIOLOGIA GERAL E DO DIREITO

Pensamento científico sobre o social. Condição social do homem. Estratificação e Mobilidade social. Ideologia. Materialismo histórico e funcionalismo. Sociologia Jurídica e histórica. Ideologia e conhecimento social. Reprodução do conhecimento e hegemonia. Participação política e direitos do cidadão. Papel do Direito na sociedade capitalista.

Bibliografia Básica:

LAKATOS. Sociologia Geral. ISBN. 9788522421459

BOTTOMORE. Introdução à Sociologia. ISBN. 9788521616405

SILVA, F. G.; RODRIGUEZ, J. R.; RODRIGUEZ, J. R. Manual de Sociologia Jurídica. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2017 (VIRTUAL)

Bibliografia Complementar:

NETO, P. S. Sociologia geral e jurídica. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2019 (VIRTUAL)

SILVA, F. G.; RODRIGUEZ, J. R. Manual de sociologia jurídica. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2019 (VIRTUAL)

LTDA, I. C. E. P. Sociologia do Direito. São Paulo: Saraiva, 2017 (VIRTUAL)

SPAGNOL, A. S. DIREITO VIVO - Sociologia jurídica. São Paulo: Saraiva, 2013 (VIRTUAL)

ANÁLISE LINGUÍSTICA I

Leitura e interpretação de textos; Gêneros textuais; Funções da linguagem; Variação linguística; Ortografia; Acentuação; Pontuação; Crase; Estrutura das palavras; Radicais, prefixos e sufixos; Substantivo; Adjetivo; Pronome; Artigo; Numeral; Verbos; Preposição; Conjunção; Advérbio; Análise sintática; Sujeito e predicado; Concordância verbal e nominal; Regência verbal e nominal; Período simples e composto; Coordenação e subordinação; Coesão e coerência.

Bibliografia Básica:

AZEREDO, José C. de. Iniciação à sintaxe do português. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990.

_____. Fundamentos de gramática do português. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.

_____. Gramática Houaiss da língua portuguesa. São Paulo: Publifolha, 2008.

BECHARA, Evanildo. Moderna gramática portuguesa. Rio de Janeiro: Lucerna, 1999.

CUNHA, C. F. & CINTRA, L. Felipe Lindley. Nova gramática do português contemporâneo.

Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

Bibliografia Complementar:

MIRA MATEUS, Maria H. et al. Gramática da Língua Portuguesa. Lisboa, Ed. Caminho AS, 2003.

NEVES, Ma. Helena Moura. Gramática de usos do português. São Paulo: Ed. UNESP, 2000.

PERINI, Mário A. Gramática descritiva do português. São Paulo, Ática, 1995.

_____. Sofrendo a gramática. São Paulo, Ática, 1997.

ROCHA LIMA, C. H. da. Gramática normativa da língua portuguesa. 22 ed. Rio de

Janeiro: José Olympio, 1970.

SILVA, Rosa Virgínia Mattos e. Tradição Gramatical e Gramática Tradicional. São Paulo, Contexto, 1989.

TRAVAGLIA, Luiz Carlos. Gramática e interação: uma proposta para o ensino de gramática no 1º e 2º graus. São Paulo, Cortez, 1997.

VIEIRA, S.R e BRANDÃO, S. (org.). Ensino de gramática: descrição e uso. São Paulo: Contexto, 2007.

4º SEMESTRE

DIREITO PENAL III

Crimes contra o patrimônio. Furto, roubo e extorsão. Usurpação. Dano. Apropriação indébita. Estelionato e fraudes. Receptação. Crimes contra a propriedade imaterial. Crimes contra a propriedade intelectual. Crimes contra a organização do trabalho.

Bibliografia Básica:

JESUS, Damásio. Direito penal. Parte especial. 13 ed. São Paulo: Saraiva, 2003.

MIRABETE, Júlio Fabrin. Manual de direito penal. 22 ed. São Paulo: Atlas, 2007.

NUCCI, Guilherme de Souza. Curso de Direito Penal. Forense. 2ed.

Bibliografia Complementar:

FLORES, A.; LOPES, J. G. COLEÇÃO ÍCONES DO DIREITO MANUAL DE DIREITO PENAL. São Paulo: SARAIVA, 2015(VIRTUAL)

SILVEIRA, R. D. M. J.; DINIZ, E. S. -. Compliance, Direito Penal e Lei Anticorrupção. São Paulo: SARAIVA, 2015(VIRTUAL)

GONÇALVES, V. E. R. Curso de direito penal - Parte especial (arts. 121 a 183). 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2018(VIRTUAL)

CAPEZ, F. Curso de direito penal. 24. ed. São Paulo: Saraiva, 2020(VIRTUAL)

DIREITO CONSTITUCIONAL II

Funções Essenciais à Justiça. Tributação e Orçamento. Ordens Econômicas, Financeiras e Sociais. Defesa do Estado e das Instituições Democráticas.

Bibliografia Básica:

TAVARES. Série Método de Estudos OAB: direito constitucional. ISBN. 9788530966492 PIRES. Manual de Direito Constitucional. ISBN. 9788530966492

ADEODATO, J. M. A RETÓRICA CONSTITUCIONAL. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2013 – virtual.

Bibliografia Complementar:

RUSSO, L. COLEÇÃO OAB NACIONAL 1ª FASE - DIREITO CONSTITUCIONAL. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2014. (VIRTUAL)

PICCINA, G. K. S. F.; GOMES, M. V. M. L. Coleção Defensoria Pública - Ponto a Ponto - Direito Constitucional. São Paulo: Saraiva, 2016 (VIRTUAL)

MENDES, G. F.; SARLET, I. W.; LTDA, I. C. E. P.; LTDA, I. C. E. P.; CANOTILHO, J. J. G.; LEONCY, L. TAVARES, A. R. CURSO DE DIREITO CONSTITUCIONAL. 14. ed. São Paulo: Saraiva, 2016. (VIRTUAL)

ATIVIDADES EXTENSIONISTAS

A intenção desta Atividade Extensionista é desvincular-se de um modelo de ensino que priorize conteúdos técnicos voltados a restabelecer os danos causados pelas doenças bucais, pouco enfatizando os aspectos socioculturais e epidemiológicos do processo saúde-doença, voltado para os infantis dentre outras áreas de especialidades da odontologia. Desta forma, é visado implantar, progredir, manter e incrementar e possibilitar a inserção dos discentes em equipes multidisciplinares e multiprofissionais.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

PINTO, Vitor Gomes, Saúde bucal coletiva, São Paulo, 2018 (5 unid.)

KRIGER, Léo e MOYSÉ Samuel Jorge, Saúde Coletiva: Políticas, Epidemiologia da Saúde Bucal e Redes de Atenção Odontológica, Coleção Abeno, Ed. Artes Médicas, 1ª Ed., 2013 (6 unid.)

Maria Madalena Lamonier Visagismo E Harmonização Facial Do Jovem Ao Senil Napoleão (5 unid.)

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CONTI, Paulo. DTM Dinsfunções temporomandibulares e dores orofaciais. Ed. Dental Press. 2021 (3 unid)

VIEIRA, Glauco Fioranrlli... [et al.], Atlas de anatomia: dentes decíduos, São Paulo, 2011 (5 unid.)

NEVILLE, Brad: Patologia Oral e Maxilofacial (5 unid.)

CONCEIÇÃO, E. N. Dentística, Saúde e Estética. Santos. (3 unid.)

MONDELLI, José, Fundamentos de dentística operatória, Rio de janeiro, 2017 (5 unid.)

B. M. ELEY; M. SOOREY; J. D. MANSON, Periodontia, 6º Ed., Editora Elsevier, 2012 (5 unid.)

DIREITO EMPRESARIAL I

Teoria Geral do Direito Comercial. Atividade Comercial. Regime Jurídico da livre iniciativa. Registro do comércio. Livros comerciais. Estabelecimento comercial. Nome comercial. Propriedade industrial. Teoria Geral do Direito Societário. Constituição das sociedades contratuais. Sócio da Sociedade contratual. Sociedades do Código Comercial: em nome coletivo, em comandita simples, de capital e indústria, em conta de participação. Teoria Geral do direito falimentar. Processo falimentar. Crimes falimentares. Concordata. Liquidação extrajudicial de instituições financeiras.

Bibliografia Básica:

VENOSA. Direito Empresarial. ISBN. 9788597009255

FAZIO. Manual de Direito Comercial. ISBN. 9788597014686

TOMAZETTE. Direito Societário: globalização. ISBN. 9788522490677

Bibliografia Complementar:

G VIDO, E. Curso de direito empresarial. São Paulo: Saraiva, 2020 (VIRTUAL)

GONCALVES, M. G. V. P. R.; GONÇALVES, V. E. R. Direito Empresarial. 10. ed. São Paulo: Saraiva, 2018. (VIRTUAL)

TEIXEIRA, T. Direito Empresarial Sistematizado. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2019. (VIRTUAL)

DIREITO CIVIL III (CONTRATOS)

Teoria geral dos contratos. Contratos bilaterais. Requisitos subjetivos. Formação do contrato. Requisitos objetivos. Forma. Vícios redibitórios. Evicção. Contratos aleatórios. Contratos concluídos pelo poder público. Das várias espécies de contratos. Interpretação dos contratos. Resolução dos contratos por vontade das partes. Inadimplemento Involuntário. Efeitos dos contratos entre as partes e em relação a terceiros. Inexistência, nulidade, anulabilidade e ineficácia dos contratos.

Bibliografia Básica:

CAIO MARIO. Instituições de Direito Civil – Volume III – contratos.
VENOSA. Direito Civil: contratos. Volume 3. ISBN. 9788530970833
LÔBO, Paulo. Direito Civil – Contratos. 3ª ed.

Bibliografia Complementar:

GOMES, M. V. M. L. Coleção Defensoria Pública - Ponto a Ponto Direito Civil - Parte Geral. São Paulo: Saraiva, 2016 (VIRTUAL)
GAGLIANO, P. S.; FILHO, R. P. Contratos. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2020 (VIRTUAL)
ONTEIRO, W. D. B.; FR, A. C. D. B. M. CURSO DE DIREITO CIVIL. 45. ed. São Paulo: Saraiva, 2016. (VIRTUAL)
NEGRÃO, T. CÓDIGO CIVIL. São Paulo: Saraiva, 2018 (VIRTUAL)
LÔBO, P. Direito Civil. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2020 (VIRTUAL)

PSICOLOGIA JURÍDICA

Definição, objetivos, atuação, relação com outras áreas da psicologia e com outras ciências e profissões. A psicologia para a elaboração de leis. As relações intersubjetivas entre o indivíduo, a família e a lei. Psicologia criminal. Motivações psicológicas para o ato delituoso. Representação psicológica do ato delituoso e das penas. Análise das tentativas de tratamento e de reinserção social do sujeito infrator. Psicologia penitenciária e judicial.

Bibliografía Básica:

FIORELLI. Psicologia Jurídica. ISBN. 9788597012545
MIRA Y LOPEZ, Emílio. Manual de psicologia jurídica. 3 .ed. São Paulo: Vida Livros, 2013.
CAPEZ, F. LIV DIG COLEÇÃO DIREITO VIVO - PSICOLOGIA JURÍDICA AL DID
LIV DIG COLEÇÃO DIREITO VIVO - PSICOLOGIA JURÍDICA AL DID. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2017
. (VIRTUAL)

Bibliografia Complementar:

FREITAS, A. C. P.; MACIEL, J. F. R. LIV DIG COLEÇÃO DIREITO VIVO - PSICOLOGIA JURÍDICA AL DID. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2017 (VIRTUAL)
PINHEIRO, C. Manual de psicologia jurídica. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2019. (VIRTUAL)
PAULO, B. M. Psicologia na Prática Jurídica. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2012. (VIRTUAL)

LITERATURA E LEITURA

Literatura e Leitura. Leituras interpretativa e analítica. Língua, Linguagem e fala.

Linguagem verbal e linguagem não-verbal. Língua oral e língua escrita.. Funções da linguagem aplicadas ao discurso. Níveis de linguagem.

Bibliografia Básica:

DAMIÃO, Regina Toledo; HENRIQUES, Antônio. Curso de Português Jurídico. 12 ed. São Paulo: Atlas, 2015. (também em versão eletrônica)
NADÓLSKIS. Héndricas. Normas de Comunicação em Língua Portuguesa. 26 ed. Saraiva.

Bibliografia Complementar:

LIMA, F. SABERES DO DIREITO 61 - LEITURA DINÂMICA. São Paulo: Saraiva, 2013. (livro eletrônico).

TEORIA DA EMPRESA (OPTATIVA)

Teoria da Empresa. Empresa. Empresário. Caracterização e inscrição. Capacidade. Estabelecimento. Institutos complementares. Registro. Nome empresarial. Prepostos. Gerente. Contabilista e outros auxiliares. Escrituração. Teoria geral do direito societário. Sociedades empresariais no Código Civil. Sociedades personificadas e sociedades não personificadas.

Bibliografia Básica:

DINIZ. Grupos Societários: da formação a falência. ISBN. 9788530971236
MAMEDE. Direito Societário: Sociedade simples e empresas e direito das empresas brasileiras. ISBN. 9788597014464
FRAN MARTINS. Curso de Direito Comercial. ISBN. 9788521605997

VENOSA. Direito Empresarial. ISBN. 9788597009255

FAZIO. Manual de Direito Comercial. ISBN. 9788597014686

TOMAZETTE. Direito Societário: globalização. ISBN. 9788522490677

MAMEDE, Gladston. Direito Empresarial Brasileiro. Atlas.

LIBRAS (OPTATIVA)

Legislação sobre educação inclusiva – Regulamentação da Libras reconhecida como língua no território brasileiro. Fundamentos básicos da Língua de Sinais. Comunidade e cultura surda. Política e filosofia educacional na educação dos surdos – Bilingüismo.

Bibliografia Básica:

1. GESSER, Audrei. O Ouvinte e a Surdez: São Paulo: Pearson Prentice, 2012.
2. GESSER, Audrei. Libras? Que língua é essa? São Paulo: Parábola, 2011.
3. QUADROS, Ronice M. de e KARNOPP, Lodenir B. Língua de sinais brasileira – estudos linguísticos. Porto Alegre: Artmed, 2004.

Bibliografia Complementar:

1. CARVALHO, Rosita Edler. Removendo Barreiras para a Aprendizagem: Educação Inclusiva. 5. ed. Porto Alegre: Mediação, 2006.
2. BRANDÃO, Flavia. Dicionário Ilustrado de Libras. Rio de Janeiro: Global, 2012.
3. QUADROS, Ronice M. de e CRUZ Carina Rebelo. Língua de Sinais. Porto Alegre:

Artmed, 2012.

4. _____. Educação de Surdos – A Aquisição da Linguagem. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

5. PEREIRA, Maria Cristina da Cunha et all. Libras conhecimentos além dos sinais: São Paulo: Pearson Prentice, 2012.

5º SEMESTRE

DIREITO FINANCEIRO

Definição e conteúdo do Direito Financeiro. Atividade Financeira do Estado e sua evolução. Sistema Financeiro Nacional. Receita Pública. Despesa Pública. Orçamento Público. Crédito Público. Economia Pública e Financeira. Política Fiscal.

Bibliografia Básica:

MORAES, C. A. D. **Curso de direito financeiro**. São Paulo: Saraiva, 2012 (virtual)

PASIN, J. B. C.; F, I. G. D. S. M. **Direito financeiro e tributário comparado - Estudos em homenagem a Eusébio Gonzáles García**. São Paulo: Saraiva, 2014 (virtual)

Bibliografia Complementar:

FILHO, C. A. D. M. R. **DIREITO FINANCEIRO ESQUEMATIZADO**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2017 (VIRTUAL)

FILHO, C. A. D. M. R. **Direito Financeiro Esquemático**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2018 (VIRTUAL)

JARDIM, E. M. F. **Manual de direito financeiro e tributário**. 16. ed. São Paulo: Saraiva, 2019 (VIRTUAL)

MARTINS, I. G. D. S.; NASCIMENTO, C. V. D.; MENDES, G. F. **Tratado de direito financeiro - Volume 1**. São Paulo: Saraiva, 2013. (VIRTUAL)

MARTINS, I. G. D. S.; NASCIMENTO, C. V. D.; MENDES, G. F. **Tratado de direito financeiro - Volume 2**. São Paulo: Saraiva, 2013 (VIRTUAL)

ATIVIDADES EXTENSIONISTAS

A intenção desta Atividade Extensionista é desvincular-se de um modelo de ensino que priorize conteúdos técnicos voltados a restabelecer os danos causados pelas doenças bucais, pouco enfatizando os aspectos socioculturais e epidemiológicos do processo saúde-doença, voltado para os infantis dentre outras áreas de especialidades da odontologia. Desta forma, é visado implantar, progredir, manter e incrementar e possibilitar a inserção dos discentes em equipes multidisciplinares e multiprofissionais.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

PINTO, Vitor Gomes, Saúde bucal coletiva, São Paulo, 2018 (5 unid.)

KRIGER, Léo e MOYSÉ Samuel Jorge, Saúde Coletiva: Políticas, Epidemiologia da Saúde Bucal e Redes de Atenção Odontológica, Coleção Abeno, Ed. Artes Médicas, 1ª Ed., 2013 (6 unid.)

Maria Madalena Lamonier Visagismo E Harmonização Facial Do Jovem Ao Senil Napoleão (5 unid.)

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CONTI, Paulo. DTM Dinsfunções temporomandibulares e dores orofaciais. Ed. Dental Press. 2021 (3 unid)

VIEIRA, Glauco Fioranrlli... [et al.], Atlas de anatomia: dentes decíduos, São Paulo, 2011 (5 unid.)

NEVILLE, Brad: Patologia Oral e Maxilofacial (5 unid.)

CONCEIÇÃO, E. N. Dentística, Saúde e Estética. Santos. (3 unid.)

MONDELLI, José, Fundamentos de dentística operatória, Rio de Janeiro, 2017 (5 unid.)

B. M. ELEY; M. SOOREY; J. D. MANSON, Periodontia, 6º Ed., Editora Elsevier, 2012 (5 unid.)

DIREITO PREVIDENCIÁRIO

Evolução histórica da previdência social. A previdência social no Brasil. Beneficiários. Custeio. Prestações. Noções de acidentes de trabalho. Prestações relativas a acidente do trabalho. Repercussões no contrato de trabalho. A responsabilidade decorrente do acidente de trabalho. Ação judicial acidentária.

Bibliografia Básica:

SANTOS, M. F. D. **Direito previdenciário**. 14. ed. São Paulo: Saraiva, 2019 (VIRTUAL)

NEVES, G. B. **MANUAL DE DIREITO PREVIDENCIÁRIO - DIREITO DA SEGURIDADE SOCIAL**. São Paulo: Saraiva, 2013 (VIRTUAL)

ENZA, P.; SANTOS, M. F. D. **Direito previdenciário**. 11. ed. São Paulo: Saraiva, 2021 (VIRTUAL)

Bibliografia Complementar:

BULGUERONI, R. O. **PREPARATÓRIA PARA CONCURSOS JURÍDICOS - DIREITO PREVIDENCIÁRIO**. São Paulo: Saraiva, 2013. (VIRTUAL)

MARTINEZ, L. **Reforma da previdência**. São Paulo: Saraiva, 2020 (VIRTUAL).

LEITÃO, A. S.; GOMES, L. F.; ANDRADE, F. C. M. D.; BIANCHINI, A. **Saberes do direito 45 - direito previdenciário I**. São Paulo: Saraiva, 2012 (VIRTUAL)

ANDRADE, F. C. M. D.; LEITÃO, A. S. **COLEÇÃO CONCURSOS PÚBLICOS - NÍVEL MÉDIO & SUPERIOR - DIREITO PREVIDENCIÁRIO**. São Paulo: Saraiva, 2012 (VIRTUAL)

LEITÃO, A. S.; MEIRINHO, A. G. S. **MANUAL DE DIREITO PREVIDENCIÁRIO**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2016 (VIRTUAL).

DIREITO EMPRESARIAL II (Títulos de crédito)

Títulos de crédito. Características dos títulos de créditos. Classificação dos títulos de crédito. Requisitos para formalização dos títulos de crédito. A executoriedade dos títulos de crédito. Letra de câmbio. Nota promissória. Cheque. Duplicata. Ações. Debêntures. Títulos de crédito e financiamento rural, industrial, comercial e imobiliário. Conhecimento de transporte. Depósito e Warrant. Letra imobiliária. Cédula hipotecária. Certificado de depósito bancário. Cédula de crédito bancário.
INSERIR NESTA EMETA CONTRATOS MERCANTIS

Bibliografia Básica:

DINIZ. Grupos Societários: da formação a falência. ISBN. 9788530971236

MAMEDE. Direito Societário: Sociedade simples e empresas e direito das empresas brasileiras. ISBN. 9788597014464

FRAN MARTINS. Curso de Direito Comercial. ISBN. 9788521605997

VENOSA. Direito Empresarial. ISBN. 9788597009255

FAZIO. Manual de Direito Comercial. ISBN. 9788597014686

TOMAZETTE. Direito Societário: globalização. ISBN. 9788522490677

MAMEDE, Gladston. Direito Empresarial Brasileiro. Atlas.

DIREITO CIVIL IV (Real)

Fundamentos históricos e constitucionais. Fontes, princípios e conceitos fundamentais. Classificação dos direitos reais. Da posse: conceito, elementos que a constituem. Aquisição, efeitos e perda da posse. Da propriedade: fundamentos jurídicos, históricos e sociológicos da propriedade, teorias, conceito de propriedade suas características. Direitos de vizinhança. Perda da propriedade imóvel. Direito do promitente comprador do imóvel. Da propriedade resolúvel, da propriedade literária, científica e artística, da enfiteuse, das servidões prediais, do usufruto, do uso, da habitação, das rendas constituídas sobre imóveis, do compromisso de compra e venda. Dos direitos reais de garantia.

Bibliografia Básica:

CAIO MARIO. Instituições de Direito Civil – Volume III – contratos.

VENOSA. Direito Civil: contratos. Volume 3. ISBN. 9788530970833

LÔBO, Paulo. Direito Civil – Contratos. 3ª ed.

Bibliografia Complementar:

GOMES, M. V. M. L. Coleção Defensoria Pública - Ponto a Ponto Direito Civil - Parte Geral. São Paulo: Saraiva, 2016 (VIRTUAL)

GAGLIANO, P. S.; FILHO, R. P. Contratos. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2020 (VIRTUAL)

ONTEIRO, W. D. B.; FR, A. C. D. B. M. CURSO DE DIREITO CIVIL. 45. ed. São Paulo: Saraiva, 2016. (VIRTUAL)

NEGRÃO, T. CÓDIGO CIVIL. São Paulo: Saraiva, 2018 (VIRTUAL)

LÔBO, P. Direito Civil. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2020 (VIRTUAL)

DIREITO PROCESSUAL PENAL I

Teoria geral do Direito Processual Penal. Inquérito policial. Ação penal: pressupostos processuais. Questões e processos incidentes. Da prova. Da prisão e liberdade provisória. Do chamamento a juízo. Sujeitos do Processo. Rito processual comum do juízo singular. Rito sumário e sumaríssimo.

Bibliografia Básica:

LOUREIRO, Caio Marcio. O Princípio da Plenitude da Tutela da Vida no Tribunal do Júri. Cuiabá: Carlini e Caniato, 2017.

JESUS, Damásio E de. Código de processo penal anotado. 26 ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

CAPEZ, Fernando. Curso de processo penal. 18. ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

Bibliografia Complementar:

JESUS, Damásio. Direito penal. Parte especial. 13 ed. São Paulo: Saraiva, 2003.

MIRABETE, Júlio Fabrini. Manual de direito penal. 22 ed. São Paulo: Atlas, 2007.

NUCCI, Guilherme de Souza. Curso de Direito Penal. Forense. 2ed.

FLORES, A.; LOPES, J. G. COLEÇÃO ÍCONES DO DIREITO MANUAL DE DIREITO

PENAL. São Paulo: SARAIVA, 2015(VIRTUAL)
SILVEIRA, R. D. M. J.; DINIZ, E. S. -. Compliance, Direito Penal e Lei Anticorrupção. São Paulo: SARAIVA, 2015(VIRTUAL)
GONÇALVES, V. E. R. Curso de direito penal - Parte especial (arts. 121 a 183). 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2018(VIRTUAL)
CAPEZ, F. Curso de direito penal. 24. ed. São Paulo: Saraiva, 2020(VIRTUAL)

INTERTEXTUALIDADE

Noções de signo: o signo linguístico (Saussure).. Intertextualidade/ dialogismo/ interdiscursividade. Formação discursiva/ ideológica/ social. Polifonia textual e discursiva (Bakhtin). Coerência e coesão textuais. Criação, elaboração e refazimento de textos.

Bibliografia Básica:

MEDEIROS, João Bosco, TOMASI, Carolina. Português Forense: Língua Portuguesa para Curso de Direito. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2015 . - MARTINS, Dileta Silveira; ZILBERKNOP, Núbia Scliar. Português Instrumental. 28 ed. São Paulo: Atlas. 2010. (também em versão eletrônica)

Bibliografia Complementar:

ABREU, Antonio Suarez. A Arte de Argumentar: Gerenciando Razão e Emoção. São Paulo: Ateliê Editorial, 2008. - CEGALLA, Domingos Paschoal. Novíssima Gramática da Língua Portuguesa. 48 ed. Companhia Nacional. São Paulo. 2008. - MEDEIROS, João Bosco. Português Instrumental. 6 ed. São Paulo: Atlas. 2007.
DAMIÃO, Regina Toledo; HENRIQUES, Antônio. Curso de Português Jurídico. 12 ed. São Paulo: Atlas, 2015. (também em versão eletrônica)
NADÓLSKIS. Héndricas. Normas de Comunicação em Língua Portuguesa. 26 ed. Saraiva.
LIMA, F. SABERES DO DIREITO 61 - LEITURA DINÂMICA. São Paulo: Saraiva, 2013. (livro eletrônico).

DIREITO ELEITORAL

Conceito. Sistemas eleitorais. Sistema de verificação de poderes. Normas constitucionais em matéria eleitoral. Justiça eleitoral. Direitos políticos. Sufrágio e elegibilidade. Inelegibilidades incompatibilidades. Controle de legitimidade dos eleitores. Partidos políticos. Arrecadação e aplicação de recursos nas Campanhas Eleitorais. Prestação de contas. Propaganda eleitoral. Fiscalização das eleições. Processo eleitoral. Crimes eleitorais. Controle da legitimidade das eleições. Impugnações e recursos.

Bibliografia Básica:

CHIMENTI, R. C. **Direito Eleitoral**. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2018
SARAIVA, E. **DIREITO ELEITORAL EM DEBATE - ESTUDOS EM HOMENAGEM A CLÁUDIO LEMBO**. São Paulo: Saraiva, 2013(virtual)
AGRA, W. D. M.; VELLOSO, C. M. D. S. **Elementos de direito eleitoral**. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2018(virtual)

Bibliografia Complementar:

VELLOSO, C. M. D. S.; AGRA, W. D. M. **Elementos de direito eleitoral**. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2020 (virtual).

RAIS, D. **COLEÇÃO CONCURSOS PÚBLICOS - NÍVEL MÉDIO & SUPERIOR - DIREITO ELEITORAL**. São (virtual)

CHIMENTI, R. C. **Col. sinopses jurídicas - direito eleitoral**. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2019(virtual)

ATIVIDADES EXTENSIONISTAS

A intenção desta Atividade Extensionista é desvincular-se de um modelo de ensino que priorize conteúdos técnicos voltados a restabelecer os danos causados pelas doenças bucais, pouco enfatizando os aspectos socioculturais e epidemiológicos do processo saúde-doença, voltado para os infantis dentre outras áreas de especialidades da odontologia. Desta forma, é visado implantar, progredir, manter e incrementar e possibilitar a inserção dos discentes em equipes multidisciplinares e multiprofissionais.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

PINTO, Vitor Gomes, Saúde bucal coletiva, São Paulo, 2018 (5 unid.)

KRIGER, Léo e MOYSÉ Samuel Jorge, Saúde Coletiva: Políticas, Epidemiologia da Saúde Bucal e Redes de Atenção Odontológica, Coleção Abeno, Ed. Artes Médicas, 1ª Ed., 2013 (6 unid.)

Maria Madalena Lamoniér Visagismo E Harmonização Facial Do Jovem Ao Senil Napoleão (5 unid.)

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CONTI, Paulo. DTM Dinsfunções temporomandibulares e dores orofaciais. Ed. Dental Press. 2021 (3 unid)

VIEIRA, Glauco Fioranrlli... [et al.], Atlas de anatomia: dentes decíduos, São Paulo, 2011 (5 unid.)

NEVILLE, Brad: Patologia Oral e Maxilofacial (5 unid.)

CONCEIÇÃO, E. N. Dentística, Saúde e Estética. Santos. (3 unid.)

MONDELLI, José, Fundamentos de dentística operatória, Rio de janeiro, 2017 (5 unid.)

B. M. ELEY; M. SOOREY; J. D. MANSON, Periodontia, 6º Ed., Editora Elsevier, 2012 (5 unid.)

ESTÁGIO SUPERVISIONADO I (Prática Simulada)

Exercício prático das atividades forenses e não forenses. A elaboração de peças processuais e profissionais simuladas. Atuação em processos simulados. Estudo de peças, rotinas e fases do processo, nos diversos procedimentos, pelo exame de autos findos. O treinamento simulado de técnicas de negociação, conciliação e arbitragem.

Bibliografia Básica:

NETO, A. M. **COL OS 10+ PROCESSO PENAL**. São Paulo: Saraiva, 201/.. (VIRTUAL)

SÁ, R. M. D. **COL. DIREITO E PROCESSO - EFICÁCIA DA COISA JULGADA**. São Paulo: Saraiva, 2018 (VIRTUAL)

BERALD, M. C. S. **COLEÇÃO DIREITO E PROCESSO**. São Paulo: Saraiva, 2019 (VIRTUAL)

Bibliografia Complementar:

CAIO MARIO. Instituições de Direito Civil – Volume III – contratos.

VENOSA. Direito Civil: contratos. Volume 3. ISBN. 9788530970833

LÔBO, Paulo. Direito Civil – Contratos. 3ª ed.

GOMES, M. V. M. L. Coleção Defensoria Pública - Ponto a Ponto Direito Civil - Parte Geral. São Paulo: Saraiva, 2016 (VIRTUAL)

GAGLIANO, P. S.; FILHO, R. P. Contratos. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2020 (VIRTUAL)

ONTEIRO, W. D. B.; FR, A. C. D. B. M. CURSO DE DIREITO CIVIL. 45. ed. São Paulo: Saraiva, 2016. (VIRTUAL)

NEGRÃO, T. CÓDIGO CIVIL. São Paulo: Saraiva, 2018 (VIRTUAL)

LÔBO, P. Direito Civil. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2020 (VIRTUAL)

6º SEMESTRE**DIREITO PORTUÁRIO**

Conceito. Portos secos. Portos fluviais. Legislação Portuária (Lei 12.815/13). Exploração direta e indireta. Autoridade portuária e suas atribuições. Plano de Desenvolvimento e Zoneamento do Porto Operação e operador portuário. Direito do trabalho portuário. Tributação na atividade portuária. Direito Ambiental Portuário.

Bibliografia Básica:

CASTRO J., Osvaldo Agripino de. Direito Portuário e a Nova Regulação. São Paulo: Aduaneiras, 2015.

VENOSA. Direito Empresarial. ISBN. 9788597009255

FAZIO. Manual de Direito Comercial. ISBN. 9788597014686

Bibliografia Complementar:

ADEODATO, J. M. **A RETÓRICA CONSTITUCIONAL**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2013 (VIRTUAL)

MATTOS, F. C. **A luta pelo direito**. São Paulo: Saraiva, 2015. (VIRTUAL)

BOTELHO, M. C. **A LEGITIMIDADE DA JURISDIÇÃO CONSTITUCIONAL NO PENSAMENTO DE JURGEN HABERMAS**. São Paulo: Saraiva, 2010. (VIRTUAL)

BRUGGER, W. **A cruz antropológica da decisão na política e no direito**. São Paulo: Saraiva, 2016 (VIRTUAL)

MARTINS-COSTA, J. **A Boa-Fé no Direito Privado**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2018 (VIRTUAL)

DIREITO PROCESSUAL CIVIL I

Processo Cautelar. Procedimentos cautelares inominados. Os procedimentos cautelares referentes a bens. Procedimentos especiais relativos às pessoas. Atentado e outras medidas provisórias. Procedimentos de administração judicial de interesses privados. Jurisdição contenciosa. Das ações possessórias. Do inventário e da partilha. Dos Embargos de Terceiros. Dos procedimentos especiais de jurisdição voluntária. Assistência Judiciária. Acidente do Trabalho. Ação Popular. Ação de Desapropriação. Deficientes. Usucapião Especial. Execução Fiscal. Alimentos. Alienação Fiduciária. Mandado de Segurança. Registros Públicos.

Bibliografia Básica:

STRECK, L. L.; NUNES, D.; CUNHA, L. C. D. **Comentários ao código de processo civil**. São Paulo: Saraiva, 2016.

ALVIM, A. A.; ALVIM, E. A.; LEITE, G. S.; ASSIS, A. D.; LEITE, G. S. **Comentários ao Código de Processo Civil**. São Paulo: Saraiva, 2016

NEGRÃO, T. **Código de processo civil e legislação processual em vigor**. 50. ed. São Paulo: Saraiva, 2019

Bibliografia Complementar:

ALVIM, A. A.; ALVIM, A. A.; ASSIS, A. D.; ALVIM, E. A. **Comentários ao Código de Processo Civil**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2017 (VIRTUAL)

FREIRE, A. R. S.; NUNES, D. J. C.; STRECK, L. L.; CUNHA, L. J. R. C. B. **Comentários ao Código de Processo Civil**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2017 (VIRTUAL).

MATOS, C. E. F. D. **Coleção sinopses jurídicas - processo civil - teoria geral do processo e processo de conhecimento**. 17. ed. São Paulo: Saraiva, 2018 (VIRTUAL).

GOMES, M. V. M. L. **Coleção Defensoria Pública - Ponto a Ponto - Direito Processual Civil Teoria Geral do Processo Civil**. São Paulo: Saraiva, 2016 (VIRTUAL)

LOURENÇO, Haroldo. **Manual de Direito Processual Civil**. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2013. (VIRTUAL)

ATIVIDADES EXTENSIONISTAS

A intenção desta Atividade Extensionista é desvincular-se de um modelo de ensino que priorize conteúdos técnicos voltados a restabelecer os danos causados pelas doenças bucais, pouco enfatizando os aspectos socioculturais e epidemiológicos do processo saúde-doença, voltado para os infantis dentre outras áreas de especialidades da odontologia. Desta forma, é visado implantar, progredir, manter e incrementar e possibilitar a inserção dos discentes em equipes multidisciplinares e multiprofissionais.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

PINTO, Vitor Gomes, **Saúde bucal coletiva**, São Paulo, 2018 (5 unid.)

KRIGER, Léo e MOYSÉ Samuel Jorge, **Saúde Coletiva: Políticas, Epidemiologia da Saúde Bucal e Redes de Atenção Odontológica**, Coleção Abeno, Ed. Artes Médicas, 1ª Ed., 2013 (6 unid.)

Maria Madalena Lamonier **Visagismo E Harmonização Facial Do Jovem Ao Senil Napoleão** (5 unid.)

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CONTI, Paulo. **DTM Dinsfunções temporomandibulares e dores orofaciais**. Ed. Dental Press. 2021 (3 unid)

VIEIRA, Glauco Fioranrlli... [et al.], **Atlas de anatomia: dentes decíduos**, São Paulo, 2011 (5 unid.)

NEVILLE, Brad: **Patologia Oral e Maxilofacial** (5 unid.)

CONCEIÇÃO, E. N. **Dentística, Saúde e Estética**. Santos. (3 unid.)

MONDELLI, José, **Fundamentos de dentística operatória**, Rio de janeiro, 2017 (5 unid.)

B. M. ELEY; M. SOOREY; J. D. MANSON, **Periodontia**, 6º Ed., Editora Elsevier, 2012 (5 unid.)

DIREITO DO TRABALHO I

Noções propedêuticas. Definição. Denominação. Autonomia. Fontes. Contrato de trabalho e relação de trabalho. Higiene e Segurança do Trabalho. Medicina do trabalho. Insalubridade, periculosidade e penosidade. Duração do trabalho. Prorrogação. Trabalho noturno. Repouso semanal e em feriados. Férias anuais remuneradas. Salário e remuneração. Composição. Formas de salário. Contratos especiais de trabalho. Proteção do trabalho da mulher e do menor. Nacionalização do trabalho. Efeitos no contrato de trabalho. Direito disciplinar do trabalho. Análise das faltas graves. Término do contrato de trabalho. As medidas de proteção social. O Direito Previdenciário. Evolução histórica. Tendência às organizações internacionais. Relação Jurídica da Previdência Social. Estrutura Institucional. Sistemas Complementares públicos e privados. Política de Seguridade Social.

Bibliografia Básica:

LENZA, P.; ROMAR, C. T. M. **Direito do Trabalho Esquemático**. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2018. . (VIRTUAL)

ROMAR, C. T. M.; LENZA, P. **Direito do trabalho esquematizado**®. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2019. (VIRTUAL)

Bibliografia Complementar:

JUNIOR, A. U. D. S. **Série IDP - Linha Doutrina - O Novo Direito do Trabalho Doméstico**. São Paulo: Saraiva, 2015. (VIRTUAL)

CALVO, A. **Manual de direito do trabalho**. São Paulo: Saraiva, 2020 (VIRTUAL)

LEITE, C. H. B.; LEITE, L. D.; LEITE, L. D. **A nova lei do Trabalho Doméstico (Comentários à Lei Complementar n. 150/2015)**. São Paulo: SARAIVA, 2015 (VIRTUAL)

MONTEIRO, A. L.; BERTAG, R. F. D. S. **Acidentes do trabalho e doenças ocupacionais**. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2018 (VIRTUAL)

MONTEIRO, A. L.; BERTAG, R. F. D. S. **Acidentes do trabalho e doenças ocupacionais**. São Paulo: Saraiva, 2020 (VIRTUAL)

DIREITO CIVIL V (Família e sucessões)

Conceito de família. Do casamento. Das formas de dissolução do casamento. Das relações de parentesco. Dos regimes de bens entre os cônjuges. Dos alimentos. Do bem de família. Da União Estável. Da tutela e da curatela. Sucessão em geral. Herança e administração. Vocações hereditárias. Aceitação e renúncia da herança. Excluídos da sucessão. Herança jacente e vacante. Petição de herança. Sucessão legítima. Herdeiros necessários. Direito de representação. Sucessão testamentária. Codicilos. Legados: efeitos, pagamento e caducidade. Direito de acrescer entre herdeiros e legatários. Substituições: vulgar, recíproca e fideicomissária. Deserdação. Inventário. Sonegados. Pagamento das dívidas. Colação. Partilha. Garantia dos quinhões hereditários. Anulação da partilha.

Bibliografia Básica:

VENOSA. **Direito Civil: obrigações e responsabilidade civil – Volume II**. ISBN. 9788597014167.

NADER. **Curso de Direito Civil: Volume II – obrigações**. ISBN. 9788530963569

MONTEIRO, W. D. B. **CURSO DE DIREITO CIVIL**. 43. ed. São Paulo: SARAIVA, 2016 (VIRTUAL)

Bibliografia Complementar:

GONÇALVES, C. R. Sinopses jurídicas - direito das obrigações - Tomo II. 16. ed. São Paulo: Saraiva, 2018 (VIRTUAL)

GONÇALVES, C. R. Teoria Geral das Obrigações. 18. ed. São Paulo: Saraiva, 2021 (VIRTUAL)

FILHO, R. P.; GAGLIANO, P. S. Novo curso de direito civil - obrigações. 21. ed. São Paulo: Saraiva, 2020 (VIRTUAL)

DIREITO PROCESSUAL PENAL II

O Tribunal do júri. Processos da competência dos Tribunais. Habeas-corpus. Leis especiais: aspectos processuais. Processo de restauração de autos extraviados ou destruídos. Procedimento contra os menores de 18 anos. Das nulidades.

Bibliografia Básica:

CAPEZ, F. **Curso de processo penal**. 27. ed. São Paulo: Saraiva, 2020(VIRTUAL)

MARCÃO, R. **Curso de Processo Penal**. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2021(VIRTUAL)

BONFIM, E. M. **CÓDIGO DE PROCESSO PENAL**. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2017(VIRTUAL)

Bibliografia Complementar:

JESUS, Damásio. Direito penal. Parte especial. 13 ed. São Paulo: Saraiva, 2003. (VIRTUAL)

MIRABETE, Júlio Fabrini. Manual de direito penal. 22 ed. São Paulo: Atlas, 2007. (VIRTUAL)

NUCCI, Guilherme de Souza. Curso de Direito Penal. Forense. 2ed.

FLORES, A.; LOPES, J. G. COLEÇÃO ÍCONES DO DIREITO MANUAL DE DIREITO PENAL. São Paulo: SARAIVA, 2015(VIRTUAL)

SILVEIRA, R. D. M. J.; DINIZ, E. S. -. Compliance, Direito Penal e Lei Anticorrupção. São Paulo: SARAIVA, 2015(VIRTUAL)

GONÇALVES, V. E. R. Curso de direito penal - Parte especial (arts. 121 a 183). 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2018(VIRTUAL)

CAPEZ, F. Curso de direito penal. 24. ed. São Paulo: Saraiva, 2020(VIRTUAL)

ELEMENTOS ESTRUTURAIS DA NARRATIVA

Elementos estruturais da narrativa. Modalidades discursivas.. Criação de texto. Denotação e conotação: principais figuras de linguagem (teoria e prática). Manuais de redação (FSP, ESP, TV GLOBO etc).. Elementos estruturais do texto. Gêneros textuais (literário, poéticos, jornalísticos, científicos). Condição de produção de leitura. Ato de ler. Resumo. Resenha. Relatório, artigo. Monografia

Bibliografia Básica:

ABREU, Antonio Suarez. A Arte de Argumentar: Gerenciando Razão e Emoção. São Paulo: Ateliê Editorial, 2008. - CEGALLA. Domingos Paschoal. Novíssima Gramática da Língua Portuguesa. 48 ed.

Companhia Nacional. São Paulo. 2008. - MEDEIROS, João Bosco. Português Instrumental. 6 ed. São Paulo: Atlas. 2007.
DAMIÃO, Regina Toledo; HENRIQUES, Antônio. Curso de Português Jurídico. 12 ed. São Paulo: Atlas, 2015. (também em versão eletrônica)

Bibliografia Complementar:

NADÓLSKIS. Héndricas. Normas de Comunicação em Língua Portuguesa. 26 ed. Saraiva.
LIMA, F. SABERES DO DIREITO 61 - LEITURA DINÂMICA. São Paulo: Saraiva, 2013. (livro eletrônico).

ESTÁGIO SUPERVISIONADO II (Prática Simulada)

Exercício prático das atividades forenses e não forenses. A elaboração de peças processuais e profissionais simuladas. Atuação em processos simulados. Estudo de peças, rotinas e fases do processo, nos diversos procedimentos, pelo exame de autos findos. O treinamento simulado de técnicas de negociação, conciliação e arbitragem.

Bibliografia Básica:

NETO, A. M. **COL OS 10+ PROCESSO PENAL**. São Paulo: Saraiva, 201/.. (VIRTUAL)
SÁ, R. M. D. **COL. DIREITO E PROCESSO - EFICÁCIA DA COISA JULGADA**. São Paulo: Saraiva, 2018 (VIRTUAL)
BERALD, M. C. S. **COLEÇÃO DIREITO E PROCESSO**. São Paulo: Saraiva, 2019 (VIRTUAL)

Bibliografia Complementar:

CAIO MARIO. Instituições de Direito Civil – Volume III – contratos.
VENOSA. Direito Civil: contratos. Volume 3. ISBN. 9788530970833
LÔBO, Paulo. Direito Civil – Contratos. 3ª ed.
GOMES, M. V. M. L. Coleção Defensoria Pública - Ponto a Ponto Direito Civil - Parte Geral. São Paulo: Saraiva, 2016 (VIRTUAL)
GAGLIANO, P. S.; FILHO, R. P. Contratos. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2020 (VIRTUAL)
ONTEIRO, W. D. B.; FR, A. C. D. B. M. CURSO DE DIREITO CIVIL. 45. ed. São Paulo: Saraiva, 2016. (VIRTUAL)
NEGRÃO, T. CÓDIGO CIVIL. São Paulo: Saraiva, 2018 (VIRTUAL)
LÔBO, P. Direito Civil. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2020 (VIRTUAL)

7º SEMESTRE

DIREITO ADMINISTRATIVO I

Origem, objeto e conceito do Direito Administrativo. Princípios informativos do Direito Administrativo. Interpretação do Direito Administrativo. Administração Pública. Ato administrativo. Poderes administrativos. Servidores públicos. Cargos públicos. Concurso público.

Bibliografia Básica:

MATIAS e PEREIRA. Curso Administração Pública. ISBN. 9788522483266
MARIA SYLVIA ZANELLA DI PIETRO. Direito Administrativo. ISBN. 9788530979126
RODRIGUES, Marcelo Abelha; JORGE, Flávio Cheim. Direito Processual e a Administração Pública. São Paulo: Grupo GEN, 2010.

Bibliografia Complementar:

COUTO, R. Curso de direito administrativo. 2. ed. São Paulo: SARAIVA, 2015 (VIRTUAL)
ARAÚJO, E. N. D. CURSO DE DIREITO ADMINISTRATIVO. 7. ed. São Paulo: SARAIVA, 2015 (VIRTUAL)
MAZZA, A.; NICHOLAS, P. Direito Administrativo #nprática. São Paulo: SARAIVA, 2015 (VIRTUAL)
SPITZCOVSKY, C.; LENZA, P. Direito administrativo esquematizado. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2018 (VIRTUAL)

ATIVIDADES EXTENSIONISTAS

A intenção desta Atividade Extensionista é desvincular-se de um modelo de ensino que priorize conteúdos técnicos voltados a restabelecer os danos causados pelas doenças bucais, pouco enfatizando os aspectos socioculturais e epidemiológicos do processo saúde-doença, voltado para os infantis dentre outras áreas de especialidades da odontologia. Desta forma, é visado implantar, progredir, manter e incrementar e possibilitar a inserção dos discentes em equipes multidisciplinares e multiprofissionais.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

PINTO, Vitor Gomes, Saúde bucal coletiva, São Paulo, 2018 (5 unid.)
KRIGER, Léo e MOYSÉ Samuel Jorge, Saúde Coletiva: Políticas, Epidemiologia da Saúde Bucal e Redes de Atenção Odontológica, Coleção Abeno, Ed. Artes Médicas, 1ª Ed., 2013 (6 unid.)
Maria Madalena Lamoniér Visagismo E Harmonização Facial Do Jovem Ao Senil Napoleão (5 unid.)

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CONTI, Paulo. DTM Dinsfunções temporomandibulares e dores orofaciais. Ed. Dental Press. 2021 (3 unid)
VIEIRA, Glauco Fioranrlli... [et al.], Atlas de anatomia: dentes decíduos, São Paulo, 2011 (5 unid.)
NEVILLE, Brad: Patologia Oral e Maxilofacial (5 unid.)
CONCEIÇÃO, E. N. Dentística, Saúde e Estética. Santos. (3 unid.)
MONDELLI, José, Fundamentos de dentística operatória, Rio de janeiro, 2017 (5 unid.)
B. M. ELEY; M. SOOREY; J. D. MANSON, Periodontia, 6º Ed., Editora Elsevier, 2012 (5 unid.)

DIREITO PROCESSUAL CIVIL II

Do processo nos Tribunais. Uniformização da Jurisprudência. Da declaração de inconstitucionalidade. Dos Recursos. Da ação de Inconstitucionalidade. Da ação Rescisória. Do processo de execução. Da obrigação de fazer, de não fazer. Da execução por quantia certa contra devedor solvente (penhora, avaliação, processo de alienação judicial, arrematação e adjudicação. Execução contra a Fazenda Pública e de prestação alimentícia.

Bibliografia Básica:

STRECK, L. L.; NUNES, D.; CUNHA, L. C. D. **Comentários ao código de processo civil**. São Paulo: Saraiva, 2016.

ALVIM, A. A.; ALVIM, E. A.; LEITE, G. S.; ASSIS, A. D.; LEITE, G. S. **Comentários ao Código de Processo Civil**. São Paulo: Saraiva, 2016

NEGRÃO, T. **Código de processo civil e legislação processual em vigor**. 50. ed. São Paulo: Saraiva, 2019

Bibliografia Complementar:

ALVIM, A. A.; ALVIM, A. A.; ASSIS, A. D.; ALVIM, E. A. **Comentários ao Código de Processo Civil**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2017 (VIRTUAL)

FREIRE, A. R. S.; NUNES, D. J. C.; STRECK, L. L.; CUNHA, L. J. R. C. B. **Comentários ao Código de Processo Civil**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2017 (VIRTUAL).

MATOS, C. E. F. D. **Coleção sinopses jurídicas - processo civil - teoria geral do processo e processo de conhecimento**. 17. ed. São Paulo: Saraiva, 2018 (VIRTUAL).

GOMES, M. V. M. L. **Coleção Defensoria Pública - Ponto a Ponto - Direito Processual Civil Teoria Geral do Processo Civil**. São Paulo: Saraiva, 2016 (VIRTUAL)

DIREITO DO TRABALHO II

Direito Administrativo do Trabalho: fiscalização trabalhista, auto de infração. Ministério do Trabalho. Acidentes do trabalho: conceito, beneficiáveis, benefícios, procedimento administrativo e judicial. Organização Internacional do Trabalho. Convenções e recomendações. Tratados bilaterais e plurilaterais. Direito sindical. Relações individuais e relações coletivas de trabalho. O movimento associacionista. Organização sindical. Funções do sindicato. Entidades sindicais de grau superior. Centrais sindicais. Conflitos coletivos de Trabalho. Convenção Coletiva de Trabalho. Acordo Coletivo. Contrato Coletivo. A greve no direito. Representação dos trabalhadores na empresa.

Bibliografia Básica:

LENZA, P.; ROMAR, C. T. M. **Direito do Trabalho Esquemático**. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2018. . (VIRTUAL)

ROMAR, C. T. M.; LENZA, P. **Direito do trabalho esquematizado**[®]. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2019. (VIRTUAL)

Bibliografia Complementar:

JUNIOR, A. U. D. S. **Série IDP - Linha Doutrina - O Novo Direito do Trabalho Doméstico**. São Paulo: Saraiva, 2015. (VIRTUAL)

CALVO, A. **Manual de direito do trabalho**. São Paulo: Saraiva, 2020 (VIRTUAL)

LEITE, C. H. B.; LEITE, L. D.; LEITE, L. D. **A nova lei do Trabalho Doméstico (Comentários à Lei Complementar n. 150/2015)**. São Paulo: SARAIVA, 2015 (VIRTUAL)

MONTEIRO, A. L.; BERTAG, R. F. D. S. **Acidentes do trabalho e doenças ocupacionais**. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2018 (VIRTUAL)

MONTEIRO, A. L.; BERTAG, R. F. D. S. **Acidentes do trabalho e doenças ocupacionais**. São Paulo: Saraiva, 2020 (VIRTUAL)

DIREITO CIBERNÉTICO

Sociedade da informação. Gestão do risco eletrônico. Marco Civil da Internet. Regulamentação do ambiente online. Direitos e devedores no ciberespaço. Responsabilidade de usuários, provedores e governo. Monitoramento eletrônico. Lei de acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011). Reflexos do uso da internet nas relações de trabalho. Documento e contrato eletrônico. Direito do consumidor no ciberespaço. Crimes informáticos. Lei Carolina Dickmann (Lei nº 12.737/2012). Lei do Processo Eletrônico. A guarda da prova eletrônica. Interrogatório por videoconferência (Lei nº 11.900/2009).

Bibliografia básica:

FIORILLO, Celso Pacheco. Princípios Constitucionais do Direito da Sociedade da Informação: A Tutela Jurídica do Meio Ambiente Digital. 1 ed. Saraiva, 2015.
FIORILLO, Celso Antonio Pacheco. O Marco Civil da Internet e o Meio Ambiente Digital na Sociedade da informação. Saraiva (virtual)
FIORILLO, C. A. P. **O Marco Civil da Internet e o Meio Ambiente Digital na Sociedade da Informação: Comentários à Lei n. 12.965/2014.** São Paulo: SARAIVA, 2015 (virtual)
FIORILLO, C. A. P. **PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS DO DIREITO DA SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO.** São Paulo: Saraiva, 2015(virtual)
JUNQUEIRA, Gabriel Herscovici. Arbitragem Brasileira na Era da Informática: Um Estudo das Principais Questões Processuais. São Paulo: Atlas, 2015.

Bibliografia Complementar:

RAMOS, E. D. S. **ATIVISMO JUDICIAL.** 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2015 (virtual)
MATTOS, F. C. **A luta pelo direito.** São Paulo: Saraiva, 2015. (VIRTUAL)
BOTELHO, M. C. **A LEGITIMIDADE DA JURISDIÇÃO CONSTITUCIONAL NO PENSAMENTO DE JURGEN HABERMAS.** São Paulo: Saraiva, 2010. (VIRTUAL)
BRUGGER, W. **A cruz antropológica da decisão na política e no direito.** São Paulo: Saraiva, 2016 (VIRTUAL)
MARTINS-COSTA, J. **A Boa-Fé no Direito Privado.** 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2018 (VIRTUAL)

DIREITO PROCESSUAL PENAL III

Dos recursos em geral. Recurso extraordinário e especial. Lei das Execuções penais. Assistência ao preso. Trabalho, direitos, regimes de cumprimento das penas previstas na legislação comum e para os crimes hediondos. Livramento condicional e suspensão condicional da pena. Cumprimento da pena de multa e medidas de segurança. Incidentes de execução. Exame criminológico. Anistia, graça e indulto. Processos constantes de leis especiais.

Bibliografia Básica:

CAPEZ, F. **Curso de processo penal.** 27. ed. São Paulo: Saraiva, 2020(VIRTUAL)
MARCÃO, R. **Curso de Processo Penal.** 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2021(VIRTUAL)
BONFIM, E. M. **CÓDIGO DE PROCESSO PENAL.** 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2017(VIRTUAL)

Bibliografia Complementar:

JESUS, Damásio. Direito penal. Parte especial. 13 ed. São Paulo: Saraiva, 2003.
MIRABETE, Júlio Fabrini. Manual de direito penal. 22 ed. São Paulo: Atlas, 2007.
NUCCI, Guilherme de Souza. Curso de Direito Penal. Forense. 2ed.
FLORES, A.; LOPES, J. G. COLEÇÃO ÍCONES DO DIREITO MANUAL DE DIREITO PENAL. São Paulo: SARAIVA, 2015(VIRTUAL)
SILVEIRA, R. D. M. J.; DINIZ, E. S. -. Compliance, Direito Penal e Lei Anticorrupção. São Paulo: SARAIVA, 2015(VIRTUAL)
GONÇALVES, V. E. R. Curso de direito penal - Parte especial (arts. 121 a 183). 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2018(VIRTUAL)
CAPEZ, F. Curso de direito penal. 24. ed. São Paulo: Saraiva, 2020(VIRTUAL)

LEITURA E CONSTRUÇÃO DE SENTIDO

Leitura como processo entre leitor e o texto. A Polissemia. Sentido liberal e sentido literais. Sentidos não literais: pressupostos e subtendidos.

Bibliografia Básica:

MEDEIROS, João Bosco, TOMASI, Carolina. Português Forense: Língua Portuguesa para Curso de Direito. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2015 . - MARTINS, Dileta Silveira; ZILBERKNOP, Núbia Scliar. Português Instrumental. 28 ed. São Paulo: Atlas. 2010. (também em versão eletrônica)

Bibliografia Complementar:

ABREU, Antonio Suarez. A Arte de Argumentar: Gerenciando Razão e Emoção. São Paulo: Ateliê Editorial, 2008. - CEGALLA, Domingos Paschoal. Novíssima Gramática da Língua Portuguesa. 48 ed. Companhia Nacional. São Paulo. 2008. - MEDEIROS, João Bosco. Português Instrumental. 6 ed. São Paulo: Atlas. 2007.
DAMIÃO, Regina Toledo; HENRIQUES, Antônio. Curso de Português Jurídico. 12 ed. São Paulo: Atlas, 2015. (também em versão eletrônica)
NADÓLSKIS. Héndricas. Normas de Comunicação em Língua Portuguesa. 26 ed. Saraiva.
LIMA, F. SABERES DO DIREITO 61 - LEITURA DINÂMICA. São Paulo: Saraiva, 2013. (livro eletrônico).

ESTÁGIO SUPERVISIONADO III (Prática Real)

Ações criminais. Acompanhamento de Inquérito Policial. Processo de Rito Sumário. Defesa Prévia. Representação e Queixa. Alegações Finais. Recurso em Sentido Estrito. Habeas Corpus. Ações Cíveis. Elaboração de Petição Inicial. Contestação. Embargos. Reconvenção. Reclamações Trabalhistas. Petição Inicial e Contestação. Acompanhamento de Processo na Justiça de 1º Grau.

Bibliografia Básica:

NETO, A. M. **COL OS 10+ PROCESSO PENAL**. São Paulo: Saraiva, 201/..

(VIRTUAL)

SÁ, R. M. D. **COL. DIREITO E PROCESSO - EFICÁCIA DA COISA JULGADA.** São Paulo: Saraiva, 2018 (VIRTUAL)

BERALD, M. C. S. **COLEÇÃO DIREITO E PROCESSO.** São Paulo: Saraiva, 2019 (VIRTUAL)

Bibliografia Complementar:

CAIO MARIO. Instituições de Direito Civil – Volume III – contratos.

VENOSA. Direito Civil: contratos. Volume 3. ISBN. 9788530970833

LÔBO, Paulo. Direito Civil – Contratos. 3ª ed.

GOMES, M. V. M. L. Coleção Defensoria Pública - Ponto a Ponto Direito Civil - Parte Geral. São Paulo: Saraiva, 2016 (VIRTUAL)

GAGLIANO, P. S.; FILHO, R. P. Contratos. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2020 (VIRTUAL)

8º SEMESTRE

DIREITO ADMINISTRATIVO II

Serviços públicos: execução centralizada e descentralizada. Licitação. Contratos administrativos. Domínio público. Intervenção na propriedade e atuação no domínio econômico. Responsabilidade civil do Estado. Controle da Administração Pública. Os Tribunais de Contas. Privilégios da Administração Pública em juízo. Organização administrativa brasileira.

Bibliografia Básica:

MATIAS e PEREIRA. Curso Administração Pública. ISBN. 9788522483266

MARIA SYLVIA ZANELLA DI PIETRO. Direito Administrativo. ISBN. 9788530979126

RODRIGUES, Marcelo Abelha; JORGE, Flávio Cheim. Direito Processual e a Administração Pública. São Paulo: Grupo GEN, 2010.

Bibliografia Complementar:

COUTO, R. Curso de direito administrativo. 2. ed. São Paulo: SARAIVA, 2015 (VIRTUAL)

ARAÚJO, E. N. D. CURSO DE DIREITO ADMINISTRATIVO. 7. ed. São Paulo: SARAIVA, 2015 (VIRTUAL)

MAZZA, A.; NICHOLAS, P. Direito Administrativo #nprática. São Paulo: SARAIVA, 2015 (VIRTUAL)

SPITZCOVSKY, C.; LENZA, P. Direito administrativo esquematizado. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2018 (VIRTUAL)

ATIVIDADES EXTENSIONISTAS

A intenção desta Atividade Extensionista é desvincular-se de um modelo de ensino que priorize conteúdos técnicos voltados a restabelecer os danos causados pelas doenças bucais, pouco enfatizando os aspectos socioculturais e epidemiológicos do processo saúde-doença, voltado para os infantis dentre outras áreas de especialidades da odontologia. Desta forma, é visado implantar, progredir, manter e incrementar e possibilitar a inserção dos discentes em equipes multidisciplinares e multiprofissionais.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

PINTO, Vitor Gomes, Saúde bucal coletiva, São Paulo, 2018 (5 unid.)

KRIGER, Léo e MOYSÉ Samuel Jorge, Saúde Coletiva: Políticas, Epidemiologia da Saúde Bucal e Redes de Atenção Odontológica, Coleção Abeno, Ed. Artes Médicas, 1ª Ed., 2013 (6 unid.)

Maria Madalena Lamonier Visagismo E Harmonização Facial Do Jovem Ao Senil Napoleão (5 unid.)

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CONTI, Paulo. DTM Dinsfunções temporomandibulares e dores orofaciais. Ed. Dental Press. 2021 (3 unid)

VIEIRA, Glauco Fioranlli... [et al.], Atlas de anatomia: dentes decíduos, São Paulo, 2011 (5 unid.)

NEVILLE, Brad: Patologia Oral e Maxilofacial (5 unid.)

CONCEIÇÃO, E. N. Dentística, Saúde e Estética. Santos. (3 unid.)

MONDELLI, José, Fundamentos de dentística operatória, Rio de janeiro, 2017 (5 unid.)

B. M. ELEY; M. SOOREY; J. D. MANSON, Periodontia, 6º Ed., Editora Elsevier, 2012 (5 unid.)

DIREITO PROCESSUAL CIVIL III

Sobre os embargos do Devedor. Disposições gerais Execução fundada em título judicial e extrajudicial. Dos embargos à arrematação e à adjudicação. Dos embargos por carta. Execução por quantia certa contra devedor insolvente. Da remissão. Da suspensão e extinção do Processo de execução). Processo Cautelar. Procedimentos cautelares inominados. Os procedimentos cautelares referentes a bens. Procedimentos especiais relativos às pessoas. Atentado e outras medidas provisórias. Procedimentos de administração judicial de interesses privados.

Bibliografia Básica:

STRECK, L. L.; NUNES, D.; CUNHA, L. C. D. **Comentários ao código de processo civil**. São Paulo: Saraiva, 2016.

ALVIM, A. A.; ALVIM, E. A.; LEITE, G. S.; ASSIS, A. D.; LEITE, G. S. **Comentários ao Código de Processo Civil**. São Paulo: Saraiva, 2016

NEGRÃO, T. **Código de processo civil e legislação processual em vigor**. 50. ed. São Paulo: Saraiva, 2019

Bibliografia Complementar:

ALVIM, A. A.; ALVIM, A. A.; ASSIS, A. D.; ALVIM, E. A. **Comentários ao Código de Processo Civil**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2017 (VIRTUAL)

FREIRE, A. R. S.; NUNES, D. J. C.; STRECK, L. L.; CUNHA, L. J. R. C. B. **Comentários ao Código de Processo Civil**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2017 (VIRTUAL).

MATOS, C. E. F. D. **Coleção sinopses jurídicas - processo civil - teoria geral do processo e processo de conhecimento**. 17. ed. São Paulo: Saraiva, 2018(VIRTUAL).

GOMES, M. V. M. L. **Coleção Defensoria Pública - Ponto a Ponto - Direito Processual Civil Teoria Geral do Processo Civil**. São Paulo: Saraiva, 2016 (VIRTUAL)

DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO

Direito processual do trabalho. Organização da Justiça do Trabalho: causas,

histórico, características, órgãos, jurisdição, serviços auxiliares. Competência. Ministério Público do Trabalho. Ação e Petição Inicial. Atos, termos e prazos processuais. Prova: princípios gerais, espécies. Nulidade e anulabilidade no processo do trabalho. Ação rescisória. Recursos Trabalhistas. Recurso Extraordinário. Juízo de admissibilidade atribuído à Justiça do Trabalho. Ação de cumprimento. Impulso processual.

Bibliografia Básica:

LENZA, P.; ROMAR, C. T. M. **Direito do Trabalho Esquemático**. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2018. . (VIRTUAL)

ROMAR, C. T. M.; LENZA, P. **Direito do trabalho esquematizado**®. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2019. (VIRTUAL)

Bibliografia Complementar:

JUNIOR, A. U. D. S. **Série IDP - Linha Doutrina - O Novo Direito do Trabalho Doméstico**. São Paulo: Saraiva, 2015. (VIRTUAL)

CALVO, A. **Manual de direito do trabalho**. São Paulo: Saraiva, 2020 (VIRTUAL)

LEITE, C. H. B.; LEITE, L. D.; LEITE, L. D. **A nova lei do Trabalho Doméstico (Comentários à Lei Complementar n. 150/2015)**. São Paulo: SARAIVA, 2015 (VIRTUAL)

MONTEIRO, A. L.; BERTAG, R. F. D. S. **Acidentes do trabalho e doenças ocupacionais**. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2018 (VIRTUAL)

MONTEIRO, A. L.; BERTAG, R. F. D. S. **Acidentes do trabalho e doenças ocupacionais**. São Paulo: Saraiva, 2020 (VIRTUAL)

DIREITO TRIBUTÁRIO I

Fundamentos históricos e constitucionais. Fontes, princípios e conceitos fundamentais. O sistema tributário na Constituição. Codificação. Tributos: conceito legal, legislação tributária. Normas gerais de Direito Tributário. O poder de tributar. Limitações constitucionais ao poder de tributar. Obrigação tributária: fato gerador, elementos. Responsabilidade tributária. Crédito tributário: conceito, suspensão, extinção, exclusão, garantias, privilégios e preferência.

Bibliografia Básica:

AMARO, Luciano. **Direito tributário brasileiro**, 21ª edição. São Paulo: Saraiva, 2016. (VIRTUAL).

FOLLONI, A. **CIÊNCIA DO DIREITO TRIBUTÁRIO NO BRASIL**. São Paulo: Saraiva, 2013. (VIRTUAL).

F, I. G. D. S. M. **Comentários ao Código Tributário Nacional**. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2013 . (VIRTUAL).

Bibliografia Complementar:

COUTO, R. **Curso de direito administrativo**. 2. ed. São Paulo: SARAIVA, 2015 (VIRTUAL)

ARAÚJO, E. N. D. **CURSO DE DIREITO ADMINISTRATIVO**. 7. ed. São Paulo: SARAIVA, 2015 (VIRTUAL)

MAZZA, A.; NICHOLAS, P. **Direito Administrativo #nprática**. São Paulo: SARAIVA, 2015 (VIRTUAL)

SPITZCOVSKY, C.; LENZA, P. **Direito administrativo esquematizado**. 2. ed. São

Paulo: Saraiva, 2018 (VIRTUAL)

DIREITO INTERNACIONAL

Introdução ao Direito Internacional. O Processo de Globalização e a Questão da Jurisdição e Soberania - A Questão Penal - Instrumentos Formais: Tratados, Convenções, Arbitragens, Declarações. Organizações Públicas Internacionais. Relações Internacionais. Chefe de Estado, Ministério das Relações Exteriores, Agentes Diplomáticos e não Diplomático - Relações Latino-Americanas - Domínio Marítimo, Domínio Fluvial, Domínio Aéreo - Relações de Mercado - Situações De Guerra - Direito Humanos: Proteção Internacional (Fundamento e Instrumentos), Convenções e Tratados.

Bibliografia Básica:

TEIXEIRA, C. N. **COLEÇÃO DIREITO VIVO - DIREITO INTERNACIONAL**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2013 (VIRTUAL).

WALD, A.; LEMES, S. F. **ARBITRAGEM COMERCIAL INTERNACIONAL**. São Paulo: Saraiva, 2013 (VIRTUAL).

KUYVEN, F. **Comentários à Convenção de Viena : compra e venda internacional de mercadorias**. São Paulo: Saraiva, 2015 (VIRTUAL).

Bibliografia Complementar:

MATTOS, F. C. **A luta pelo direito**. São Paulo: Saraiva, 2015. (VIRTUAL)

BOTELHO, M. C. **A LEGITIMIDADE DA JURISDIÇÃO CONSTITUCIONAL NO PENSAMENTO DE JURGEN HABERMAS**. São Paulo: Saraiva, 2010. (VIRTUAL)

BRUGGER, W. **A cruz antropológica da decisão na política e no direito**. São Paulo: Saraiva, 2016 (VIRTUAL)

MARTINS-COSTA, J. **A Boa-Fé no Direito Privado**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2018 (VIRTUAL)

PRODUÇÃO DE TEXTOS

Texto e Leitura. Tese e diferentes tipos de leitura. Parágrafo padrão: características, organização do pensamento, elaboração. Coesão e Coerência Textuais. Texto dissertativo e argumentativo. Produção de textos orientados para a área do curso.

Bibliografia Básica:

MEDEIROS, João Bosco, TOMASI, Carolina. Português Forense: Língua Portuguesa para

Curso de Direito. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2015 . - MARTINS, Dileta Silveira; ZILBERKNOP, Núbia Scliar. Português Instrumental. 28 ed. São

Paulo: Atlas. 2010. (também em versão eletrônica)

Bibliografia Complementar:

DAMIÃO, Regina Toledo; HENRIQUES, Antônio. Curso de Português Jurídico. 12 ed. São

Paulo: Atlas, 2015. (também em versão eletrônica)

NADÓLSKIS. Héndricas. Normas de Comunicação em Língua Portuguesa. 26 ed. Saraiva.

LIMA, F. SABERES DO DIREITO 61 - LEITURA DINÂMICA. São Paulo: Saraiva,

2013. (livro eletrônico).

ESTÁGIO SUPERVISIONADO IV (Prática Real)

Ações criminais. Acompanhamento de Inquérito Policial. Processo de Rito Sumário. Defesa Prévia. Representação e Queixa. Alegações Finais. Recurso em Sentido Estrito. Habeas Corpus. Ações Cíveis. Elaboração de Petição Inicial. Contestação. Embargos. Reconvencção. Reclamações Trabalhistas. Petição Inicial e Contestação. Acompanhamento de Processo na Justiça de 1º Grau.

Bibliografia Básica:

NETO, A. M. **COL OS 10+ PROCESSO PENAL**. São Paulo: Saraiva, 201/.. (VIRTUAL)

SÁ, R. M. D. **COL. DIREITO E PROCESSO - EFICÁCIA DA COISA JULGADA**. São Paulo: Saraiva, 2018 (VIRTUAL)

BERALD, M. C. S. **COLEÇÃO DIREITO E PROCESSO**. São Paulo: Saraiva, 2019 (VIRTUAL)

Bibliografia Complementar:

CAIO MARIO. Instituições de Direito Civil – Volume III – contratos.

VENOSA. Direito Civil: contratos. Volume 3. ISBN. 9788530970833

LÔBO, Paulo. Direito Civil – Contratos. 3ª ed.

GOMES, M. V. M. L. Coleção Defensoria Pública - Ponto a Ponto Direito Civil - Parte Geral. São Paulo: Saraiva, 2016 (VIRTUAL)

GAGLIANO, P. S.; FILHO, R. P. Contratos. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2020 (VIRTUAL)

9º SEMESTRE

DIREITO DO CONSUMIDOR

O campo de incidência do Código de Defesa do Consumidor. Estrutura, abrangência e destinação do Código de Defesa do Consumidor. Conceitos fundamentais (consumidor, fornecedor, produto e serviço). Política das relações de consumo. Os direitos do consumidor. Responsabilidade no Direito do Consumidor. Publicidade enganosa e abusiva. Práticas abusivas. Proteção contratual.

Bibliografia Básica:

NUNES, R. **COMENTÁRIOS AO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR**. 8. ed. São Paulo: SARAIVA, 2015 NUNES, L. A. R. **Curso de Direito do Consumidor**. 13. ed. São Paulo: Saraiva, 2019 (VIRTUAL).

(VIRTUAL).

NUNES, Luiz Antonio Rizzatto. Comentários ao código de defesa do consumidor: direito material (arts. 1º ao 54).6.ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

Bibliografia Complementar:

ALMEIDA, J. B. D. **MANUAL DE DIREITO DO CONSUMIDOR**. 6. ed. São Paulo: SARAIVA, 2015 (VIRTUAL).

NUNES, R. **Manual do Direito do Consumidor para Concursos**. São Paulo: Saraiva, 2015 (VIRTUAL).

MENDES, L. S. **Privacidade, proteção de dados e defesa do consumidor - Linhas gerais de um novo direito fundamental**. São Paulo: Saraiva, 2014 (VIRTUAL).

ALEXANDRIDIS, G.; FIGUEIREDO, S. D. C.; FIGUEIREDO, F. V. **MINICODIGO**

CONSUMIDOR ANOTADO. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2013 (VIRTUAL).
SILVA, Jorge Alberto Quadros C. Código de Defesa do Consumidor Anotado e Legislação Complementar, 6ª edição. São Paulo: Saraiva, 2008. (VIRTUAL)

ATIVIDADES EXTENSIONISTAS

A intenção desta Atividade Extensionista é desvincular-se de um modelo de ensino que priorize conteúdos técnicos voltados a restabelecer os danos causados pelas doenças bucais, pouco enfatizando os aspectos socioculturais e epidemiológicos do processo saúde-doença, voltado para os infantis dentre outras áreas de especialidades da odontologia. Desta forma, é visado implantar, progredir, manter e incrementar e possibilitar a inserção dos discentes em equipes multidisciplinares e multiprofissionais.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

PINTO, Vitor Gomes, Saúde bucal coletiva, São Paulo, 2018 (5 unid.)

KRIGER, Léo e MOYSÉ Samuel Jorge, Saúde Coletiva: Políticas, Epidemiologia da Saúde Bucal e Redes de Atenção Odontológica, Coleção Abeno, Ed. Artes Médicas, 1ª Ed., 2013 (6 unid.)

Maria Madalena Lamonier Visagismo E Harmonização Facial Do Jovem Ao Senil Napoleão (5 unid.)

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CONTI, Paulo. DTM Dinsfunções temporomandibulares e dores orofaciais. Ed. Dental Press. 2021 (3 unid)

VIEIRA, Glauco Fioranrlli... [et al.], Atlas de anatomia: dentes decíduos, São Paulo, 2011 (5 unid.)

NEVILLE, Brad: Patologia Oral e Maxilofacial (5 unid.)

CONCEIÇÃO, E. N. Dentística, Saúde e Estética. Santos. (3 unid.)

MONDELLI, José, Fundamentos de dentística operatória, Rio de Janeiro, 2017 (5 unid.)

B. M. ELEY; M. SOOREY; J. D. MANSON, Periodontia, 6º Ed., Editora Elsevier, 2012 (5 unid.)

DIREITO PROCESSUAL CIVIL IV

Jurisdição contenciosa. Das ações possessórias. Do inventário e da partilha. Dos Embargos de Terceiros. Dos procedimentos especiais de jurisdição voluntária. Assistência Judiciária. Acidente do Trabalho. Ação Popular. Ação de Desapropriação. Deficientes. Usucapião Especial. Execução Fiscal. Alimentos. Alienação Fiduciária. Mandado de Segurança. Registros Públicos.

Bibliografia Básica:

STRECK, L. L.; NUNES, D.; CUNHA, L. C. D. **Comentários ao código de processo civil.** São Paulo: Saraiva, 2016.

ALVIM, A. A.; ALVIM, E. A.; LEITE, G. S.; ASSIS, A. D.; LEITE, G. S. **Comentários ao Código de Processo Civil.** São Paulo: Saraiva, 2016

NEGRÃO, T. **Código de processo civil e legislação processual em vigor.** 50. ed. São Paulo: Saraiva, 2019

Bibliografia Complementar:

ALVIM, A. A.; ALVIM, A. A.; ASSIS, A. D.; ALVIM, E. A. **Comentários ao Código de Processo Civil.** 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2017 (VIRTUAL)

FREIRE, A. R. S.; NUNES, D. J. C.; STRECK, L. L.; CUNHA, L. J. R. C.

B. Comentários ao Código de Processo Civil. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2017 (VIRTUAL).

MATOS, C. E. F. D. Coleção sinopses jurídicas - processo civil - teoria geral do processo e processo de conhecimento. 17. ed. São Paulo: Saraiva, 2018 (VIRTUAL).

GOMES, M. V. M. L. Coleção Defensoria Pública - Ponto a Ponto - Direito Processual Civil Teoria Geral do Processo Civil. São Paulo: Saraiva, 2016 (VIRTUAL)

TRABALHO DE CONCLUSÃO CURSO I (Orientação Individual)

Orientação para elaboração do projeto de monografia. Definição de temas, objetivos, metodologia, cronograma de execução e bibliografia. Elaboração do Trabalho de curso, sob a orientação de professores do Curso.

Bibliografia Básica:

LAKATOS, Eva Maria; MARCONE, Marina de Andrade. Metodologia do Trabalho Científico. São Paulo: Atlas, 1996.

MÜLLER, Mary Stela e CORNELSEN, Julce Mary. Normas e padrões para teses, dissertações e monografias. Londrina: UEL, 1995.

SALOMON, Délcio Vieira. Como fazer uma monografia. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

Bibliografia Complementar:

MARCONI, Marina de Andrade. Metodologia Científica para o Curso de Direito, 2ª edição. São Paulo: Grupo GEN, 2005. (VIRTUAL)

BITTAR, Eduardo C. B. Metodologia da pesquisa jurídica: teoria e prática da monografia para concursos de direito. 14ª edição. São Paulo: Saraiva, 2015. (VIRTUAL)

QUEIROZ, Rafael Mafei Rabelo; Feferbaum Marina Feferbaum. Metodologia jurídica : um roteiro prático para trabalhos de conclusão de curs, 1ª Edição. São Paulo: Saraiva, 2012. (VIRTUAL)

ACEVEDO, Claudia Rosa; Nohara, Jouliana Jordan. Como fazer monografias : TCC, dissertações e teses, 4ª edição. São Paulo: Grupo GEN, 2009. (VIRTUAL)

DIDIO, Lucie. Como produzir monografias, dissertações, teses, livros e outros trabalhos. São Paulo: Grupo GEN, 2014. (VIRTUAL)

DIREITO TRIBUTÁRIO II

Direito Tributário Processual. Contribuições. Empréstimo compulsório. Impostos de Competência da União. Impostos de competência dos estados e do Distrito Federal. Impostos de competência dos municípios.

Bibliografia Básica:

AMARO, Luciano. Direito tributário brasileiro, 21ª edição. São Paulo: Saraiva, 2016. (VIRTUAL).

FOLLONI, A. **CIÊNCIA DO DIREITO TRIBUTÁRIO NO BRASIL.** São Paulo: Saraiva, 2013. (VIRTUAL).

F, I. G. D. S. M. **Comentários ao Código Tributário Nacional.** 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2013 . (VIRTUAL).

Bibliografia Complementar:

- COUTO, R. Curso de direito administrativo. 2. ed. São Paulo: SARAIVA, 2015 (VIRTUAL)
- ARAÚJO, E. N. D. CURSO DE DIREITO ADMINISTRATIVO. 7. ed. São Paulo: SARAIVA, 2015 (VIRTUAL)
- MAZZA, A.; NICHOLAS, P. Direito Administrativo #naprática. São Paulo: SARAIVA, 2015 (VIRTUAL)
- SPITZCOVSKY, C.; LENZA, P. Direito administrativo esquematizado. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2018 (VIRTUAL)

LEGISLAÇÃO PENAL EXTRAVAGANTE

Crime de colarinho branco. Crime organizado. Estatuto do Desarmamento. Abuso de autoridade. Tortura. Crimes hediondos. Crimes de lavagem de dinheiro ou ocultação de bens. Crimes de trânsito. Crimes de imprensa. Leis dos Entorpecentes. A Lei das Contravenções Penais.

Bibliografia Básica:

- CAPEZ, F. **Curso de processo penal**. 27. ed. São Paulo: Saraiva, 2020(VIRTUAL)
- MARCÃO, R. **Curso de Processo Penal**. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2021(VIRTUAL)
- BONFIM, E. M. **CÓDIGO DE PROCESSO PENAL**. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2017(VIRTUAL)

Bibliografia Complementar:

- JESUS, Damásio. Direito penal. Parte especial. 13 ed. São Paulo: Saraiva, 2003.
- MIRABETE, Júlio Fabrini. Manual de direito penal. 22 ed. São Paulo: Atlas, 2007.
- NUCCI, Guilherme de Souza. Curso de Direito Penal. Forense. 2ed.
- FLORES, A.; LOPES, J. G. COLEÇÃO ÍCONES DO DIREITO MANUAL DE DIREITO PENAL. São Paulo: SARAIVA, 2015(VIRTUAL)
- SILVEIRA, R. D. M. J.; DINIZ, E. S. -. Compliance, Direito Penal e Lei Anticorrupção. São Paulo: SARAIVA, 2015(VIRTUAL)
- GONÇALVES, V. E. R. Curso de direito penal - Parte especial (arts. 121 a 183). 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2018(VIRTUAL)
- CAPEZ, F. Curso de direito penal. 24. ed. São Paulo: Saraiva, 2020(VIRTUAL)

PRÁTICAS DE LINGUAGEM JURÍDICA I

Disciplina de Língua Portuguesa voltada às práticas de linguagem jurídica. O módulo fornece subsídios teóricos sobre a natureza da linguagem e suas relações com as práticas sociais. Desmistificando preconceitos linguísticos e noções de certo e errado, concentra-se nas peculiaridades da Linguagem Forense.

Bibliografia Básica:

- MEDEIROS, João Bosco, TOMASI, Carolina. Português Forense: Língua Portuguesa para Curso de Direito. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2015 . - MARTINS, Dileta Silveira; ZILBERKNOP, Núbia Scliar. Português Instrumental. 28 ed. São Paulo: Atlas. 2010. (também em versão eletrônica)

Bibliografia Complementar:

- DAMIÃO, Regina Toledo; HENRIQUES, Antônio. Curso de Português Jurídico. 12

ed. São

Paulo: Atlas, 2015. (também em versão eletrônica)

NADÓLSKIS, Hédricas. Normas de Comunicação em Língua Portuguesa. 26 ed. Saraiva.

LIMA, F. SABERES DO DIREITO 61 - LEITURA DINÂMICA. São Paulo: Saraiva, 2013. (livro eletrônico).

DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Direitos fundamentais da criança e do adolescente. Prevenção no Direito da Criança e do Adolescente. Política de atendimento. Medidas de proteção. Prática de ato infracional. Medidas pertinentes aos pais ou responsável. Competência. Acesso à justiça. Crimes e as infrações administrativas no Estatuto da Criança e do Adolescente.

Bibliografia Básica:

MAURO, R. G. D. **Procedimentos civis no Estatuto da Criança e do Adolescente**. São Paulo: Saraiva, 2013

MAURO, R. G. D. **Procedimentos Civis no Estatuto da Criança e do Adolescente** **Procedimentos Civis no Estatuto da Criança e do Adolescente**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

PEREIRA JÚNIOR, Antonio Jorge. Direitos da criança e do adolescente em face da TV, 1ª edição. São Paulo: Saraiva, 2011. (VIRTUAL).

Bibliografia Complementar:

JESUS, Damásio. Direito penal. Parte especial. 13 ed. São Paulo: Saraiva, 2003.

MIRABETE, Júlio Fabrini. Manual de direito penal. 22 ed. São Paulo: Atlas, 2007.

NUCCI, Guilherme de Souza. Curso de Direito Penal. Forense. 2ed.

FLORES, A.; LOPES, J. G. **COLEÇÃO ÍCONES DO DIREITO MANUAL DE DIREITO PENAL**. São Paulo: SARAIVA, 2015(VIRTUAL)

DIREITO DA MULHER E DO IDOSO

Direitos fundamentais das mulheres. Análise e discussão da Lei Maria da Penha. Política de atendimento. Medidas de proteção. Proteção do trabalho da mulher. Acesso à justiça. Crimes e as infrações administrativas no Direitos fundamentais do idoso. Medidas de proteção ao idoso. Política de atendimento ao idoso. Acesso à justiça no Estatuto do Idoso. Crimes no Estatuto do Idoso.

Bibliografia Básica:

LEITE, F. P. A.; SERAPHIN, C. M. B.; JÚNIOR, M. H.; RIBEIRO, L. L. G.; FULLER, G. P.; RIBEIRO, J. D. V.; GARCIA, M. **Comentários ao Estatuto do Idoso**. São Paulo: Saraiva, 2016(VIRTUAL)

RAMOS, P. R. B. **Série IDP - Curso de direito do idoso**. São Paulo: Saraiva, 2014(VIRTUAL)

GOMES, M. V. M. L. Coleção Defensoria Pública - Ponto a Ponto Direito Civil - Parte Geral. São Paulo: Saraiva, 2016 (VIRTUAL)

Bibliografia Complementar:

MIRABETE, Júlio Fabrini. Manual de direito penal. 22 ed. São Paulo: Atlas, 2007.

FLORES, A.; LOPES, J. G. **COLEÇÃO ÍCONES DO DIREITO MANUAL DE DIREITO**

PENAL. São Paulo: SARAIVA, 2015(VIRTUAL)
JESUS, Damásio. Direito penal. Parte especial.13 ed. São Paulo: Saraiva, 2003.
NUCCI, Guilherme de Souza. Curso de Direito Penal. Forense. 2ed.

ESTÁGIO SUPERVISIONADO V (Prática Real)

Crime: Recursos. Apelação. Embargos Infringentes de Nulidade. Carta Testemunhável. Recurso extraordinário e especial. Incidentes de execução. Júri. Cível: Elaboração de petição inicial. Contestação. Recursos. Ação Rescisória. Execução de Sentença. Trabalhista: Recursos. Execução. Administrativo: elaborar defesa de processo Administrativo. Participação efetiva no acompanhamento de processos na Justiça do 1º e 2º Graus.

Bibliografia Básica:

NETO, A. M. **COL OS 10+ PROCESSO PENAL**. São Paulo: Saraiva, 201/.. (VIRTUAL)
SÁ, R. M. D. **COL. DIREITO E PROCESSO - EFICÁCIA DA COISA JULGADA**. São Paulo: Saraiva, 2018 (VIRTUAL)
BERALD, M. C. S. **COLEÇÃO DIREITO E PROCESSO**. São Paulo: Saraiva, 2019 (VIRTUAL)

Bibliografia Complementar:

CAIO MARIO. Instituições de Direito Civil – Volume III – contratos.
VENOSA. Direito Civil: contratos. Volume 3. ISBN. 9788530970833
LÔBO, Paulo. Direito Civil – Contratos. 3ª ed.
GOMES, M. V. M. L. Coleção Defensoria Pública - Ponto a Ponto Direito Civil - Parte Geral. São Paulo: Saraiva, 2016 (VIRTUAL)
GAGLIANO, P. S.; FILHO, R. P. Contratos. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2020 (VIRTUAL)
JESUS, Damásio. Direito penal. Parte especial.13 ed. São Paulo: Saraiva, 2003.
MIRABETE, Júlio Fabrini. Manual de direito penal.22 ed. São Paulo: Atlas, 2007.
NUCCI, Guilherme de Souza. Curso de Direito Penal. Forense. 2ed.
FLORES, A.; LOPES, J. G. COLEÇÃO ÍCONES DO DIREITO MANUAL DE DIREITO PENAL. São Paulo: SARAIVA, 2015(VIRTUAL)
SILVEIRA, R. D. M. J.; DINIZ, E. S. -. Compliance, Direito Penal e Lei Anticorrupção. São Paulo: SARAIVA, 2015(VIRTUAL)
GONÇALVES, V. E. R. Curso de direito penal - Parte especial (arts. 121 a 183). 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2018(VIRTUAL)
CAPEZ, F. Curso de direito penal. 24. ed. São Paulo: Saraiva, 2020(VIRTUAL)

10º SEMESTRE

ÉTICA E O ESTATUTO DA OAB

Diplomas normativos que regem a Ética Profissional do advogado, a saber: o Estatuto da OAB (Lei 8.906/1994 – EAOAB), o Código de Ética e Disciplina (CED) e o Regulamento Geral.

Bibliografia básica:

FREIT, A. C. A. D. **COL OS 10+ VOLUME 22 - ÉTICA E ESTATUTO DA ADVOCACIA**. São Paulo: Saraiva, 2013 (VIRTUAL)
BITTAR e B., E., Curso de ética jurídica : ética geral e profissional, 14th edição,

Saraiva. (VIRTUAL)

COELHO e Furtado, M., *Comentários ao novo Código de ética dos Advogados*, 2ª edição., 2nd edição, Saraiva. (VIRTUAL)

Bibliografia complementar:

COELHO, M. V. F. **Comentários ao Novo Código de Ética dos Advogados**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2017 (VIRTUAL)

RACHID, A. **Dominando ética**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2020 (VIRTUAL)

JR, B. **Ética na OAB - Questões resolvidas**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2016 (VIRTUAL)

ATUALIDADES DO PROCESSO CIVIL E DIREITO CIVIL

Estudo das atualizações do Processo Civil e Direito Civil. Abordagem dos conteúdos de Direito Civil e Processo Civil numa leitura interdisciplinar com temas relevantes e atuais da área para a formação do bacharel em Direito. Estimular os discentes a procurarem soluções para problemas práticos verdadeiros.

Bibliografia Básica:

STRECK, L. L.; NUNES, D.; CUNHA, L. C. D. **Comentários ao código de processo civil**. São Paulo: Saraiva, 2016.

ALVIM, A. A.; ALVIM, E. A.; LEITE, G. S.; ASSIS, A. D.; LEITE, G. S. **Comentários ao Código de Processo Civil**. São Paulo: Saraiva, 2016

NEGRÃO, T. **Código de processo civil e legislação processual em vigor**. 50. ed. São Paulo: Saraiva, 2019

Bibliografia Complementar:

ALVIM, A. A.; ALVIM, A. A.; ASSIS, A. D.; ALVIM, E. A. **Comentários ao Código de Processo Civil**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2017 (VIRTUAL)

FREIRE, A. R. S.; NUNES, D. J. C.; STRECK, L. L.; CUNHA, L. J. R. C. B. **Comentários ao Código de Processo Civil**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2017 (VIRTUAL).

MATOS, C. E. F. D. **Coleção sinopses jurídicas - processo civil - teoria geral do processo e processo de conhecimento**. 17. ed. São Paulo: Saraiva, 2018 (VIRTUAL).

GOMES, M. V. M. L. **Coleção Defensoria Pública - Ponto a Ponto - Direito Processual Civil Teoria Geral do Processo Civil**. São Paulo: Saraiva, 2016 (VIRTUAL)

TRABALHO DE CONCLUSÃO CURSO II (Orientação e Defesa)

Orientação para elaboração do Projeto de monografia. Definição de temas, objetivos, metodologia, cronograma de execução e bibliografia. Elaboração do Trabalho de curso, sob a orientação de professores do Curso. Apresentação do trabalho e defesa perante Banca Examinadora.

Bibliografia Básica:

TACHIZAWA, Takeshy e MENDES, Gildásio. *Como fazer monografia na prática*. 12. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

NETO, João Augusto Máttar. *Metodologia Científica – na Era da Informática*. 3 ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

PEREIRA, José Matias- *Manual de Metodologia da Pesquisa Científica*. São Paulo:

Atlas, 2007.

Bibliografia Complementar:

FEFERBAUM, Marina et al. Metodologia da pesquisa em direito: técnicas e abordagens para elaboração de monografias, dissertações e teses. 2ª edição. São Paulo: Saraiva, 2019. (VIRTUAL)

BITTAR, Eduardo C. B. Metodologia da pesquisa jurídica: teoria e prática da monografia para concursos de Direito. 14ª edição. São Paulo: Saraiva, 2016. (VIRTUAL)

QUEIROZ, Rafael Mafei Rabelo et al. Metodologia jurídica: um roteiro prático para trabalhos de conclusão de curso. 1ª Edição. São Paulo: Saraiva, 2012. (VIRTUAL)

NUNES, R. Manual da monografia jurídica – como se faz: uma monografia, uma dissertação, uma tese. 13. ED. São Paulo: Saraiva, 2019 (VIRTUAL)

MONTEIRO, C. S.; MONTEIRO, C. S.; MEZZARROBA, O. Manual de metodologia da pesquisa no direito. 8. Ed. São Paulo: Saraiva, 2019 (VIRTUAL)

DIREITO AMBIENTAL

O direito e meio ambiente. Conceito legal de meio ambiente. Classificação do meio ambiente. Bens ambientais. Tutela constitucional do meio ambiente. Educação ambiental.

Bibliografia Básica:

MAZZUOL, Valerio de Oliveira e IRIGARAY, Carlos Teodoro José H. (org). Novas Perspectivas do Direito Ambiental Brasileiro: visões interdisciplinares. Cuiabá: Carlini e Caniato, 2009.

DORILEO, Marcio Frederico de O. A Defensoria Pública: rumo ao novo paradigma de acesso à justiça ambiental. Cuiabá, Carlini e Caniato, 2015.

CESÁRIO, João Humberto. Técnica processual e tutela coletiva de interesses ambientais trabalhistas. São Paulo: LTr, 2012.

Bibliografia Complementar:

PINHEIRO, C. **Coleção Direito Vivo - Direito Ambiental Coleção Direito Vivo - Direito Ambiental**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2017 (VIRTUAL)

Bibliografia Complementar:

RAMOS, E. D. S. **ATIVISMO JUDICIAL**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2015 (virtual)

ADEODATO, J. M. **A RETÓRICA CONSTITUCIONAL**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2013 (VIRTUAL)

MATTOS, F. C. **A luta pelo direito**. São Paulo: Saraiva, 2015. (VIRTUAL)

BOTELHO, M. C. **A LEGITIMIDADE DA JURISDIÇÃO CONSTITUCIONAL NO PENSAMENTO DE JURGEN HABERMAS**. São Paulo: Saraiva, 2010. (VIRTUAL)

MÉTODOS DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS (Conciliação, mediação e arbitragem)

Os métodos alternativos de resolução de conflitos. Negociação. Conciliação. Mediação. Arbitragem. Origem, conceituação e fundamentos históricos dos métodos alternativos de resolução de conflitos. Aspectos sociais, políticos e econômicos dos métodos alternativos de resolução de conflitos. Aplicabilidade e procedimentos utilizados em cada um dos métodos alternativos de resolução de conflitos.

Bibliografia Básica:

CALMON FILHO, Petrônio. Fundamentos da mediação e da conciliação. 2.ed. Rio de Janeiro: Forense, 2013.

CARMONA, Carlos Alberto. Arbitragem: estudo em homenagem ao prof. Guido.1.d. São Paulo: Atlas, 2007.

GRINOVER, Ada Pellegrini; WATANABE, Kazuo. Mediação e gerenciamento do processo. São Paulo: Atlas, 2008.

Bibliografia Complementar:

MELO, Leonardo de Campos; BENEDUZZI, Renato Rezende (coords.). A Reforma da Arbitragem. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2016. (VIRTUAL)

CAHALI, Francisco. Arbitragem - comentários ao projeto de lei nº 406/2013, 1ª edição. São Paulo: Saraiva, 2016. (VIRTUAL)

VERÇOSA, Fabiane et al. Arbitragem e Mediação - Temas Controvertidos. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2014. (VIRTUAL)

Rocha, Caio Cesar Vieira; Salomão, Luis Felipe (Coord.). Arbitragem e Mediação: A Reforma da Legislação Brasileira. São Paulo: Grupo GEN, 2015. (VIRTUAL)

Nunes, Thiago Marinho. Arbitragem e prescrição. São Paulo: Grupo GEN, 2014. (VIRTUAL)

PRÁTICAS DE LINGUAGEM JURÍDICA II

Disciplina de Língua Portuguesa voltada às práticas de linguagem jurídica. No módulo, atenta-se para a produção textual e a noção de Gêneros Textuais, focalizando a atenção para as condições de produção textual dos gêneros textuais da esfera do Direito e desenvolvendo, sobretudo, a argumentação. A gramática normativa será revisitada à medida que surgirem necessidades quanto ao domínio da escrita técnico-científica e jurídica.

Bibliografia Básica:

MEDEIROS, João Bosco, TOMASI, Carolina. Português Forense: Língua Portuguesa para

Curso de Direito. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2015. - MARTINS, Dileta Silveira; ZILBERKNOP, Núbia Scliar. Português Instrumental. 28 ed. São

Paulo: Atlas. 2010. (também em versão eletrônica)

Bibliografia Complementar:

DAMIÃO, Regina Toledo; HENRIQUES, Antônio. Curso de Português Jurídico. 12 ed. São

Paulo: Atlas, 2015. (também em versão eletrônica)

NADÓLSKIS. Héndricas. Normas de Comunicação em Língua Portuguesa. 26 ed. Saraiva.

LIMA, F. SABERES DO DIREITO 61 - LEITURA DINÂMICA. São Paulo: Saraiva, 2013. (livro eletrônico).

DIREITO ESPORTIVO

Fundamentos, fontes e princípios. Principais organizações esportivas e sua natureza jurídica. Normas gerais sobre o desporto. Legislação nacional e internacional. Estatuto do torcedor. O torcedor como consumidor. Justiça Desportiva: composição, organização, funcionamento e competência. CBJD. Tribunal Arbitral do Esporte. Direito Desportivo Trabalhista. Direito Desportivo Empresarial. Legislação de patrocínio. Multidisciplinaridade.

Bibliografia Básica:

TRENGROUSE, Pedro. Princípios do Direito Desportivo. Revista Brasileira de Direito Desportivo 7. São Paulo: Tomson IOB, 2005.
OLIVEIRA, Leonardo Andreotti P. Direito do Trabalho e Desporto. São Paulo, Quartier Latin, 2014.
SOUZA, Gustavo Lopes Pires. Direito Desportivo. Belo Horizonte: Arraes Editores, 2014.

Bibliografia Complementar:

RAMOS, E. D. S. **ATIVISMO JUDICIAL**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2015 (virtual)
ADEODATO, J. M. **A RETÓRICA CONSTITUCIONAL**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2013 (VIRTUAL)
MATTOS, F. C. **A luta pelo direito**. São Paulo: Saraiva, 2015. (VIRTUAL)
BOTELHO, M. C. **A LEGITIMIDADE DA JURISDIÇÃO CONSTITUCIONAL NO PENSAMENTO DE JURGEN HABERMAS**. São Paulo: Saraiva, 2010. (VIRTUAL)
BRUGGER, W. **A cruz antropológica da decisão na política e no direito**. São Paulo: Saraiva, 2016 (VIRTUAL)
MARTINS-COSTA, J. **A Boa-Fé no Direito Privado**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2018 (VIRTUAL)

LEGISLAÇÃO CIVIL EXTRAVAGANTE

Mandado de Segurança. Juizado Especial Estadual. Juizado Especial Federal. Juizado Especial da Fazenda Pública. Estatuto da OAB e o Código de Ética. Ação Civil Pública. Lei de locação. Investigação de paternidade. Lei de Alimentos. Alimentos Gravídicos.

Bibliografia Básica:

NETO, A. M. **COL OS 10+ PROCESSO PENAL**. São Paulo: Saraiva, 201/.. (VIRTUAL)
SÁ, R. M. D. **COL. DIREITO E PROCESSO - EFICÁCIA DA COISA JULGADA**. São Paulo: Saraiva, 2018 (VIRTUAL)
BERALD, M. C. S. **COLEÇÃO DIREITO E PROCESSO**. São Paulo: Saraiva, 2019 (VIRTUAL)

Bibliografia Complementar:

CAIO MARIO. Instituições de Direito Civil – Volume III – contratos.
VENOSA. Direito Civil: contratos. Volume 3. ISBN. 9788530970833
LÔBO, Paulo. Direito Civil – Contratos. 3ª ed.
GOMES, M. V. M. L. Coleção Defensoria Pública - Ponto a Ponto Direito Civil - Parte Geral. São Paulo: Saraiva, 2016 (VIRTUAL)
GAGLIANO, P. S.; FILHO, R. P. Contratos. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2020 (VIRTUAL)

ATUALIDADES DO DIREITO CONSTITUCIONAL

Estudo das atualizações do Direito Constitucional. Abordagem dos conteúdos de Direito Constitucional numa leitura interdisciplinar com temas relevantes e atuais da área para a formação do bacharel em Direito. Estimular os discentes a procurarem soluções para problemas práticos verdadeiros.

Bibliografia Básica:

SILVA, JOSÉ AFONSO DA. Curso de Direito Constitucional Positivo. 36.ed. São Paulo: Malheiros, 2012.

TAVARES, André Ramos. Curso de Direito Constitucional. 9.ed. Edição. São Paulo: Saraiva, 2011.

MORAES, Alexandre de. Direito Constitucional. 27.ed. São Paulo: Atlas, 2011.

Bibliografia Complementar:

BRUGGER, W. **A cruz antropológica da decisão na política e no direito.** São Paulo: Saraiva, 2016 (VIRTUAL)

BOTELHO, M. C. **A LEGITIMIDADE DA JURISDIÇÃO CONSTITUCIONAL NO PENSAMENTO DE JURGEN HABERMAS.** São Paulo: Saraiva, 2010. (VIRTUAL)

MATTOS, F. C. **A luta pelo direito.** São Paulo: Saraiva, 2015. (VIRTUAL)

MARTINS-COSTA, J. **A Boa-Fé no Direito Privado.** 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2018 (VIRTUAL)

RAMOS, E. D. S. **ATIVISMO JUDICIAL.** 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2015 (virtual)

ADEODATO, J. M. **A RETÓRICA CONSTITUCIONAL.** 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2013 (VIRTUAL)

ESTÁGIO SUPERVISIONADO VI (Prática Real)

Crime: Recursos. Apelação. Embargos Infringentes de Nulidade. Carta Testemunhável. Recurso extraordinário e especial. Incidentes de execução. Júri. Cível: Elaboração de petição inicial. Contestação. Recursos. Ação Rescisória. Execução de Sentença. Trabalhista: Recursos. Execução. Administrativo: elaborar defesa de processo Administrativo. Participação efetiva no acompanhamento de processos na Justiça do 1º e 2º Graus.

Bibliografia Básica:

NETO, A. M. **COL OS 10+ PROCESSO PENAL.** São Paulo: Saraiva, 2011. (VIRTUAL)

SÁ, R. M. D. **COL. DIREITO E PROCESSO - EFICÁCIA DA COISA JULGADA.** São Paulo: Saraiva, 2018 (VIRTUAL)

BERALD, M. C. S. **COLEÇÃO DIREITO E PROCESSO.** São Paulo: Saraiva, 2019 (VIRTUAL)

Bibliografia Complementar:

CAIO MARIO. Instituições de Direito Civil – Volume III – contratos.

VENOSA. Direito Civil: contratos. Volume 3. ISBN. 9788530970833

LÔBO, Paulo. Direito Civil – Contratos. 3ª ed.

GOMES, M. V. M. L. Coleção Defensoria Pública - Ponto a Ponto Direito Civil - Parte Geral. São Paulo: Saraiva, 2016 (VIRTUAL)

GAGLIANO, P. S.; FILHO, R. P. Contratos. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2020 (VIRTUAL)

ATIVIDADES COMPLEMENTARES

Atividades de enriquecimento curricular que integralizam o perfil profissiográfico do egresso de Direito, através de participação em eventos acadêmicos e extra acadêmicos, devidamente comprovados, pertinentes a sua formação.

Bibliografia Básica:

STRECK, L. L.; NUNES, D.; CUNHA, L. C. D. **Comentários ao código de processo**

civil. São Paulo: Saraiva, 2016.

ALVIM, A. A.; ALVIM, E. A.; LEITE, G. S.; ASSIS, A. D.; LEITE, G. S. **Comentários ao Código de Processo Civil.** São Paulo: Saraiva, 2016

NEGRÃO, T. **Código de processo civil e legislação processual em vigor.** 50. ed. São Paulo: Saraiva, 2019

Bibliografia Complementar:

ALVIM, A. A.; ALVIM, A. A.; ASSIS, A. D.; ALVIM, E. A. **Comentários ao Código de Processo Civil.** 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2017 (VIRTUAL)

FREIRE, A. R. S.; NUNES, D. J. C.; STRECK, L. L.; CUNHA, L. J. R. C. B. **Comentários ao Código de Processo Civil.** 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2017 (VIRTUAL).

MATOS, C. E. F. D. **Coleção sinopses jurídicas - processo civil - teoria geral do processo e processo de conhecimento.** 17. ed. São Paulo: Saraiva, 2018 (VIRTUAL).

GOMES, M. V. M. L. **Coleção Defensoria Pública - Ponto a Ponto - Direito Processual Civil Teoria Geral do Processo Civil.** São Paulo: Saraiva, 2016 (VIRTUAL)

ATIVIDADES EXTENSIONISTAS:

Desenvolvimento de atividades de extensão em grupo sob a orientação de um professor coordenador de programa ou projeto para exercício e aprimoramento dos conhecimentos adquiridos no curso. Desenvolvimento do potencial criativo para solução de problemas complexos utilizando as técnicas apreendidas durante a graduação; Estruturação e apresentação de um relatório, assim como o desenvolvimento de habilidades de expressão escrita e oral de acordo com as necessidades do projeto ou programa de extensão atendido.

Bibliografia Básica:

CADERNOS DE FORMAÇÃO CULTURAL/CENTRO BRASILEIRO DE INFÂNCIA E JUVENTUDE. Experiências e Teorias. Ribeirão Preto, SP: CEBRIJ, 2007. 73p.

CONTADOR, C.R. Projetos Sociais: avaliação e prática. 4ª Ed. São Paulo: Atlas, 2000. 375p.

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS. Plano Nacional de Extensão Universitária. Ilhéus; Editus, 2001. 65p. (Coleção Extensão Universitária; v. 1).

_____. Sistema de Dados e Informações. Rio de Janeiro: NAPE, UERJ, 2001. 84P. (Coleção Extensão Universitária; v. 2).

Bibliografia Complementar:

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS. Extensão e Flexibilização Curricular. Porto Alegre: Porto Alegre; UFRGS; Brasília; MEC/SESu, 2006. 91p. (Coleção Extensão Universitária; v.4).

_____. Extensão Universitária: organização e sistematização. Belo Horizonte; Coopmed, 2007. 112p. (Coleção Extensão Universitária; v.6).

FREIRE, P. Extensão ou comunicação? 7ª Ed. Rio de Janeiro; Paz e Terra, 1983. 93p.

GAZZOLA, A.L.A., ALMEIDA, S.G. (Org.), Universidade; Cooperação Internacional e diversidade. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006. 324p.

Livros, periódicos, anais de eventos e outros textos relacionados a área de

desenvolvimento do projeto de extensão.

4. METODOLOGIA

Na elaboração da Proposta Pedagógica do Projeto do Curso de Direito, utilizou-se como referência o Projeto Pedagógico Institucional e as Diretrizes Curriculares Nacionais da área. O aspecto relevante na abordagem didático-pedagógica assumida está vinculado, também, aos objetivos propostos para o curso e o perfil do profissional que se deseja formar. A proposta metodológica tem compromisso com uma postura dialética. É a postura didático-filosófica do professor que orientará o desenvolvimento dos conteúdos e/ou atividades e ações práticas comprometidas com a transformação e/ou mudanças.

O Curso de Direito alinha-se aos pressupostos metodológicos orientados pela Instituição, em seu PDI, tendo em vista que busca construir a prática educativa cotidiana como um elemento que contribuirá no processo de superação das contradições, que permeiam a sociedade e as atividades acadêmicas, ao mesmo tempo.

A metodologia é entendida no Projeto de Curso como uma postura diante da realidade, que implica tarefas indissociáveis, como a reflexão, o conhecimento, interpretação da realidade e sua transformação. O movimento dialético das atividades propostas no processo de ensino/aprendizagem tem compromisso com os momentos: partir da prática (síncrise): qualquer processo de mudança tem como referência experiências anteriores, portanto partir da realidade do acadêmico e obter informações sobre o senso comum, sempre numa perspectiva contextualizada; refletir sobre a prática (análise): através da reflexão crítica e coletiva, buscar subsídios para conhecer como funciona a prática, abrir novas possibilidades, procurar saber como atuar no sentido de sua transformação. É o momento do confronto entre o conhecimento espontâneo e o conhecimento científico; transformar a realidade (síntese).

Com os conhecimentos adquiridos no confronto entre senso comum (síncrise) e conhecimento científico (análise) o acadêmico elaborará a síntese que representa o domínio dos elementos para reelaborar e/ou transformar a realidade. Ensinar de forma dialética é interagir com a vida do acadêmico e

com a realidade na qual ele se insere. Considerando este movimento dialético e também buscando atividades interdisciplinares/integradoras, a prática metodológica fundamenta-se na proposição de que considera a educação não transformadora da sociedade de forma imediata e linear, mas de modo mediato e indireto, agindo sobre os sujeitos da prática social.

A interdisciplinaridade busca conciliar o conceito pertencente às diversas áreas do conhecimento a fim de promover avanços na produção de novos conhecimentos. Constitui um diálogo entre diferentes disciplinas. O trabalho interdisciplinar é de fundamental importância, pois, há um crescente reconhecimento de que um olhar unidisciplinar seja insuficiente para melhor compreensão de processos, fenômenos e acontecimentos nos conteúdos estudados.

Desta forma, a metodologia de ensino converge para seus objetivos, garantindo que o conteúdo tratado nas unidades de aprendizagem seja realizado de forma interativa e interligada, proporcionando ao aluno a compreensão da complexidade da realidade estudada. Os processos interativos e a utilização de recursos tecnológicos modernos permitirão imprimir, ao processo pedagógico, dinamicidade que ultrapassa a mera transmissão do conteúdo.

A metodologia transcende a tendência pedagógica tradicional, centrada apenas nas aptidões intelectuais individuais do aluno, para um encaminhamento que prestigie a criação de novas práticas sociais, possibilitando a transformação, de modo a garantir o desenvolvimento das habilidades e competências esperadas para um futuro profissional agir nas incertezas. As competências e habilidades permitem a ele mover-se em diferentes universos, sem ter uma única aprendizagem como modelo.

Todo o processo acadêmico está voltado ao fortalecimento da educação centrada na autoaprendizagem, na vivência de uma proposta ousada que coloca o aluno frente a situações reais de construção do conhecimento e aos desafios que exigem competências e habilidades desenvolvidas em cada fase da aprendizagem. Essa prática torna-o mais humano, do ponto de vista social e possibilita, por meio de um processo de formação transformador, uma melhor preparação, do ponto de vista técnico-científico.

O Projeto Pedagógico do Curso de Direito estabelece um currículo integrado, centrado no aluno, propondo uma prática profissional diferenciada, sintonizada com o mundo do trabalho e com as necessidades sociais e a proposição de um sistema de avaliação abrangente, com indicadores importantes para a nova visão de excelência acadêmica preconizada nos documentos institucionais.

A proposta da FAIPE tem sua ação pedagógica baseada em princípios educacionais que propõem: formação crítica e construtiva; excelência de processos; autonomia intelectual; preparação técnico-científica; postura ética e profissional. A institucionalização desses princípios é assegurada pelo projeto de ensino interdisciplinar, voltado para centros de interesses, que tem por objetivo a construção da autonomia intelectual do aluno, considerando também: a organização global do conhecimento; a metodologia baseada em problemas; a interação do aluno com o objeto de estudo; as oportunidades diversificadas de aprendizagem; a contextualização das atividades de ensino e extensão.

O Curso de Direito deve buscar sempre o desenvolvimento de programas que privilegiem descobertas de novas metodologias, enfocando o uso e a adequação de recursos audiovisuais, de tecnologia da informação, de novos métodos e técnicas de ensino, visando sempre o aperfeiçoamento do trabalho acadêmico.

As estratégias didático-pedagógicas para o curso no processo de ensino e aprendizagem proporcionam uma visão do todo, privilegiando conteúdos relacionados com as áreas específicas da profissão para dar sustentação à prática profissional, com o desenvolvimento de projetos de intervenção na realidade.

Quanto às atividades de inserção na vida profissional, contemplam um aprendizado contínuo que extrapola os conhecimentos adquiridos no programa das disciplinas, com atividades desenvolvidas ao longo do curso, envolvendo problemas da realidade, com análise e encaminhamento de soluções.

A relação do processo de ensino e aprendizagem será direcionada para despertar o interesse do aluno, de forma a oportunizar o progresso individual, dentro de um ritmo próprio, desenvolver a iniciativa e permitir a

participação ativa, sem perder de vista a interação grupal.

Nesse contexto, haverá oportunidade de ampliação na interação interpessoal e habilidades para agir de maneira unificadora. Assim, a metodologia ativa de ensino/aprendizagem deve privilegiar estratégias de ensino diversificadas. Exige que as atividades de aprendizagem sejam orientadas por ações múltiplas, tanto individuais como grupais, com o auxílio de recursos tecnológicos, buscando formas mais dinâmicas para tornar o ensino mais real possível.

No Curso de Direito da FAIPE destacam-se como metodologia de ensino- aprendizagem, as seguintes atividades: aulas dialogadas, dinâmicas de grupo, leituras comentadas, fichamentos, aulas expositivas, visitas técnicas, aulas práticas, seminários, simpósios, palestras, pesquisa bibliográfica e iniciação científica.

Hoje, um dos grandes problemas do profissional Universitário é o solucionar, a partir do campo científico Que atua os conteúdos, os conceitos e as relações, em outras palavras a rede teórica pretendida, contrapondo por elementos a serem apreendidos.

Atuar coletivamente ao se definir as linhas do curso que se interligam, o perfil pretendido, organizando os em áreas, o avanço da definição dos elementos essenciais da grade curricular fica facilitada.

Pretende-se no curso com essas escolhas que orientam o processo proponho como referência a metodologia dialética para definição das estratégias tendo em vista que a aprendizagem do aluno, hoje é o foco relevante e ensinar não pode se limitar a simples exposição dos conteúdos, incluindo necessariamente o resultado bem sucedido do que se pretende fazer.

Como processo de atuação do professor não mais só em sala de aula, mas busca-se a introdução de ensino híbrido. as atividades devem ser complementares, de modo a favorecer o desenvolvimento do estudante.

Uma perspectiva de futuro tem serviço algumas habilidades que caracterizam movimento do aluno que vão além dos conteúdos básicos das disciplinas curriculares, mas que podem ser estimuladas: pensamento crítico, aprendizagem ativa, create criatividade, resolução de problemas complexos, habilidade cognitiva, negociação, tomada de

decisão, orientação a serviço entre outros.

No curso de Direito, destaca-se como estratégia aprendizagem as atividades, aula dialogada, visita técnica, aula expositiva, seminários, simpósios, pesquisas, entre entrevista, prática forense, curso de extensão, atividades extensionista, entre outros.

5. ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO

O Estágio Supervisionado é componente curricular obrigatório, indispensável à consolidação dos desempenhos profissionais desejados, inerentes ao perfil do formando. Reserva-se, exclusivamente, para alunos matriculados no Curso de Direito da FAIPE. Ele não se confunde com o estágio profissional. Dessa forma, ainda que nem todos os alunos possam realizar estágio profissional, todos eles são obrigados a cumprir o estágio curricular.

A finalidade do Estágio Supervisionado é proporcionar ao aluno formação prática, com desenvolvimento das competências e habilidades necessárias à atuação profissional.

O Estágio Supervisionado deve proporcionar ao aluno a participação em situações simuladas e reais de vida e trabalho, vinculadas à sua área de formação.

As atividades de Estágio Supervisionado são exclusivamente práticas, sem utilização de aulas expositivas, compreendendo, entre outras: redação de atos jurídicos e profissionais, peças e rotinas processuais, assistência e atuação em audiências e sessões, vistas relatadas a órgãos judiciários, prestação de serviços jurídicos, treinamento de negociação, mediação, arbitragem e conciliação, resolução de questões de deontologia e legislação profissional, tudo sob o controle, orientação e avaliação do Núcleo de Prática Jurídica.

O estudo do Código de Ética e Disciplina das profissões jurídicas perpassam todas as atividades vinculadas ao Estágio Supervisionado.

As atividades de Estágio Supervisionado podem ser reprogramadas e reorientadas de acordo com os resultados teórico-práticos gradualmente revelados pelo aluno, até que se possa considerá-lo concluído,

resguardando, como padrão de qualidade, os domínios indispensáveis ao exercício das diversas carreiras contempladas pela formação jurídica.

O Estágio Supervisionado é realizado do 5º ao 10º semestre do Curso de Direito, distribuído em módulos semestrais. O aluno deve desenvolver uma programação que totalize a carga horária mínima de 400 horas/aulas a ser cumprida, conforme determinado na matriz curricular do Curso de Direito.

As atividades de Estágio Supervisionado envolvem visitas orientadas, prática simulada e prática real.

As visitas orientadas abrangem os diversos órgãos jurisdicionais, assim como a assistência de audiências reais e julgamentos, nos diversos fóruns e tribunais, com apresentação de relatórios das audiências. Das visitas programadas devem ser redigidos relatórios circunstanciados a serem apresentados pelo aluno para avaliação. Os alunos devem cumprir 20% da carga horária destinada ao Estágio Supervisionado em visitas orientadas.

A prática simulada abrange o exercício prático das atividades forenses e não forenses; a elaboração de peças processuais e profissionais simuladas; atuação em processos simulados. A pauta de atividades simuladas inclui ainda o estudo de peças, rotinas e fases do processo, nos diversos procedimentos, pelo exame de autos findos; e o treinamento simulado de técnicas de negociação, conciliação e arbitragem.

A prática real é desenvolvida na FAIPE, por meio do Escritório de Assistência Jurídica, por meio dos Anexos aos Juizados Especiais, bem como, em departamentos jurídicos credenciados, escritórios de advocacia e órgãos públicos conveniados.

Para fins de supervisão e avaliação, o estagiário deve apresentar relatório bimestral das atividades desempenhadas, cópia do controle de frequência, assim como cópia das peças processuais elaboradas no período. Os relatórios apresentados e as cópias das peças elaboradas são objeto de avaliação, visando à atribuição de horas. Ao término do semestre, o aluno deve apresentar ao Núcleo de Prática Jurídica certidão ou declaração consignando o período do estágio, bem como sua carga horária.

As atividades conveniadas não devem ultrapassar 50% do tempo exigido para conclusão do estágio e são realizadas sob supervisão da FAIPE, com elaboração de relatórios.

O Estágio Supervisionado e o Núcleo de Prática Jurídica da Faculdade FAIPE possuem regulamento próprio.

6. ATIVIDADES COMPLEMENTARES

As Atividades Complementares são componentes curriculares obrigatórios, enriquecedores e implementadores do perfil do formando. Possibilitam o reconhecimento, por avaliação de habilidades, conhecimento e competência do aluno, inclusive adquirida fora do ambiente acadêmico, incluindo a prática de estudos e atividades independentes, transversais, opcionais, de interdisciplinaridade, especialmente nas relações com o mercado do trabalho e com as ações de extensão junto à comunidade.

São concebidas para propiciar ao aluno a oportunidade de realizar, em prolongamento às demais atividades do currículo, uma parte de sua trajetória de forma autônoma e particular, com conteúdos diversos que lhe permitam enriquecer o conhecimento jurídico propiciado pelo Curso de Direito.

Considera-se como Atividade Complementar toda e qualquer atividade, não compreendida nas práticas pedagógicas previstas no desenvolvimento regular das disciplinas e atividades do Curso de Direito. Deve-se levar em conta na sua admissibilidade a conexão do conteúdo formativo da atividade com o Curso de Direito, em uma perspectiva interdisciplinar e analisar-se a sua relevância para o processo de ensino-aprendizagem.

Para fins de registro acadêmico da carga horária, as Atividades Complementares foram divididas em 03 (três) grupos, devendo o aluno obter aproveitamento ao longo do curso, em pelo menos 02 (dois) grupos:

- Grupo 1: Ensino;
- Grupo 2: Práticas de Investigação;
- Grupo 3: Extensão.

Admitem-se como Atividades Complementares associadas ao Ensino, a frequência e o aproveitamento em disciplinas de outros cursos da IES, em áreas afins; ou em outra Instituição de Ensino Superior, na mesma área de formação, desde que não contempladas na matriz curricular da IES, ou em áreas afins, a critério do Coordenador do Curso.

Consideram-se como Atividades Complementares associadas à Prática Investigativa, a participação de alunos em investigação científica ou profissional; a publicação de documentos de autoria própria do aluno ou em colaboração com profissionais ou docentes pesquisadores.

Constituem Atividades Complementares associadas à Extensão a participação em projetos de extensão reconhecidos pela IES; o comparecimento a eventos diversos, na área de formação ou em áreas afins, tais como: palestras, seminários, simpósios, exposições, debates, exibição e discussão de filmes e vídeos, lançamento de livros.

O aluno deve desenvolver durante o ciclo acadêmico uma programação que totalize a carga horária mínima de 300 horas/aulas a ser cumprida. A totalização das horas destinadas às Atividades Complementares é indispensável à colação de grau.

As Atividades Complementares podem ser desenvolvidas dentro ou fora do turno regular das aulas, sem prejuízo, no entanto, de qualquer das atividades de ensino ministrado no Curso de Direito da FAIPE, que são prioritárias.

A escolha e a validação das Atividades Complementares devem objetivar a flexibilização curricular, propiciando ao aluno a ampliação epistemológica, a diversificação temática e o aprofundamento interdisciplinar como parte do processo de individualização da sua formação acadêmica.

A programação das Atividades Complementares está sujeita a validação do Supervisor de Atividades Complementares, mediante exame de sua compatibilidade com os objetivos didático-pedagógicos e profissionalizantes do Curso de Direito, expressos no Projeto Pedagógico.

Para fins de acompanhamento e controle pelo Supervisor de Atividades Complementares, com vistas à integralização, o aluno deve requerer o aproveitamento da atividade realizada, mediante formulário próprio. Para o aproveitamento da carga horária em Atividade Complementar o Supervisor de Atividades Complementares considerará as disciplinas já cursadas pelo aluno no momento da realização da atividade.

O Supervisor de Atividades Complementares é nomeado pelo Coordenador do Curso, dentre professores do quadro permanente de docentes do Curso de Direito, para o exercício do conjunto de atividades de orientação básica ao aluno e de administração dos atos relativos à política, ao planejamento e à supervisão das Atividades Complementares. É de competência do Supervisor de Atividades Complementares:

- I – organizar calendário de Atividades Complementares, incluindo o elenco de atividades institucionais informando, para divulgação, à Coordenação do Curso de Direito;
- II – acompanhar e controlar a participação dos alunos em ações e eventos promovidos pela Instituição, que visem o aproveitamento sob a forma de Atividades Complementares;
- III – apreciar e decidir a respeito da validade de documentos apresentados pelos alunos, que objetivem aproveitamento de ações e eventos externos sob a forma de Atividades Complementares;
- IV – enviar à Secretaria o resultado da avaliação das Atividades

Complementares de cada aluno para os registros cabíveis;

V – produzir, semestralmente, relatório de atividades desempenhadas à frente da Supervisão e Atividades Complementares, informando à Coordenação do Curso de Direito os detalhes das Atividades Complementares desenvolvidas pelos alunos e aceitas, acompanhado dos documentos comprobatórios de realização, com a indicação das cargas horárias e da frequência registrada de cada um dos alunos, com vistas à integralização da carga horária.

Semestralmente a Coordenação do Curso de Direito juntamente com o corpo docente, elabora uma série de Atividades Complementares, tais como: Cursos extracurriculares; Visitas aos Fóruns, Distritos Policiais, Tribunal do Júri, Museu do Crime, etc.; Apresentação dos projetos elaborados pelos alunos; Apresentação e novas tendências da ciência jurídica, visando sempre incentivá-los ao desenvolvimento e ao fomento da pesquisa; Semana Jurídica; Atividades culturais e de responsabilidade social; Palestras em áreas afins do Direito; e etc.

Independentemente de participar de eventos que forem promovidos ou oferecidos pela FAIPE, compete ao aluno desenvolver esforços para buscar na comunidade externa e participar da realização de outros que sejam promovidos ou realizados por órgãos públicos ou privados e/ou instituições atuantes na comunidade, que por sua natureza possam vir a ser aproveitados com vistas à integralização de Atividades Complementares.

A integralização da carga horária das Atividades Complementares se dá de acordo com os seguintes critérios:

GRUPOS	ATIVIDADES COMPLEMENTARES
Grupo 1: Ensino	Frequência e o aproveitamento em disciplinas de outros cursos da FAIPE, em áreas afins; ou em outra Instituição de Ensino Superior, na área de formação, desde que não contempladas na matriz curricular da IES, ou em áreas afins, a critério do Coordenador do Curso.
Grupo 2: Práticas Investigativas	Participação de alunos em investigação científica ou profissional.
	Publicação de documentos de autoria própria do aluno ou colaborativa.
Grupo 3: Extensão	Participação em projetos e extensões reconhecidos pela IES.
	Comparecimento a eventos diversos, na área de formação ou em áreas afins, tais como: palestras, seminários, simpósios, exposições, debates, exibição e discussão de filmes e vídeos, lançamento de livros.

Para aproveitamento das Atividades Complementares exige-se:

GRUPOS	ATIVIDADES COMPLEMENTARES	PROVA EXIGIDA
Grupo 1: Ensino	Frequência e o aproveitamento em disciplinas de outros cursos da IES, em áreas afins; ou em outra Instituição de Ensino Superior, na área de formação, desde que não contempladas na matriz curricular da IES, ou em áreas afins, a critério do Coordenador do Curso.	Certificado de aprovação na disciplina.
Grupo Pesquisa 2:	Participação de alunos em projetos de pesquisa ou investigação científica.	Certificado de participação e apresentação de relatório.
	Publicação de documentos de autoria própria do aluno ou colaborativa em revista técnica, científica ou especializada.	Cópia do documento.
	Presença colaborativa em defesas de trabalhos de conclusão de cursos de graduação, dissertações de mestrado ou teses de doutorado.	Atestado de participação e apresentação de relatório, quando a atividade não for promovida pela IES.
Grupo Extensão 3:	Participação em projetos de extensão reconhecidos pela IES.	Certificado de participação e apresentação de relatório.
	Comparecimento a eventos diversos, na área de formação ou em áreas afins, tais como: palestras, seminários, simpósios, exposições, debates, exibição e discussão de filmes e vídeos, lançamento de livros.	Certificado de participação, programação e apresentação de relatório, quando a atividade não for promovida pela IES.

7. TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO – TCC

O Trabalho de Curso é componente curricular obrigatório, enriquecedor e implementador do perfil do formando.

É concebido para propiciar ao aluno a oportunidade de realizar um exercício pedagógico concentrado, realizado em momento mais próximo do final do Curso de Direito, por meio do qual o é instado a exibir as competências e habilidades obtidas ao longo de sua formação. Nesse sentido, o Trabalho de Curso deve evidenciar uma capacidade de reflexão autônoma e crítica e, na perspectiva de uma educação continuada, abrir pistas possíveis e futuras de investigação.

O processo de realização do Trabalho de Curso importa orientação teórico- metodológica ao aluno, a ser prestada do 9º ao 10º semestre do Curso de Direito, pelo professor orientador. O aluno terá acesso a manuais atualizados de apoio à produção dos trabalhos.

Estão aptos a orientar o Trabalho de Curso quaisquer professores efetivos do Curso de Direito da FAIPE, respeitadas as afinidades temáticas das suas respectivas linhas de pesquisa e a existência de carga horária disponível para a orientação. O orientador escolhido pelo aluno deve ser professor da FAIPE, atuante na área e/ou disciplina correspondente ao tema do TC.

A atividade de orientação consiste na tarefa de incentivo, acompanhamento e discussão do TC pelo professor orientador. Cada professor pode ter até 10 (dez) alunos sob sua orientação. A orientação segue plano de atendimento mensal estabelecido pelo professor orientador.

A orientação é realizada obrigatoriamente nos 02 (dois) últimos semestres do Curso de Direito. Neste mesmo período que compreende 02 (dois) semestres de orientação deve o aluno também elaborar o seu Trabalho de Curso.

O TC deve ser elaborado considerando-se:

- I – na sua estrutura formal os critérios técnicos estabelecidos nas normas da ABNT sobre documentação, no que forem aplicáveis;**
- II – no seu conteúdo, a vinculação direta do seu tema com a área de conhecimento de sua formação profissional.**

Parágrafo Único. As exigências quanto à forma escrita e apresentação do trabalho serão estabelecidas pelo Supervisor de TC.

Estando apto para a defesa, o TC, em 04 (quatro) vias, é encaminhado pelo professor orientador ao Supervisor de TC, a quem aquele solicita data para apresentação e defesa.

O Trabalho de Curso é então apresentado para defesa perante banca examinadora presidida pelo professor orientador e composta por mais de um professor designado pelo Supervisor de TC, consideradas as indicações do aluno e de seu orientador.

Todos os professores do Curso de Direito podem ser indicados para participação em banca de sua área de interesse, observada a disponibilidade de suas respectivas cargas horárias. Podem ainda integrar o corpo de avaliadores professores de outros cursos, desde que comprovado pelo professor orientador o reconhecido interesse de sua presença para a discussão e avaliação do trabalho, aprovada a indicação pelo Supervisor de TC.

A avaliação do Trabalho de Curso é colhida das notas individuais dos professores presentes à banca. É considerado aprovado o aluno que obtiver conceito igual ou superior a Regular em cada um dos membros da banca.

A banca pode reprovar o trabalho ou submeter à aprovação a posterior reformulação em aspectos por ela discriminados e justificados na ficha de avaliação. Nesse último caso, deve o aluno promover as alterações em até 15 dias, submetendo o novo texto aos membros da banca, que devem se reunir para nova avaliação, dispensada nova defesa oral.

O Supervisor de TC é escolhido pelo Coordenador do Curso de Direito dentre professores do quadro permanente de docentes do Curso de Direito, para o exercício conjunto de atividades de orientação ao aluno e de administração dos atos relativos ao planejamento e à supervisão do TC. É de competência do Supervisor de TC:

- I – fornecer esclarecimentos aos alunos inscritos sem prejuízo daqueles que já lhes prestam seus respectivos professores orientadores;
- II – apoiar o trabalho dos professores orientadores, assistindo-lhes nos diversos aspectos relevantes para a orientação do TC;
- III – estabelecer procedimento permanente de discussão e de avaliação das atividades relativas ao TC, convocando reuniões regulares entre professores orientadores e orientandos, conduzindo seus resultados à apreciação da Coordenação do Curso de Direito;
- IV – organizar calendário de atividades de TC, definindo cronograma de defesas e lista com a composição das bancas, informando, para divulgação, à Coordenação do Curso de Direito;
- V – enviar à Secretaria o resultado da avaliação do TC de cada aluno, para os registros cabíveis;
- VI – encaminhar, para arquivo na biblioteca, cópia dos trabalhos

defendidos que receberem conceito Excelente dos componentes da banca, ou sob sua avaliação aqueles indicados pela banca examinadora como merecedores de distinção;

VII – receber e arquivar as fichas de avaliação das bancas com resultado final, bem como guardar o livro de atas das reuniões das bancas examinadoras, mantendo a sua atualização;

VIII – sistematizar e manter arquivo dos documentos referentes ao TC, recebendo, ao final de cada orientação, documentação mantida pelo professor orientador;

IX – produzir, semestralmente, relatório de atividades desempenhadas à frente da supervisão do TC, informando à Coordenação do Curso de Direito a relação de trabalhos realizados, professores envolvidos na orientação, e resultados das avaliações.

8. PROJETO TRABALHO TRANSVERSAL

Local de Realização: FAIPE

Disciplina (s) Vinculada (s): Interdisciplinar

Período de Realização: semestral

Número de alunos envolvidos: Curso de Direito da Faculdade FAIPE e a comunidade.

• JUSTIFICATIVA

Como a Diretriz Curricular Nacional DCN do Curso de Direito traz como regra pedagógica que as Faculdades apresentem aos Discentes os seguintes temas: políticas de educação ambiental, de educação em direitos humanos, de educação para a terceira idade, de educação em políticas de gênero, de educação das relações étnico-raciais e histórias e culturas afro-brasileira, africana e indígena, entre outras, já o Conselho Superior CONSUP da FAIPE aprovou como tema transversal o empreendedorismo.

Com isso, existe um grande tema para a Academia Jurídica esmiuçar e realizar uma pesquisa científica, analisando os fatos, estudando os direitos e propondo medidas no âmbito jurídico e empresarial, para que a sociedade possa absorver, verdadeiramente, os imigrantes e os transgêneros.

Desta forma, o tema sugerido pelo Colegiado do Curso de Direito abrange a educação em políticas de gênero, educação das relações étnico-raciais, direitos humanos e o empreendedorismo, uma vez que, toca em um tema de suma importância.

• OBJETIVOS

Objetivo da atividade é a interdisciplinaridade entre as matérias do curso de direito possibilitando a integração e a promoção do diálogo científico sobre políticas de gênero, educação das relações étnico-raciais, direitos humanos e o empreendedorismo, tendo em foco técnicas didáticas e formas de se introduzir ao estudante de direito as preocupações hermenêuticas que cercam o estudo daquela que é a mais importante ciência social, seja pelo seu papel e escopo fundamental, bem como, trazendo as noções de empregabilidade e empreendedorismo.

- PÚBLICO ALVO

Discentes do curso de direito.

- DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE

Atividade discutida pelo Colegiado quanto a forma e conteúdo, realizado no primeiro bimestre de cada semestre letivo e equivalerá a 20% (vinte por cento) da nota do primeiro bimestre.

- RESPONSÁVEIS PELO PROJETO

Professores do Direito

- CUSTO DO PROJETO

Estrutura física da Faculdade

- INFORMAÇÕES

Sistema Pedagógico FAIPE

9. ATIVIDADE EXTENSIONISTA

1. IDENTIFICAÇÃO DA PROPOSTA DE EXTENSÃO

Título do Projeto: ATIVIDADE EXTENSIONISTA

Local de Realização: FAIPE

Disciplina (s) Vinculada (s): DIREITO

Carga Horária: 300h

2. JUSTIFICATIVA

O Curso tem o intuito de proporcionar aos estudantes o incentivo, de modo discriminado, a pesquisa e a extensão, como fator necessário ao prolongamento da atividade de ensino e como instrumento que visa a integração do ensino e pesquisa para a iniciação científica;

As atividades de ensino dos cursos de Direito são articuladas às atividades de extensão e de iniciação à pesquisa, estimulando a realização de atividades curriculares de extensão ou de aproximação profissional que articulem o aprimoramento e a inovação de vivências relativas ao campo de formação, podendo, também, dar oportunidade de ações junto à comunidade ou de caráter social, tais como clínicas e projetos.

3. OBJETIVOS

Aplicar as cargas horárias das atividades didático-formativas e da integralização do curso, bem como, a concepção e objetivos gerais do curso, contextualizados com relação às suas inserções institucional, política, geográfica e social, fazendo uma ligação com as políticas de educação ambiental, de educação em direitos humanos, de educação para a terceira idade, de educação em políticas de gênero, de educação das relações étnico-raciais e histórias e culturas afro-brasileira, africana e indígena, entre outras.

Logo, há uma busca da transformação dos alunos em cidadãos ancorados na responsabilidade social, na solidariedade, na justiça, na democracia, na criatividade e inovação, para que sejam capazes de atuar com profissionalismo e sensibilidade, com um bom desenvolvimento no trabalho em equipe e interagir ativamente em uma sociedade heterogênea, com diferenças socioculturais e sujeita a frequentes mutações.

Em resumo, o intuito é fazer uma ponte permanente entre a IES e a sociedade, ultrapassando o ambiente acadêmico para atingir o público não universitário.

4. PÚBLICO-ALVO

Alunos do curso de Direito da Faculdade FAIPE e sociedade em geral.

5. METODOLOGIA ATIVIDADE EXTENSIONISTA

A metodologia de ensino proposta para o trabalho cria quatro unidades de aprendizagem, que serão implantadas nos primeiros quatro semestres, com carga horária distribuída igualmente entre elas.

A cada semestre será produzido um conteúdo, proporcionando ao aluno a compreensão da complexidade da realidade estudada, para que seja devolvida para a sociedade através de conhecimento. Os processos interativos e a utilização de recursos tecnológicos modernos permitirão imprimir, ao processo pedagógico, dinamicidade que ultrapassa a mera transmissão do conteúdo.

O processo metodológico realizará uma articulação entre teoria e prática, proporcionando a relação universidade e sociedade. Desta forma, sujeitos históricos terão melhor associação entre todo conteúdo científico abordado nas atividades do projeto e a realidade vivenciada. Não é objetivo da atividade extensionista formar apenas sob uma perspectiva técnica, mas também uma formação política e cidadã. Para isso, o público alvo do projeto serão os docentes, estagiários do projeto, bem como os profissionais que atuam na perspectiva dos direitos humanos e sociedade.

6. AS ATIVIDADES EXTENSIONISTAS ESPECÍFICAS

ATIVIDADE 1 – Durante o Semestre, em todas as Quartas-feiras, no período das 14 até às 18 horas os alunos receberão treinamento e farão atendimento jurídico para a sociedade, de forma gratuita e a respeitar o Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil e a não invadir a competência do Núcleo de Prática Jurídica.

O atendimento à população realizará orientações jurídicas em caráter geral (direito Civil, Administrativo, Penal, trabalhista e Consumerista), retificação de documentos pessoais, solicitação de certidões e orientações sobre os procedimentos administrativos.

A atuação deste projeto será em caráter de CONSULTA, ou seja, o Discente, acompanhado do Docente somente emitirão o parecer sobre a situação, encaminhando o caso para um especialista, para a Defensoria Pública ou para o

Núcleo de Práticas Jurídicas.

O procedimento de atendimento será realizado em caráter de orientação e, caso gere alguma demanda, será encaminhado para o responsável. O atendimento jurídico gratuito somente poderá ser realizado para aqueles que demonstrem não ter condições financeiras de contratar um Profissionais, ou seja, idêntico aos beneficiários da Defensoria Pública.

AVALIAÇÃO - O professor Orientador avaliará o aluno pela assiduidade, proatividade, capacidade de pesquisa e dedicação aos temas inerentes ao atendimento.

ATIVIDADE 2 – Durante o Semestre, em todas as Quintas-feiras, no período das 14 até às 18 horas os alunos receberão orientação jurídica sobre atividades didático-formativas e da integralização do curso, bem como, a concepção e objetivos gerais do curso, contextualizados com relação às suas inserções institucional, política, geográfica e social, fazendo uma ligação com as políticas de educação ambiental, com relação às suas inserções de educação em direitos humanos e de educação para a terceira idade, contextualizados com relação às suas inserções em direitos humanos de educação em políticas de gênero, bem como, de educação das relações étnico-raciais, histórias e culturas afro-brasileira, africana e indígena.

Dentre estes temas, os discentes serão responsáveis a criar um ciclo de palestras para a comunidade Cuiabana de baixa renda, com clareza, fácil entendimento e informações úteis.

A escolha da comunidade que se beneficiará das palestras, seguirá os convênios obtidos pela Faculdade, como exemplo, com a OAB MT, Sindicatos, TJMT, TCEMT, Associação dos Sargentos MT entre outros.

AVALIAÇÃO - O professor Orientador avaliará o aluno pela assiduidade, proatividade, capacidade de pesquisa e dedicação aos temas inerentes ao atendimento.

ATIVIDADE 3 - Durante o Semestre, em toda primeira Segunda-feira do mês, no período das 14 até às 18 horas os alunos deverão fazer uma visita dirigida para um órgão institucional, realizar um relatório das atividades daquele órgão, competência, vínculo a qual poder, tipo de servidor, atuação dentro do estado entre outros.

Serão quatro visitas, a primeira ao Centro de Apoio da Infância e Juventude do MP-MT; a segunda ao Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, com todos os alunos de Direito, para assistirem uma Sessão de Julgamento de uma das Câmaras Cíveis e conhecerem o Memorial do Judiciário – projeto Conhecendo o Tribunal; a terceira visita assistida ao Tribunal de Contas do Estado e um julgamento de contas e a última para um Escritório de Advocacia conveniado com a faculdade.

AValiação - O professor Orientador avaliará o aluno pela assiduidade, proatividade, capacidade de pesquisa e dedicação aos temas inerentes ao atendimento.

1. IDENTIFICAÇÃO DA PROPOSTA DE EXTENSÃO

1.1 Título do Projeto: CONGRESSO

1.2 Local de Realização: FAIPE

1.3 Disciplina (s) Vinculada (s): DIREITO

2. JUSTIFICATIVA

O Curso tem o intuito de proporcionar aos estudantes o incentivo, de modo discriminado, a pesquisa e a extensão, como fator necessário ao prolongamento da atividade de ensino e como instrumento para a iniciação científica. As atividades de ensino dos cursos de Direito são articuladas às atividades de extensão e de iniciação à pesquisa e estimular a realização de atividades curriculares de extensão ou de aproximação profissional que articulem o aprimoramento e a inovação de vivências relativas ao campo de formação, podendo, também, dar oportunidade de ações junto à comunidade ou de caráter social, tais como clínicas e projetos.

3. OBJETIVOS

Aplicar as cargas horárias das atividades didático-formativas e da integralização do curso, bem como, a concepção e objetivos gerais do curso, contextualizados com relação às suas inserções institucional, política, geográfica e social, fazendo uma ligação com as políticas de educação ambiental, de educação em direitos humanos, de educação para a terceira idade, de educação em políticas de gênero, de educação das relações étnico-raciais e histórias e culturas afro-brasileira, africana e indígena, entre outras.

4. PÚBLICO ALVO

Alunos do curso de direito da faculdade FAIPE

5. DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE DE EXTENSÃO

Palestras realizada no horário da aula para alunos do DIREITO com "Temas Avançados de Direito Contemporâneo".

10. AÇÕES DECORRENTES DO PROCESSO DE AVALIAÇÃO DO CURSO

O Sistema de Avaliação de Cursos nos remete ao SINAES, que em sua proposta pretende a análise diagnóstica, a reformulação das políticas e avaliação e regulação, a valorização das Instituições de Educação Superior, a afirmação do papel do Estado na melhoria da qualidade da educação superior.

Esse sistema evoca para si a função de articular de forma coerente, concepções, objetivos, metodologias, agentes da comunidade acadêmica e de instâncias do Governo. O SINAES articula também, duas dimensões: a avaliação educativa propriamente dita, de natureza formativa, voltada para aumentar a qualidade e as capacidades de emancipação e a regulação.

A FAIPE em seu Projeto Institucional definiu a realidade regional como meta e essa opção vem possibilitando a ela um trabalho permanente de busca para aperfeiçoamento de suas atividades, através de avaliações e oportunidade de rever e propor novas ações. O Projeto Institucional compromete-se com o desenvolvimento científico, tecnológico, educacional, com as necessidades da população e com as características que o meio social complexo hoje lhe impõe.

Nessa perspectiva, a Avaliação Institucional é para a FAIPE uma preocupação cujo objetivo consiste em auto avaliar-se para reorganizar-se e prestar contas a sociedade. Uma missão a ser perseguida e, atendendo ao que propõe o SINAES, todos os cursos da FAIPE são avaliados, sempre numa visão prospectiva de melhoria institucional.

Nesse contexto a Avaliação Institucional é, portanto, um processo de contínuo aperfeiçoamento do desempenho acadêmico e de compromisso com a sociedade, constituindo-se em ferramenta para o planejamento da gestão e do desenvolvimento da educação superior. A concepção de avaliação adotada apresenta um caráter pedagógico e sua função formativa deve ser entendida como parte constitutiva do desenvolvimento da Instituição.

Especificamente, no Curso de Direito, a Autoavaliação será contemplada no processo de Avaliação Institucional, delineado no Programa de Avaliação Institucional, que integra o Plano de Desenvolvimento

Institucional (PDI) da Faculdade.

O Programa foi elaborado para atender à Lei n° 10.861, de 14 de abril de 2004, que institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) e cria a Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES) e a Comissão Própria de Avaliação (CPA) em cada IES do Sistema Federal de Ensino.

A estruturação do Programa foi orientado pela Portaria MEC n° 2.051, de 9/7/2004, e nos documentos Diretrizes para a Autoavaliação das Instituições e Orientações Gerais para o Roteiro da Autoavaliação das Instituições, editados pelo INEP.

A Autoavaliação do curso será gerenciada e desenvolvida pela Comissão Própria de Autoavaliação – CPA, constituída por membros designados pelo Diretor Geral, sendo a CPA parte integrante da Diretoria Geral. Os resultados das avaliações serão publicados periodicamente, de acordo com o calendário aprovado pela Diretoria da Faculdade.

A CPA desenvolve suas atividades com apoio operacional da Diretoria e a participação dos membros da comunidade acadêmica (alunos, professores e pessoal técnico-administrativo), seus dirigentes e egressos. A CPA mantém estreita articulação com a Coordenação de Curso, a fim de apoiar o processo interno de Autoavaliação de cada um.

A Comissão Própria de Autoavaliação tem como objetivo redimensionar metodologias, avaliar propostas e diretrizes, bem como registrar deficiências procurando aperfeiçoar o processo acadêmico e a qualidade dos serviços prestados à comunidade. Os resultados são repassados à Coordenação do Curso com sugestões de melhoria apresentados no processo avaliativo.

A avaliação do curso compreende os aspectos curriculares (plano semestral de oferta de disciplinas, duração das disciplinas e do curso, diretrizes curriculares), metodológicos, além do cumprimento da missão, da concepção, dos objetivos e do perfil profissional delineado. São avaliados, ainda:

- **Corpo docente (titulação, regime de trabalho, programas de capacitação e plano de carreira, incluindo procedimentos de recrutamento, seleção, admissão e promoção);**
- **O corpo discente (evasão, aproveitamento, frequência, participação, etc.);**
- **Biblioteca (acervo, atualização e ampliação; hemeroteca: ampliação; recursos multimídia; informatização; acesso à internet etc.);**
- **Laboratórios (atualização tecnológica, ampliação do espaço físico, aumento dos equipamentos, política de uso, manutenção e conservação, etc.);**
- **Instalações físicas gerais (manutenção, conservação e ampliação);**
- **Integração com a comunidade (programas de extensão e ações culturais, artísticas e desportivas).**

A avaliação do Curso de Direito da FAIPE se dará através da utilização de diferentes instrumentos que buscam colher dados capazes de possibilitar a caracterização da situação, no que diz respeito ao Ensino Superior, em

seus diferentes aspectos Institucionais.

Para a Autoavaliação Institucional do Projeto Pedagógico do Curso (PPC) e a sua implementação torna-se necessário a verificação quanto a:

- a) A formulação do PPC está adequada e em sintonia com as diretrizes estabelecidas para o Curso;
- b) Estabelecimento da proposta curricular a partir de informações sobre a realidade do contexto regional e nacional;
- c) Se o projeto é frequentemente discutido com seu colegiado.
- d) As ações previstas no Projeto referentes ao desenvolvimento de várias práticas curriculares estão sendo gradativamente implementadas.
- e) O perfil do egresso está estabelecido a partir de problemas e necessidades atuais e prospectivas detectados.
- f) Existe a integração entre ensino, iniciação científica e extensão.
- g) O projeto prevê instâncias decisórias e suas atribuições para questões acadêmicas e administrativas.
- h) Viabiliza a participação do corpo docente e discente nas decisões e seus interesses.

Os egressos do curso também serão convidados a participarem do processo avaliativo, através de pesquisas, onde terão a oportunidade de expressarem suas trajetórias profissionais, exigências feitas pelo mercado de trabalho, possibilitando assim, a IES traçar um comparativo do curso e as exigências demandadas pelo mercado onde esses egressos atuam.

A Instituição já realiza a cada ano letivo nos outros cursos de graduação, a Avaliação Institucional, e no Curso de Direito transcorrerá da mesma forma: os alunos avaliam os professores e funcionários e a própria Instituição; os professores fazem sua Autoavaliação, a avaliação da Instituição e dos funcionários.

A avaliação requer a participação de todos os envolvidos, pois para o bom desenvolvimento do curso e andamento da Instituição é necessária a integração da comunidade acadêmica, atuando harmonicamente para a consecução de nossos objetivos.

Nesse processo de avaliação a FAIPE dispõe de mecanismos de avaliação, através de um canal virtual de comunicação na página da Faculdade na internet. Existe também a realização de pesquisas específicas junto ao corpo discente e à comunidade.

Toda essa proposta avaliativa visa colher informações sobre a

contribuição da Faculdade para a melhoria do crescimento profissional, acesso ao mercado de trabalho e, conseqüente melhoria do seu padrão de vida, tendo em vista, as especificidades das condições sociais dos alunos.

A Autoavaliação da Faculdade possibilita um momento único de reflexão da Instituição sobre os seus objetivos, seu planejamento, suas ações e resultados alcançados, bem como suas ações futuras de correção, aperfeiçoamento e inovações que contribuiram para o cumprimento de sua missão social de educação.

11. SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM

De acordo com PACHECO (2002) avaliar é olhar a partir de determinados critérios já que não é possível saber se algo está adequado ou inadequado, apto ou inapto, se não houver clara identificação daquilo que se considera o parâmetro almejado. Avaliar, de certa forma é também medir (HOFFMAN, 1991), ainda que isso seja feito de diferentes formas com diferentes objetivos.

Nesse processo de ensinar e aprender o curso se compromete com uma avaliação formativa se desenvolverá durante todos semestres, oportunizando um avaliar científico, principalmente fazendo intervenções necessárias, com considerando-se as estratégias as estratégias no ponto e de chegada.

Ensinar de acordo com as necessidades do educando, selecionar estratégias e se a Deca conteúdo e questão, a função formativa tem objetivo de melhoria, de acompanhamento para promover o desenvolvimento, o avanço do sujeito avaliado.

Consiste em uma busca de informações que orientaram a melhoria daqueles desempenhos. o teste durante todo o processo. não é pontual mas continuada e obtida com aplicação de diversos instrumentos de avaliação. é formativa e progressiva uma característica essencial de avaliação é de ser integralizada na ação de formar.

Nesta proposta curricular, a avaliação é um processo contínuo e não um ponto de chegada. É tomar uma decisão no sentido de saber aonde se quer chegar, identificar o que não está adequado, quantificar satisfações, insatisfações e expectativas. É também uma forma de subsidiar mudanças positivas em prol de uma meta que se deseja alcançar. É uma forma tanto de analisar o rendimento dos alunos, como também a metodologia do ensino, especialmente quando um currículo é inspirado em competências e habilidades.

Pode-se dizer que as habilidades estão associadas ao saber fazer indicando uma capacidade adquirida. As competências são um conjunto de

habilidades harmonicamente desenvolvidas e que caracterizam uma função/profissão específica, no caso o professor de Direito.

Neste sentido uma competência é a capacidade para solucionar situações complexas que exijam conhecimentos e habilidades de diversas naturezas. A competência é um atributo do sujeito e não da situação complexa. No caso da avaliação, é essencial diferenciarmos competência e desempenho, pois revela graus de eficiência baseado em critérios estabelecidos. Assim as habilidades devem ser desenvolvidas na busca das competências. Uma mesma habilidade pode contribuir para competências diferentes.

A interdisciplinaridade é outro nível de colaboração, em grau superior a multidisciplinaridade e ocorre quando durante o desenvolvimento de ação docente afim entre os especialistas de distintas disciplinas se estabelece transferência de conhecimentos, habilidades, propósitos, instrumentos e tarefas. Serve como um modelo de elo no marco da preservação das particularidades de cada especialidade.

A avaliação é uma tarefa didática necessária e permanente do trabalho docente, que deve acompanhar passo a passo o processo de ensino e aprendizagem. Através dela os resultados que vão sendo obtidos no decorrer do trabalho conjunto do professor e dos alunos são comparados com os objetivos propostos a fim de constatar progressos, dificuldades, e reorientar o trabalho para as correções necessárias (LIBANEO, 1994, p.195).

Considerando a reflexão acima, a avaliação do processo de ensino e aprendizagem no Curso de Bacharelado em Direito orienta que, o planejamento de cada disciplina possua um Plano de Ensino elaborado pelo respectivo professor ou grupo de professores, que o mesmo seja aprovado pelo NDE do curso e comunicado ao discente no início de cada período letivo.

Na elaboração do Plano de Ensino será tomado como ponto de partida o perfil do profissional que se deseja formar e, no mesmo estarão delineados a ementa, objetivos, conteúdo programático, metodologia, critérios de avaliação e a bibliografia básica e complementar de cada disciplina.

Referente aos critérios de avaliação, a apuração do rendimento escolar é feita por disciplina ou componente curricular, conforme as atividades

desenvolvidas, abrangendo os aspectos de frequência e aproveitamento.

Poderão ser atribuídas pelo docente, notas ao aluno em função da sua assiduidade, pontualidade, interesse, empenho, participação, realização de exercícios, participação em seminários, pesquisas, chamadas orais, avaliações parciais e bimestrais e quaisquer outros processos de aferição que se mostrarem pertinentes.

A avaliação do desempenho escolar tem como base o aproveitamento escolar e a frequência às aulas, sendo vedado o abono de faltas, salvo os casos previstos em Lei.

A avaliação de desempenho acadêmico no Curso de Direito da FAIPE considera que a avaliação deve:

- a) Constituir-se em processo contínuo e sistemático, de natureza diagnóstica formativa, que possa realimentar permanentemente o processo educativo em seus objetivos, conteúdos programáticos e procedimentos de ensino;
- b) Utilizar-se de procedimentos, estratégias e instrumentos diferenciados, articulados de forma coerente com a natureza da disciplina e com os domínios de aprendizagem desenvolvidos no processo de ensino;
- c) Manter coerência entre as propostas curriculares, o plano de ensino desenvolvido pelo professor e o próprio processo de avaliação do desempenho e rendimento escolar do aluno;
- d) Constituir-se em referencial de análise do rendimento do aluno, do desempenho da disciplina e do curso, possibilitando intervenção pedagógico-administrativa em diferentes níveis, do professor, do próprio aluno, da Coordenadoria de Curso e a Direção Acadêmica e Geral da FAIPE, com vistas a assegurar a qualidade da formação do profissional e do cidadão;
- e) Constituir-se num processo que tem como significância os conhecimentos conceituais, procedimentais e específicos do Direito e os advindos das Ciências Afins, sempre orientados por valores morais, sociais e estéticos.

A avaliação de desempenho acadêmico integra o processo de ensino e aprendizagem como um todo articulado, incidindo sobre a frequência e o aproveitamento do aluno nas atividades curriculares e de ensino de cada disciplina.

São atividades curriculares de ensino as preleções, pesquisa, exercícios, arguições, trabalhos práticos, seminários, excursões, estágios, provas escritas e orais, monografia, previstas nos planos de ensino, apreciados pelo Colegiado de Curso.

O aproveitamento do desempenho do aluno é avaliado mediante verificações parciais e verificação final expressas em notas de zero (0) a dez

(10), permitindo-se apenas um (01) decimal.

A verificação do processo ensino–aprendizagem faz-se, em cada disciplina, considerando os seguintes aspectos:

- a) Desenvolvimento de capacidades cognitivas e habilidades específicas;
- b) Assimilação progressiva de conhecimento;
- c) Trabalho individual em atividades curriculares de estudo e de aplicação de conhecimento.

Ao conjunto desses aspectos verificados no semestre letivo ou período especial correspondem as seguintes notas:

- a) Nota de Verificação Parcial (NVP);
- b) Nota de Verificação Final (NVF);
- c) Nota Final (NF).

A Nota de Verificação Parcial (NVP) é atribuída, obrigatoriamente, como resultado da verificação do aproveitamento do aluno ocorrido na disciplina em até dois períodos distintos, no semestre letivo, de acordo com o plano de ensino apreciado pelo Colegiado de Curso.

A nota de Verificação Final (NVF) é atribuída, como resultado da avaliação síntese do aproveitamento do aluno referente ao conteúdo programático global da disciplina.

A Nota Final (NF) corresponde à média aritmética simples das Notas de Verificação Parcial (NVP) e de Verificação Final (NVF).

Será dispensado de possuir nota de Verificação Final (NVF) o aluno que obtiver como resultado da Nota de Verificação Parcial (NVP) de cada disciplina, valor maior ou igual a 7,0 (sete), caso em que a média aritmética da Nota de Verificação Parcial (NVP) corresponderá a sua Nota Final (NF) da disciplina.

O aluno que tendo obtido Nota de Verificação Parcial (NVP) no período regular inferior a quatro (4), ficará impedido de se submeter à Avaliação Final e está automaticamente reprovado na disciplina considerada.

Cabe ao docente a atribuição de notas de avaliação e responsabilidade do controle de frequência dos alunos, devendo o Coordenador de Curso supervisionar o controle dessa obrigação, intervindo em caso de omissão.

Atendida a frequência mínima de setenta e cinco por cento (75%) às aulas e demais atividades curriculares, o aluno é aprovado com média final

de aproveitamento não inferior a cinco (5).

É atribuída nota zero (0) ao aluno que usar meios ilícitos ou não autorizados pelo professor quando da elaboração de trabalhos de verificação parciais, provas, ou qualquer outra atividade que resulte na avaliação de conhecimento, por atribuições de notas, sem prejuízo de aplicação de sanções previstas no regimento interno da FAIPE.

As notas correspondentes à Nota Final, em disciplinas cursadas sem aproveitamento, serão substituídas no histórico escolar do aluno, quando cursadas novamente com aprovação.

O aluno que deixar de comparecer às avaliações de aproveitamento, nas datas fixadas, poderá requerer, na Secretaria Acadêmica, segunda chamada por disciplina, no prazo máximo de três (3) dias úteis a contar da data de suas realizações, segundo as normas estabelecidas pelo CONSUP.

É garantido ao aluno o direito a pedido de reconsideração e revisão das notas atribuídas pelo professor da disciplina ao seu desempenho escolar, de acordo com a regulamentação do CONSUP.

É considerado aprovado o aluno que:

- a) **Obtiver frequência mínima de setenta e cinco por cento (75%) das aulas e demais atividades programadas, em cada disciplina;**
- b) **Obtiver, na nota final da disciplina, nota igual ou superior a cinco (5), na escala de zero (0) a dez (10).**

É promovido ao semestre seguinte o aluno aprovado em todas as disciplinas cursadas no semestre. Admite-se, ainda, a promoção com dependência de, no máximo, duas disciplinas por semestre, não cumulativas.

Os alunos que tenham extraordinário aproveitamento nos estudos, demonstrado por meio de provas e outros instrumentos de avaliação específicos, aplicados por banca examinadora especial, poderão ter abreviada a duração dos seus cursos, de acordo com as normas do sistema de ensino (Art 47, §2º, LDB).

O aluno reprovado em mais de duas (2) disciplinas no semestre poderá cursar apenas as disciplinas objeto da reprovação e ter reconhecido o aproveitamento das disciplinas com aprovação.

12. SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO PROJETO DO CURSO

O Sistema de Avaliação de Cursos nos remete ao SINAES, que em sua proposta pretende a análise diagnóstica, a reformulação das políticas de avaliação e regulação, a valorização das Instituições de Educação Superior, a afirmação do papel do Estado na melhoria da qualidade da educação superior.

Esse sistema evoca para si a função de articular de forma coerente, concepções, objetivos, metodologias, agentes da comunidade acadêmica e de instâncias do Governo. O SINAES articula também, duas dimensões: a avaliação educativa propriamente dita, de natureza formativa, voltada para aumentar a qualidade e as capacidades de emancipação e a regulação.

A FAIPE em seu Projeto Institucional definiu a realidade regional como meta e essa opção vem possibilitando a ela um trabalho permanente de busca para aperfeiçoamento de suas atividades, através de avaliações e oportunidade de rever e propor novas ações.

O Projeto Institucional compromete-se com o desenvolvimento científico, tecnológico, educacional, com as necessidades da população e com as características que o meio social complexo hoje lhe impõe.

Nessa perspectiva, a Avaliação Institucional é para a FAIPE uma preocupação cujo objetivo consiste em auto avaliar-se para reorganizar-se e prestar contas a sociedade. Considerando a sua missão e atendendo ao que propõe o SINAES, todos os cursos da FAIPE são avaliados, sempre numa visão prospectiva de melhoria institucional.

Nesse contexto a Avaliação Institucional é, portanto, um processo de contínuo aperfeiçoamento do desempenho acadêmico e de compromisso com a sociedade, constituindo-se em ferramenta para o planejamento da gestão e do desenvolvimento da educação superior. A concepção de avaliação adotada apresenta um caráter pedagógico e sua função formativa deve ser entendida como parte constitutiva do desenvolvimento da Instituição.

Especificamente, no Curso de Direito a Autoavaliação estará contemplada no processo de Avaliação Institucional, delineado no Programa de Avaliação Institucional, que integra o Plano de Desenvolvimento

Institucional (PDI) da Faculdade.

O Programa foi elaborado para atender à Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, que institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) e cria a Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES) e a Comissão Própria de Avaliação (CPA) em cada IES do Sistema Federal de Ensino.

A estruturação do Programa foi orientado pela Portaria MEC nº 2.051, de 9/7/2004, e nos documentos Diretrizes para a Autoavaliação das Instituições e Orientações Gerais para o Roteiro da Autoavaliação das Instituições, editados pelo INEP.

A Autoavaliação do curso será gerenciada e desenvolvida pela Comissão Própria de Avaliação – CPA, constituída por membros designados pelo Diretor Geral, sendo a CPA parte integrante da Diretoria Geral.

Os resultados das avaliações serão publicados periodicamente, de acordo com o calendário aprovado pela Diretoria da Faculdade.

A CPA desenvolve suas atividades com apoio operacional da Diretoria e a participação dos membros da comunidade acadêmica (alunos, professores e pessoal técnico-administrativo), seus dirigentes e egressos. A CPA mantém estreita articulação com as Coordenações de Cursos, a fim de apoiar o processo interno de Autoavaliação de cada um.

A Comissão Própria de Avaliação tem como objetivo redimensionar metodologias, avaliar propostas e diretrizes, bem como registrar deficiências procurando aperfeiçoar o processo acadêmico e a qualidade dos serviços prestados à comunidade. Os resultados serão repassados à Coordenação do Curso com sugestões de melhoria apresentados no processo avaliativo.

A avaliação do curso compreende os aspectos curriculares (plano seriado semestral de oferta de disciplinas, duração das disciplinas e do curso, diretrizes curriculares), metodológicos, além do cumprimento da missão, da concepção, dos objetivos e do perfil profissional delineado.

São avaliados, ainda:

- O corpo docente (titulação, regime de trabalho, programas de capacitação e plano de carreira, incluindo procedimentos de recrutamento, seleção, admissão e promoção);
- O corpo discente (evasão, aproveitamento, frequência, participação, etc.);

- **Biblioteca (acervo: atualização e ampliação; hemeroteca: ampliação; recursos multimídia; informatização; acesso à internet etc.);**
 - Laboratórios (atualização tecnológica, ampliação do espaço físico, aumento dos equipamentos, política de uso, manutenção e conservação, etc);
 - Instalações físicas gerais (manutenção, conservação e ampliação);
 - Integração com a comunidade (programas de extensão e ações culturais, artísticas e desportivas).

A avaliação do Curso de Direito da FAIPE se dará por meio da utilização de diferentes instrumentos que buscam colher dados capazes de possibilitar a caracterização da situação, no que diz respeito ao Ensino Superior, em seus diferentes aspectos Institucionais.

Para a Autoavaliação e Avaliação Institucional do Projeto Pedagógico do Curso (PPC) e a sua implementação torna-se necessário a verificação quanto a:

- A formulação do PPC está adequada e em sintonia com as diretrizes estabelecidas para o Curso.
- Estabelecimento da proposta curricular a partir de informações sobre a realidade do contexto regional e nacional.
- O projeto será frequentemente discutido com seu colegiado.
- O perfil do egresso está estabelecido a partir de problemas e necessidades atuais e prospectivas detectados.
- Existe a integração entre ensino, iniciação científica e extensão.
- O Projeto prevê instâncias decisórias e suas atribuições para questões acadêmicas e administrativas.
- Viabiliza a participação do corpo docente e discente nas decisões e seus interesses.

Os alunos quando do seu ingresso no curso e durante todas as etapas do processo de aprendizagem estarão aptos a realizarem avaliação, objetivando diagnosticar as mudanças imperativas instituídas durante a formação e vivência universitária.

A Instituição realiza a cada ano letivo, a Avaliação Institucional que transcorre da seguinte forma: os alunos avaliarão os professores e funcionários e a própria Instituição; os professores farão sua Autoavaliação, a avaliação da Instituição e dos funcionários.

A avaliação requer a participação de todos os envolvidos, pois para o bom desenvolvimento do curso e andamento da Instituição é necessária a integração da comunidade acadêmica, atuando harmonicamente para a

consecução de nossos objetivos.

Nesse processo de avaliação a FAIPE dispõe de mecanismos de avaliação, através de um canal virtual de comunicação na página da Faculdade na internet. Existe também a realização de pesquisas específicas junto ao corpo discente e à comunidade. Toda essa proposta avaliativa visa colher informações sobre a contribuição da Faculdade para a melhoria do crescimento profissional, acesso ao mercado de trabalho e consequente melhoria do seu padrão de vida, tendo em vista, as especificidades das condições sociais dos alunos.

A Autoavaliação da Faculdade possibilita um momento único de reflexão da Instituição sobre os seus objetivos, seu planejamento, suas ações e resultados alcançados, bem como suas ações futuras de correção, aperfeiçoamento e inovações que contribuiram para o cumprimento de sua missão social de educação.

Os resultados da avaliação do projeto de curso serão amplamente divulgados e discutidos com toda a comunidade acadêmica da FAIPE.

13. PROGRAMA DE MONITORIA

A atividade de monitoria ou orientação acadêmica, no âmbito da educação, diz respeito ao acompanhamento próximo e à orientação sistemática de alunos e/ou grupos de alunos realizados por pessoas experientes na área de formação. O tutor presencial tem um papel relevante, pois, é por meio dele que se garante a inter- relação personalizada e contínua do estudante no sistema e se realiza a articulação necessária entre os elementos do processo e à consecução dos objetivos.

A monitoria na modalidade presencial que será operacionalizada nos cursos de graduação da FAIPE é de extrema importância para o êxito da proposta teórico/metodológica da IES e o sucesso da formação profissional dos estudantes brasileiros e, também, para ofertar suporte à proposta teórico/metodológica diferenciada da Faculdade, pautada na interdisciplinaridade/integração.

Esta atividade deve objetivar uma formação multidisciplinar que englobe o desenvolvimento de competências pessoais, profissionais e tecnológicas que vão além dos conhecimentos acadêmicos especializados. O tutor atua como mediador do processo de aprendizagem que ocorre entre os atores (professor-aluno e aluno-aluno), significando que “mais do que ensinar, trata-se de fazer aprender” (Perrenoud, 2000). Nesta perspectiva, o tutor precisa organizar e utilizar bem o seu tempo para oferecer atendimento e dar respostas aos problemas apresentados pelos alunos cuidando para que ele se integre ao curso, grupo de estudos, comunidade local por meio de atividades de inserção, de extensão, pesquisa e à Faculdade como um todo.

É papel de um monitor estimular a interação entre os pares, ser o responsável pelas ferramentas de avaliação, dar *feedback* sobre as atividades e dúvidas dos alunos, monitorar seu desenvolvimento e participação no ambiente virtual de aprendizagem, indicar livros (de bibliotecas normais e virtuais) e sites da internet incentivando a pesquisa e produção do conhecimento científico. Promover discussões baseadas nos objetivos do curso para ensinar novos conhecimentos, auxiliando na resolução de problemas, administrando conflitos e, se necessário abordar o aluno por

outros meios como telefone e *e-mail*.

O monitor deve envolver-se totalmente no processo de ensino/aprendizagem para que o aluno se sinta à vontade para questionar, perguntar, propor, discordar, concordar e participar de atividades interdisciplinares e tangenciais objetivando aprender, relacionar e buscar o conhecimento holístico dos assuntos tratados.

Os alunos que se destacarem no tocante aos conhecimentos, demonstrar habilidades e competências para trabalhar em disciplinas dos cursos da FAIPE poderá exercer as funções de monitoria.

O monitor deverá possuir/desenvolver habilidades básicas como uma boa comunicação, clara concepção de aprendizagem, dominar bem o conteúdo, demonstrar segurança no domínio dos conteúdos, auxiliar a construção de conhecimentos por meio de discussões, reflexões, intercâmbio de experiências e informações e sobretudo, comungar com os objetivos, métodos e avaliações da FAIPE.

No âmbito da FAIPE os monitores deverão trabalhar em conjunto com outros profissionais que se fizerem necessários ao atendimento do estudante.

a. Normas para Funcionamento do Programa de Monitoria
Os professores tutores do Programa de Monitoria devem:

- Fazer parte do quadro de carreira docente da FAIPE.
- Desenvolver as atividades de monitoria para qualquer aluno do curso de graduação da FAIPE.
- Desenvolver ações que facilitem o desempenho acadêmico e os objetivos propostos pelo programa.
- Orientar os alunos em seu desempenho acadêmico a fim de vencerem suas dificuldades com relação a competências e habilidades.
- Orientar os alunos/monitores e acompanhar as aulas e respectivas atividades.
- Orientar os alunos/monitores na elaboração e na aplicação de exercícios facilitadores da aprendizagem.
- Elaborar Plano de Ensino que contemple as necessidades de aprendizagem dos alunos.
- Elaborar o material necessário para as atividades.
- Esclarecer dúvidas sobre os conteúdos dos cursos.
- Verificar o desempenho e o cumprimento, pelos alunos/monitores, das atividades propostas.
- Elaborar, juntamente com os alunos-monitores, relatórios sobre o desenvolvimento das turmas.
- Participar de reuniões referentes ao Programa de Monitoria, quando convocados pela IES.

Os alunos/monitores do Programa de Monitoria devem:

- Estar devidamente matriculados em curso de graduação da FAIPE.
- Ter disponibilidade de horário para dedicar à monitoria.
- Ter habilidades e competências para monitoria da disciplina com a qual se propõe a trabalhar.
- Auxiliar os alunos na resolução de atividades, quando requisitados.
- Aplicar exercícios facilitadores.
- Proporcionar aos alunos de graduação todo apoio necessário para uma formação acadêmica de excelente nível.

- Participar de todas as atividades programadas pelos professores/tutores.
- Participar de todas as reuniões referentes ao Programa de Monitoria, inclusive quando convocados pela IES.

Os alunos dos cursos de graduação, atendidos pelo Programa de Monitoria devem:

- Estar devidamente matriculados em curso de graduação da FAIPE.
- Participar de todas as atividades propostas pelo Programa.
- Ter no mínimo 75% de frequência.

b. Avaliação do Programa

Semestralmente, haverá uma reunião geral com o objetivo de avaliar o Programa de Monitoria objetivando identificar seus aspectos positivos e negativos com vistas às reformulações que se fizerem necessárias. Ocorrerá, também, a avaliação de modo indireto, ou seja, por meio da relação entre controle de frequência e desempenho nas disciplinas regulares do Curso.

Caberá a CPA avaliar o Programa de Monitoria no âmbito da Instituição.

14. PROGRAMA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

As atividades de iniciação científica do Curso de Direito da Faculdade FAIPE tem como objetivo o desenvolvimento da investigação científica no âmbito institucional e no cenário científico regional e nacional.

Nesse sentido as atividades de ensino deverão estar vinculadas à pesquisa científica e para isso estimular os alunos à atividade criadora e de pesquisa, que serão desenvolvidas individual e coletivamente, dentro de uma determinada unidade curricular ou área, tornando-a veículo facilitador do despertar de vocações e aperfeiçoamento de habilidades.

O estímulo ao desenvolvimento do trabalho de investigação interdisciplinar e da iniciação científica à pesquisa é uma forma de enriquecimento da qualidade do trabalho desenvolvido pela comunidade acadêmica. Aos docentes cabe o papel de estimular e de dar o exemplo com a produção de textos e projetos científicos, priorizando a participação dos alunos. As normas e procedimentos para o trabalho científico de docentes e de discentes estão explicitadas no Programa de Iniciação Científica, de forma a permitir ao professor disponibilidade para a atividade criadora.

As atividades de Iniciação Científica distinguem essencialmente as tarefas formadoras dos alunos do curso por dizerem respeito à pesquisa.

O trabalho de Iniciação Científica a ser realizada no Curso de Direito será de natureza extracurricular e visa contribuir para o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo, da ciência e da tecnologia, para a criação e difusão da cultura e, portanto, para o entendimento do homem e do meio em que vive.

Serão contempladas nas atividades científicas a realização de levantamentos na área de Educação das Relações Étnico raciais, de Ensino de História e Cultura Afro- Brasileira e Indígena e a Educação para os Direitos Humanos. Participam do programa professores e alunos do curso. As atividades de extensão e de ensino proporcionarão oportunidades para que o aluno seja iniciado nas atividades científicas com o proposito de, gradualmente, caminhar para a pesquisa.

O Programa de Iniciação Científica possui Regulamento Próprio.

15. TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO NO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM

A FAIPE adota como práticas pedagógicas inovadoras a utilização das Tecnologias de Informação e Comunicação para o desenvolvimento e o processo de avaliação das competências de trabalho exercendo-as com autonomia, já que os alunos podem dispor de uma enorme variedade de ferramentas de investigação.

Se é verdade que nenhuma tecnologia poderá jamais transformar a realidade do sistema educativo, as Tecnologias de Informação e Comunicação trazem dentro de si uma nova possibilidade: a de poder confiar realmente a todos os alunos a responsabilidade das suas aprendizagens. (Carrier, J.P.; 1998).

Os modelos de Tecnologias de Informação e Comunicação como práticas pedagógicas tendo como espaço o ambiente da Faculdade poderão produzir:

- Um acesso à informação com rapidez e facilidade;
- Uma prática de confrontação, verificação, organização, seleção e estruturação, já que as informações não estão apenas numa fonte. As inúmeras informações disponíveis não significarão nada se o utilizador não for capaz de verificá-las e de confrontá-las para depois realizar as suas escolhas. Acredita-se que a escolha de informações sem limite pode muito bem provocar apenas uma simples acumulação de saberes.
- O desenvolvimento das competências de análise e de reflexão;
- A abertura ao mundo e disponibilidade para conhecer e compreender outras culturas;
- A organização do seu pensamento;
- O trabalho em simultâneo com um ou mais indivíduos situados em diferentes pontos.

No processo de ensino aprendizagem os alunos contam também com sistemas informatizados instalados no laboratório de informática que permitem a visualização prática dos processos do Direito.

Na relação entre docente/discente, a Faculdade possui um Portal Acadêmico em que o professor pode realizar o lançamento das suas atividades, acompanhar e controlar a vida académica de seus alunos. O portal disponibiliza aos docentes o acesso as suas turmas para lançamento de notas, presenças, faltas, conteúdos, planos de ensino, etc. E o aluno

efetua esse acompanhamento, tendo conhecimento com transparência de sua vida acadêmica na Faculdade.

A FAIPE adquiriu a Biblioteca Digital Saraiva para sua implantação, A Saraiva Educação surge com a missão de levar esse selo de qualidade para soluções e conteúdos digitais, para isso, desenvolvemos parcerias com instituições para garantir que alunos e professores tenham acesso a uma educação de qualidade. Com Qualidade editorial centenária e um total aproximado de 2.600 títulos, a Biblioteca Digital Saraiva foi introduzida para garantir que estudantes e e professores tenham um conteúdo robusto de célebres e renomados autores, além de Atualização constante de novas edições e lançamentos de títulos.

Na relação ensino/aprendizagem, o Portal Acadêmico permite a abertura de fóruns de discussão, distribuição de tarefa e trabalhos, recepção das tarefas e trabalhos, criação de enquetes, disponibilização de *links* significativos e relevantes, dos materiais específicos das aulas, entre outros.

A FAIPE compreende que as Tecnologias de Informação e Comunicação para terem bom desempenho no processo acadêmico precisam ser propostas de modo claro, evidenciado através de um conjunto de ações que devem ser executadas para atingir os seus objetivos, considerando o contexto em que devem ser implementadas, porque são ações e atitudes interligadas devendo, dessa forma, serem planejadas em conjunto.

A primeira ação é relacionada à infraestrutura institucional, em especial a implantação dos laboratórios de informática conectados em banda larga; a segunda ação diz respeito ao Programa de Capacitação de Professores para uso das TICs na Educação, como o incentivo a produção de materiais didáticos relevantes para o processo de ensino/aprendizagem; o terceiro requisito está relacionado a oferta de conteúdos educacionais e de ferramentas de interação e comunicação aos professores e alunos em um ambiente de convergência entre as diversas mídias. Entende, também, que as elaborações de atividades provocadoras de aprendizagem devem despertar no aluno o interesse pelo tema abordado nas atividades de aprendizagem presenciais e/ou não presenciais. Para tanto, é preciso assegurar condições necessárias para qualificação e educação continuada de todos.

A Instituição considera também de relevância a utilização de recursos

tecnológicos que se constituem em recursos multimídias, isto é, imagens, gráficos, animação, áudio, texto (áudio-book, vídeo-aula), simulação e ilustrações.

Essas estratégias estão sendo introduzidas gradativamente na Instituição/Curso, pois exigem preparo dos professores para que as mesmas tenham em sua aplicação o cuidado com o desenvolver tarefas mentais que possam contribuir para que o estudante seja estimulado a utilizar suas funções intelectivas.

Hoje o desempenho competente em qualquer profissão exige o conhecimento e a prática de instrumental tecnológico e de multimeios. O funcionamento de uma Instituição de Ensino Superior pressupõe a disponibilidade desses recursos e a presença de operadores capazes de propiciar uma gestão eficiente dos mesmos e de ensinar como utilizá-los, segundo os programas e objetivos propostos no projeto de cada curso.

Os recursos tecnológicos e de multimeios devem funcionar, também, como vias de integração da Faculdade com a comunidade, mediante atividades complementares, de extensão e de serviços, de caráter interdisciplinar, inclusive como forma de conhecer melhor o mercado de trabalho. Esses recursos disponibilizados pela Instituição têm por finalidade aperfeiçoar o ambiente tecnológico, reestruturando os recursos atualmente disponíveis e indicando novas formas de atuação.

A utilização da Internet é gratuita e ilimitada para professores e todos os estudantes da FAIPE, por meio de rede wi-fi.

16. FORMAS DE ACESSO AO CURSO

O acesso dos alunos ao Curso de Bacharelado em Direito da FAIPE poderá ocorrer através de processo seletivo ou através do aproveitamento de estudos.

O processo seletivo destinar-se-á a avaliar a formação recebida pelos candidatos que tenham concluído o ensino médio ou equivalente e a classificá-los dentro do estrito limite das vagas oferecidas.

As inscrições para processo seletivo serão abertas em edital, do qual constará o curso oferecido com as respectivas vagas, os prazos de inscrição, a documentação exigida para a inscrição, a relação das provas, os critérios de classificação e demais informações úteis.

O processo seletivo abrangerá conhecimentos comuns às diversas formas de escolaridade do ensino médio, sem ultrapassar este nível de complexidade, a serem avaliados em provas, na forma disciplinada pelo Conselho Superior da FAIPE.

A classificação será feita pela ordem decrescente dos resultados obtidos, sem ultrapassar o limite de vagas fixado, excluídos os candidatos que não obtiverem os níveis mínimos estabelecidos pelo Conselho Superior da FAIPE.

A classificação obtida será válida para a matrícula no período letivo para o qual se realiza a seleção, tornando-se nulos seus efeitos se o candidato classificado deixar de requerê-la ou, em o fazendo, não apresentar a documentação regimental completa, dentro dos prazos fixados.

Na hipótese de restarem vagas poderá ser realizado novo processo seletivo, por aproveitamento de estudos, quais sejam:

- a) Portadores de diploma de curso superior que desejam obter novo título.
- b) Candidato aprovado no Exame Nacional do Ensino Médio - ENEM.
- c) Transferência de aluno de outra Instituição de Ensino Superior.
- d) Ingresso de ex-aluno que abandonou o curso ou cancelou sua matrícula, nos termos do Regimento.
- e) Transferência interna.
- f) Transferências *ex officio* na forma da Legislação em vigor.

Quando realizada a matrícula do aluno aprovado no processo seletivo este receberá o Manual Acadêmico no qual constam todas as informações necessárias para a integração do aluno no espaço acadêmico e para o

gerenciamento de sua vida acadêmica.

17. APOIO AO DISCENTE

A Faculdade FAIPE disponibiliza estrutura de suporte institucional aos discentes a fim de possibilitar-lhes formação de qualidade nas dimensões técnico-científica, sócio-político-cultural e pedagógica.

Através do Apoio ao Discente, procura identificar dificuldades de aprendizagem, relacionamento, profissionais e financeiras, além de situações de conflito em sala de aula entre discentes e destes com docentes, a fim de realizar ações para apoio e solução das mesmas.

Assim, o Apoio ao Discente na FAIPE, tem como objetivo promover e acompanhar o aluno com vistas a proporcionar melhores condições de aprendizagem e desenvolvimento acadêmico e profissional.

A avaliação dos Programas de Apoio ao Discente será realizada pela CPA, visando diagnosticar sua eficiência e eficácia.

17.1 APOIO PSICOPEDAGÓGICO

O Núcleo de Acompanhamento Psicopedagógico (NAP) objetiva colaborar positiva e efetivamente para o desenvolvimento das competências e habilidades dos estudantes, por meio da melhora do seu desempenho acadêmico e aquisição de bem-estar pessoal e social.

Sua função caracteriza-se pela necessidade de orientar e acompanhamento psicopedagógico aos estudantes no processo de aprender a aprender, com vistas à diminuição de eventuais dificuldades emocionais e psicopedagógicas, sendo orientado por regulamento.

São objetivos do Programa de Acompanhamento Psicopedagógico:

- Realizar atendimento psicopedagógico visando à tomada de consciência por parte do estudante de suas potencialidades, escolhas e atitudes;
- Facilitar o processo de crescimento do estudante objetivando a superação de suas dificuldades afetivas e de aprendizagem;
- Realizar intervenções breves e focais fazendo os encaminhamentos necessários;
- Guardar sigilo dos acompanhamentos realizados;
- Manter permanentemente contato com o corpo docente e coordenação para garantir *feedback* do acompanhamento;
- Informar a coordenação do curso sobre alunos que necessitem maior tempo de acompanhamento, bem como sobre aqueles que não

compareceram aos encontros programados;

- Veicular textos informativos que visem à compreensão sobre as questões afetivas ou psicopedagógicas objetivando uma ação preventiva;

- Ofertar serviço de orientação profissional que objetiva a identificação do perfil profissional dos alunos e o desenvolvimento de competências necessárias a sua atuação no mercado de trabalho;
- Desenvolver atividades que reforcem aspectos relacionados à cidadania, ética, profissionalismo, compromisso, motivação e autoestima;
- Divulgar o Programa de Acompanhamento Psicopedagógico por meios comunicativos, como: folders, cartazes e outros, como mais uma alternativa de crescimento pessoal e acadêmico ao estudante.

O Núcleo de Atendimento Psicopedagógico é apoiado pela

Coordenação de Curso, em conjunto com o corpo técnico-administrativo e corpo docente, atua no sentido de identificar situações e propor soluções de problemas que possam interferir no desempenho dos alunos. Assim, através de sua estrutura administrativa-acadêmica a FAIPE busca garantir o atendimento aos discentes no desenvolvimento de diversos programas articulados aos Projetos Pedagógicos, que visam o desenvolvimento acadêmico dos mesmos.

O programa realizará acompanhamento na forma de intervenções breves e sistematizadas, estando disponível para atendimento psicopedagógico ao estudante que solicitá-lo espontaneamente ou por encaminhamento dos docentes ou da coordenação.

17.2. PROGRAMA DE BOLSAS

Com a finalidade de assegurar a permanência e o bom rendimento escolar de alunos com potencial, mas que apresentam dificuldades econômicas, a Mantenedora concede bolsas de estudo para seus alunos. A bolsa prevê a dispensa do pagamento das mensalidades e cada caso será analisado por uma comissão a ser composta por professores e alunos. Este assunto é discutido com bastante cautela, para que nenhum aluno talentoso fique sem estudar por falta de recursos financeiros.

Esta experiência de concessão de bolsas de estudos para alunos carentes visa não somente responder ao compromisso social da FAIPE. O programa de bolsa social para discentes carentes com 10% das vagas de cada processo seletivo. A concessão da bolsa obedece a critérios definidos no regimento geral de bolsas da IES. A FAIPE oferece bolsas parciais e integrais.

Aos alunos não contemplados com Bolsa de Estudo, a faculdade

oferece descontos que chegam a 50% para pagamentos até quinto dia de cada mês. Após esta data, há uma perda gradual do desconto concedido e, para pagamentos após dia 20 de cada mês o valor da mensalidade, o pagamento é integral, sem descontos.

17.3.BOLSAS-TRABALHO

A Faculdade FAIPE busca estabelecer outro programa, o qual visará a implementação da Bolsa-Trabalho, em convênios com instituições públicas e privadas do Estado de Mato Grosso e, em especial, do Município de Cuiabá e da região.

A Bolsa-Trabalho tem como principal objetivo promover a aproximação entre as empresas e instituições, que visem o repasse de suas experiências a estudantes que estão ingressando no mercado de trabalho, seja ele público ou privado. Cria-se assim, uma simbiose positiva entre as partes: do lado da empresa, a contratação de um profissional sem os vícios inerentes aos profissionais de carreira e por um custo menor; e, sob a ótica do estudante, o aprendizado e a utilização na prática dos conhecimentos adquiridos na instituição de ensino, bem ainda a possibilidade de, ao concluir o curso superior, já possuir seu posto de trabalho garantido.

17.4.PROGRAMA FIES

A FAIPE está credenciada a ofertar o Financiamento Estudantil – FIES – que é um programa do Ministério da Educação destinado a financiar a graduação na educação superior de estudantes matriculados em instituições não gratuitas. Podem recorrer ao financiamento os estudantes matriculados em cursos superiores.

17.5.PROGRAMA PROUNI

A Faculdade FAIPE está credenciada para ofertar o Programa PROUNI.

17.6.MECANISMOS DE NIVELAMENTO

Os mecanismos de acompanhamento aos discentes emergem das reuniões pedagógicas entre o Corpo Docente, Coordenação de Curso e Colegiado de Curso, os quais, em conjunto, definem estratégias de trabalho, como a autorização de aulas extras para nivelamento, após verificação das deficiências das turmas recém ingressas, com o objetivo de permitir melhor rendimento do corpo discente em relação ao cumprimento dos conteúdos técnicos, administrados ao longo do primeiro ano letivo do curso. Também podem ser oferecidas disciplinas de ajustes e nivelamento, de conteúdo básico, relativas às áreas de interesse do curso, a fim de suprir algum tipo de deficiência ou carência em sua formação anterior. Tais disciplinas não possuirão caráter obrigatório nem contarão crédito, apenas terão o intuito de contribuir para a aprendizagem dos estudantes no escopo das disciplinas regulares.

17.7.ATENDIMENTO EXTRACLASSE

O atendimento extraclasse aos alunos será realizado pelo Coordenador de Curso, pelos professores em regime de trabalho em tempo integral e

tempo parcial, com jornada semanal específica para essa finalidade.

17.8. ACOMPANHAMENTO DOS EGRESSOS

A FAIPE institucionalizou o Programa de Acompanhamento de Egressos, por meio do cadastro dos futuros ex-alunos (no caso específico de Direito), a fim de definir seu perfil profissiográfico e mantê-los informados sobre eventos científicos, como congressos, palestras e outros, promovendo a atualização de sua formação. Ao mesmo tempo, os egressos poderão, por meio do Questionário de Autoavaliação Institucional, expressar as possíveis carências ou qualidades nos vários setores da infraestrutura da Instituição, o que muito contribuirá para a expansão de seu ensino.

Da mesma forma, a FAIPE pretende institucionalizar o Programa de Acompanhamento de Egressos, por meio do cadastro dos futuros ex-alunos, a fim de definir seu perfil profissiográfico.

17.9. PROTEÇÃO DOS DIREITOS DA PESSOA COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA

A Faculdade FAIPE, em caso de necessidade, prevê a Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, em conformidade com o disposto na Lei 12.764 de 27 de dezembro de 2012.

17.10. CONDIÇÕES DE ACESSIBILIDADE

POLÍTICAS E PLANOS DE ATENDIMENTO AOS PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS OU COM MOBILIDADE REDUZIDA

As condições de acesso aos portadores de necessidades especiais, no prédio onde funciona a FAIPE são suficientes, pois possui elevador e sanitários adaptados.

Em atendimento as necessidades de acessibilidade a Faculdade estruturou suas instalações de modo a disponibilizar maior conforto e comodidade as pessoas com necessidades especiais.

Em relação às políticas voltadas para este público, a Faculdade pretende incentivar o desenvolvimento de projetos que envolvam a discussão de temas e tomadas de decisões, estendendo isto à comunidade, através de ações abrangendo a sua responsabilidade social.

Atento ao disposto na Portaria nº 3.284, de 7 de novembro de 2003, sobre os requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências

físicas às dependências de IES, a FAIPE determinou políticas que reconhecem as necessidades diversas dos alunos, acomodando os estilos e ritmos de aprendizagem e assegurando uma educação de qualidade a todos, por meio de metodologias de ensino apropriadas, arranjos organizacionais, uso de recursos diversificados e parceria com as organizações especializadas.

A FAIPE adota as seguintes políticas para os Portadores de Necessidades Especiais, conforme legislação em vigor.

ACESSIBILIDADE ÀS INSTALAÇÕES FÍSICAS, EQUIPAMENTOS E MOBILIÁRIOS

São as seguintes adaptações, normas e objetivos da Instituição com relação a este item, de acordo com cada público específico:

a) Para os alunos portadores de deficiência física:

- Livre circulação dos estudantes nos espaços de uso coletivo, com a eliminação de barreiras arquitetônicas assegurando o acesso aos espaços, para que o aluno possa interagir com a comunidade acadêmica;
- Lavabos, bebedouros e banheiros adaptados ao uso de portadores de deficiência física;
- Portas e banheiros com espaço suficiente para permitir o acesso de cadeira de rodas;
- Barras de apoio nas paredes dos banheiros;
- Elevador, facilitando a livre circulação de cadeira de rodas;
- Móveis que possam ser usados por deficientes físicos na praça de alimentação; e Vagas em estacionamentos nas proximidades da IES.

Sem prejuízo de acessibilidade às demais dependências da infraestrutura física, essas adaptações privilegiarão o acesso de deficientes à biblioteca, laboratório e espaços de convivência.

b) Para os alunos portadores de deficiência visual

A FAIPE irá disponibilizar conforme a necessidade e a legislação em vigor, sala de apoio, disponível do ingresso à conclusão do curso, contendo:

- Máquina de datilografia Braille;
- Impressora Braille acoplada a computador;
- Sistema de síntese de voz;
- Gravador e fotocopiadora que amplie textos;
- Acervo bibliográfico em fitas de áudio;
- Software de ampliação de tela;
- Equipamento para ampliação de textos para atendimento a aluno com visão

subnormal;

- Lupas e régua de leitura;
- Scanner acoplado a computador;
- Acervo bibliográfico dos conteúdos básicos em Braille;
- Pessoal capacitado para prestar atendimento às pessoas com deficiência visual, mental e múltipla, bem como às pessoas idosas;
- Admissão de entrada e permanência de cão-guia ou cão-guia de acompanhamento junto de pessoa portadora de deficiência ou de treinador, mediante apresentação da carteira de vacina atualizada do animal;
- Auxílio de um leitor.

c) Para os alunos portadores de deficiência auditiva

A Faculdade oferecerá, caso seja solicitada e conforme a legislação em vigor, estrutura disponível do ingresso à conclusão do curso, contendo:

- Intérpretes da língua dos sinais, especialmente quando da realização de provas ou sua revisão, complementando a avaliação expressa em texto escrito ou quando não tenha expressado o real conhecimento do aluno;
- Flexibilidade na correção das provas escritas, valorizando-se o conteúdo semântico;
- Aprendizado da língua portuguesa, principalmente na modalidade escrita;
- Materiais de informações aos professores para que se esclareça a especificidade linguística dos surdos;

Para os professores, alunos, funcionários e empregados portadores de deficiência ou com mobilidade reduzida, a FAIPE pode proporcionar, além de ajudas técnicas, programa de capacitação para a educação inclusiva, constando, especialmente da oferta de:

- Informações sobre as características essenciais necessárias ao aprendizado dos portadores de necessidades especiais;
- Cursos, seminários ou eventos similares, ministrados por especialistas;
- Cursos para o entendimento da língua dos sinais, LIBRAS.

d) Para a comunidade, a oferta de:

- Campanhas de sensibilização e de motivação para a aceitação das diferenças;
- Parcerias com as corporações profissionais e com as entidades de classe com o objetivo de ações integradas Escola/Empresa/Sociedade Civil para o reconhecimento dos direitos dos portadores de necessidades sociais como Direitos Humanos Universais;
- Integração Escola/Empresa para a oferta de estágios profissionais, incluindo empregos permanentes, com adequadas condições de atuação para os portadores de necessidades especiais.

A organização de salas com recursos multifuncionais pode se constituir também espaço de promoção da acessibilidade curricular aos

alunos dos cursos, onde se realizem atividades da parte diversificada, como o uso e ensino de códigos, linguagens, tecnologias e outros aspectos complementares à escolarização, visando eliminar barreiras pedagógicas, físicas e de comunicação.

Nestas salas, os alunos podem ser atendidos individualmente ou em pequenos grupos, sendo que o número de alunos por professor no atendimento educacional especializado deve ser definido, levando-se em conta, fundamentalmente, o tipo de necessidade educacional que os alunos apresentam.

Nessas salas são exemplos de atividades educacionais especiais que podem ser desenvolvidas, conforme a necessidade:

- Língua Brasileira dos Sinais – LIBRAS, Tradução e interpretação de Libras, ensino de Língua Portuguesa para surdos;
- Sistema Braille; orientação e mobilidade, Soroban, escrita cursiva;
- Tecnologias Assistivas e Ajudas Técnicas;
- Atividades cognitivas que desenvolvam as funções mentais superiores;
- Enriquecimento e aprofundamento curricular;
- Atividades de vida autônoma e social.

18. POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL

O Projeto Pedagógico do Curso de Direito da Faculdade FAIPE está coerente com as Políticas de Educação Ambiental, Lei Nº 9.795, de 27 de abril de 1999 e Decreto Nº 4.281 de 25 de junho de 2002.

O Projeto Pedagógico do Curso orienta no texto do Regulamento das Atividades Complementares:

Compreendem-se ainda como Atividade Complementar atividades no âmbito técnico, cultural e de formação, pessoal e complementar. A atividade complementar que envolva estágio extracurricular deverá observar os requisitos legais, como convênios e seguros, estabelecidos pelo setor competente da Faculdade.

Especificamente, as atividades complementares consistem na participação dos alunos, individualmente ou em grupos, no desenvolvimento de projetos de desenvolvimento social e educacional, contemplando a Educação das Relações Étnico- Raciais e o Ensino de História e Cultura Afro- Brasileira e Indígena, a Educação em Direitos Humanos e as Políticas de Educação Ambientais sempre sob a supervisão de um professor orientador.

Essas ações incluem a realização, dentre outras, de atividades como: planejamento, organização e realização de seminários gratuitos e abertos à comunidade, organizados pelos alunos e custeados pela FAIPE, sobre temas de interesse coletivo, tais como prevenção do uso de drogas; prevenção de doenças sexualmente transmissíveis; ecologia e meio ambiente; responsabilidade social das empresas; ética, mecanismos de combate ao preconceito, história da formação do povo brasileiro, o papel do negro e do índio na formação da sociedade brasileira, valorização da cultura brasileira e nordestina, além da realização de cursos rápidos, workshops e consultoria empresarial coletiva voltada para o estímulo ao empreendedorismo e geração de renda junto a comunidades carentes. Participação em programas sociais ou afins, campanhas comunitárias, trote solidário e doação de sangue.

19. RESPONSABILIDADE SOCIAL

A Faculdade FAIPE em seu Projeto compromete-se a ser uma Instituição socialmente responsável. Assume em suas ações papel social diante das crescentes demandas sociais, ouvindo todos aqueles que são responsáveis por sua existência, sua manutenção e continuidade: alunos, docentes, funcionários e as comunidades direta ou indiretamente envolvidas pela sua *práxis* pedagógica.

A lei nº 10.861 de 14 de abril de 2004, (D.O.U. nº 72, 15/4/2004, seção 1, p. 3- 4), que institui os SINAES, considera que a Responsabilidade Social da Instituição, especialmente no que se refere à sua contribuição em relação à inclusão social, da saúde, do desenvolvimento econômico e social, à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural é um ato de coerência institucional frente aos desafios ambientais e sociais que a humanidade enfrenta hoje na contemporaneidade, e de respeito aos seus alunos. Trata-se de cumprir o seu compromisso de entregar o que foi prometido; de responder pelos efeitos provocados pelas ações que realiza; de manter coerência entre o que se está pensando, dizendo e fazendo; além de comprovar saber fazer a tarefa a que se propõe realizar.

O plano institucional busca em suas ações estratégias pedagógicas que valorizem na formação de seus alunos, atributos tais como autonomia, participação, solidariedade, empreendedorismo, responsabilidade com a vida comunitária, sensibilidade às demandas e necessidades de diferentes grupos, capacidade de criação e adaptação a novas situações, desenvolvimento de habilidades de autoaprendizagem, utilização ética de tecnologias e possibilidade de colaboração na melhoria da qualidade de vida global da comunidade (MELASSO, 2005), na busca da construção de uma sociedade sustentável, na qual a cidadania é um pressuposto básico.

Ao contemplar em sua proposta a Responsabilidade Social, a FAIPE amplia o seu compromisso para além da instrução, o que significa levar os estudantes a serem leitores do seu tempo usando seus saberes para agir edificadamente (DE SORDI, 2005). Propõe-se a transformá-los em protagonistas da sua história e construtores do seu tempo e detentores de atitudes mais conscientes, vigilante e crítica para atuarem na sociedade que

se insere, colaborando, modificando ou transformando-a.

Portanto, a inserção da Instituição no contexto da região onde está localizada, para ser significativo deve corresponder à realidade existente, atender às necessidades sociais que demandam a ação, visando a qualidade de vida, a formação de pessoas. É preciso que a Instituição se abra ao existente em uma atitude de coparticipação com entidades, organizações religiosas, governamentais e civis, setores produtivos, etc., para valer-se de informações, conhecerem a cultura da comunidade, nutrir-se de suas práticas, de suas histórias, da ciência, tecnologia e artes produzidas.

O trabalho de inserção no contexto da região é desenvolvido na FAIPE, através das atividades de ensino, da participação da vida em comunidade e na relação com atividade de extensão e pesquisa.

No entanto, isto não significa que as ações sejam limitadas a atender ou responder as necessidades detectadas. Essas necessidades são evidentemente consideradas mas, também, que as atividades desenvolvidas sejam tais que correspondam à meta de melhorar a qualidade de vida, colaborar com a formação das pessoas, disponibilizar conhecimentos e socializá-las na direção de efetuar aquela meta. Isto significa trocar informações e contribuições sempre na sintonia com a política explicitada pela FAIPE em sua proposta, com a dos órgãos governamentais e sociedades civis e religiosas, com a das forças produtivas, em um trabalho contínuo e dialético de intervenção e de cooperação da construção da realidade.

Tendo em vista a Responsabilidade Social assumida pela Instituição no papel de formação de pessoas, e, ao mesmo tempo, buscando atender às exigências de expansão e diversificação do ensino nos dias atuais, a FAIPE preocupa-se em realizar análise criteriosa da oferta de cursos a serem implantados oportunamente.

As ações desenvolvidas pela Faculdade voltadas para a Responsabilidade Social do ensino estão de acordo com as políticas institucionais. A coerência existente entre essas atividades e as políticas que as norteiam, expressam uma diretriz de ação acessível ao conhecimento da comunidade interna e externa.

Essas ações são desenvolvidas através dos seguintes meios:

- Promover levantamento de diagnósticos das necessidades mais prementes da região, para conhecimento e direcionamento dos demais projetos;
- Organização e desenvolvimento de projetos voltados para as necessidades na saúde locorregional e, especialmente junto aos portadores de necessidades especiais;
- Organização e desenvolvimento de projetos voltados para promover a inclusão digital;
- Organização e desenvolvimento de projetos e/ou eventos esportivos, de lazer e saúde que possam contribuir para a melhoria da população da região onde o curso se insere;
- Responsabilidade quanto à qualidade da formação dos seus alunos e dos serviços prestados junto à comunidade, sempre norteada pelos valores éticos;

- Estabelecimento de parcerias com organizações não governamentais, instituições públicas e privadas;
- Projetos juntos as comunidades carentes, com atendimentos específicos relacionados as competências e habilidades do curso.

A Responsabilidade Social que a Instituição propõe é mais do que simplesmente formar profissionais para o mercado ou realizar projetos. Está centrada em colaborar na formação de pessoas que tenham consciência do seu papel no contexto social e utilizem o seu potencial criativo na transformação da realidade em que estão inseridos, na busca do bem comum. Nesse sentido, a Responsabilidade Social de uma Instituição é formar cidadãos socialmente responsáveis, capazes de encontrar sintonia com as demandas da coletividade em que vivem e atuam, “com dignidade com os demais seres vivos” (ITACARAMBY, 2006).

Em suas relações com a comunidade a FAIPE tem como responsabilidade, entre outras: promover seminários e cursos de interesse da comunidade e da Instituição, seja por iniciativa própria ou em parceria e apoio com outras instituições; identificar na comunidade acadêmica e empresarial professores e outros profissionais que tenham potencial para prestar serviços relevantes à Instituição; identificar necessidades não satisfeitas no mercado e viabilizá-las em cursos de graduação, extensão e pós-graduação; atuar junto a escolas e entidades carentes, ministrando cursos sem qualquer remuneração financeira; e avaliar semestralmente seu próprio desempenho, principalmente dos seus cursos de graduação e pós-graduação, por meio do Plano de Autoavaliação Institucional.

Esse intercâmbio com a comunidade contribui para o desenvolvimento da região gerando mais empregos, capacitando profissionais para atender às necessidades das empresas e da comunidade em geral e formando cidadãos dotados de princípios éticos e responsabilidade social.

A Faculdade desenvolve também uma política de apoio aos alunos carentes, por meio do Programa de Bolsas de Estudo. Tem como objetivos: possibilitar, mediante recursos próprios, a concessão de Bolsas a alunos de comprovada carência socioeconômica, matriculados na Instituição, visando o incentivo aos estudos e possibilitando o ingresso na carreira profissional; e proporcionar ao aluno bolsista atividades que possibilitem o seu crescimento

pessoal e profissional, estimulando o desenvolvimento de competências e habilidades voltadas para o mundo do trabalho e da pesquisa.

Procedendo desta forma a FAIPE cumpre seu compromisso de estar contribuindo para a inclusão social e ao desenvolvimento econômico e social de Cuiabá e região circunvizinha.

20. POLÍTICAS DE DIREITOS HUMANOS

O Projeto Pedagógico do Curso de Bacharelado em Direito da Faculdade FAIPE está coerente com as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação em Direitos Humanos, conforme disposto no Parecer CNE/CP Nº 8, de 06/03/2012, que originou a resolução CNE/CP Nº 1. de 30/05/2012.

O Projeto Pedagógico do Curso orienta no texto das Atividades Complementares:

Compreendem-se ainda como Atividade Complementar atividades no âmbito técnico, cultural e de formação, pessoal e complementar. A atividade complementar que envolva estágio extracurricular deverá observar os requisitos legais, como convênios e seguros, estabelecidos pelo setor competente da Faculdade.

Especificamente, as atividades complementares consistem na participação dos alunos, individualmente ou em grupos, no desenvolvimento de projetos de desenvolvimento social e educacional, contemplando a Educação das Relações Étnico- Raciais e o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena, a Educação em Direitos Humanos e as Políticas de Educação Ambientais sempre sob a supervisão de um professor orientador.

Essas ações incluem a realização, dentre outras, de atividades como: planejamento, organização e realização de seminários gratuitos e abertos à comunidade, organizados pelos alunos e custeados pela FAIPE, sobre temas de interesse coletivo, tais como prevenção do uso de drogas; prevenção de doenças sexualmente transmissíveis; ecologia e meio ambiente; responsabilidade social das empresas; ética, mecanismos de combate ao preconceito, história da formação do povo brasileiro, o papel do negro e do índio na formação da sociedade brasileira, valorização da cultura brasileira e nordestina, além da realização de cursos rápidos, workshops e consultoria empresarial coletiva voltada para o estímulo ao empreendedorismo e geração de renda junto a comunidades carentes. Participação em programas sociais ou afins, campanhas comunitárias, trote solidário e doação de sangue.

21. RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS

O Projeto Pedagógico do Curso de Bacharelado em Direito da Faculdade FAIPE está coerente com as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena, nos termos da Lei Nº 9.394/96, com a redação dada pelas Leis Nº 10.639/2003 e Nº 11.645/2008 e da resolução CNE/CP Nº 1/2004, fundamentada no parecer CNE/CP Nº 3/2004.

O Projeto Pedagógico do Curso orienta no texto das Atividades Complementares:

Compreendem-se ainda como Atividade Complementar atividades no âmbito técnico, cultural e de formação, pessoal e complementar. A atividade complementar que envolva estágio extracurricular deverá observar os requisitos legais, como convênios e seguros, estabelecidos pelo setor competente da Faculdade.

Especificamente, as atividades complementares consistem na participação dos alunos, individualmente ou em grupos, no desenvolvimento de projetos de desenvolvimento social e educacional, contemplando a Educação das Relações Étnico-Raciais e o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena sempre sob a supervisão de um professor orientador.

Essas ações incluem a realização, dentre outras, de atividades como: planejamento, organização e realização de seminários gratuitos e abertos à comunidade, organizados pelos alunos e custeados pela FAIPE, sobre temas de interesse coletivo, tais como prevenção do uso de drogas; prevenção de doenças sexualmente transmissíveis; ecologia e meio ambiente; responsabilidade social das empresas; ética, mecanismos de combate ao preconceito, história da formação do povo brasileiro, o papel do negro e do índio na formação da sociedade brasileira, valorização da cultura brasileira e nordestina, além da realização de cursos rápidos, workshops e consultoria empresarial coletiva voltada para o estímulo ao empreendedorismo e geração de renda junto a comunidades carentes. Participação em programas sociais ou afins, campanhas comunitárias, trote solidário e doação de sangue.

22. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRÉ, Marli E. D. A; LUDKE, Menga. (1986). **Pesquisa em Educação: Abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU.

BALARINE Oscar; LEITE Denise B. (1998). Avaliação Institucional das Instituições: quantificação de impactos e mudanças associados”.

Avaliação: Rede de Avaliação Institucional da Educação Superior –

RAIES. Campinas, v. 3, n. 4, dez. p. 51-62.

BELLONI, Isaura. (1998). **A função social da avaliação institucional**. Avaliação: Rede de Avaliação Institucional da Educação Superior – RAIES. Campinas, v.3, n.4, dez. p.37-50.

BRASIL. INEP. **Orientações gerais para o roteiro de auto-avaliação das instituições**. Brasília: Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES), 2004.

BRASIL. Ministério da Educação. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº 9.394 de 20/12/1996. Brasília: MEC, 1996.

BRASIL. REGULAMENTO DA LEI Nº 4.769, de 9 de setembro de 1965, que regula o exercício da profissão de técnico de administração.

Brasília – DF, 1965.

BRASIL. Ministério da Educação. Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004. Brasília – DF: 2004.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Resolução CNE/CES No 2/2007 – Dispõe sobre carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial.

CAMARGO, D. **As emoções no processo de aprendizagem**. Tese de Doutorado, programa de pós-graduação - psicologia social. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica, 1997.

CARRIER, J.-P. **“S’informer et communiquer”**, Vers l’Education Nouvelle, 1998, nº 487, 7-10.

Faculdade FAIPE. **Plano de Desenvolvimento Institucional**. Cuiabá – MT: 2023.

OLIVEIRA, Vilma Q. Sampaio F. P. de. (Org.) **O sentido das competências no projeto político pedagógico**. Natal: EDUFRRN, 2002. v.3.

PERRENOUD, Philippe. Ensinar: agir na urgência, decidir na incerteza. Porto Alegre: Artmed, 2001.

PRIGOGINE, I. **O fim das certezas: tempo ciência e as leis da natureza**. São Paulo: Unesp, 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. **O sistema nacional de avaliação da Educação superior (SINAES)**. Brasília: INEP, 2003.

CONTRERAS, Cristina. **Modelos de evaluación de la calidad de la Educación Superior. In: Avaliação: Rede de Avaliação Institucional da Educação Superior – RAIES.** Campinas, v.5, n.1, mar. p.07-18.

CONTRERAS, Jose. **A autonomia dos professores.** São Paulo: Cortez, 2002.

CUNHA, Luiz. A. (1997). **Nova Reforma do Ensino Superior: a lógica reconstruída.** In: Cadernos de Pesquisa. São Paulo - Fundação Carlos Chagas, n.101, jul, p.20-49.

LAFOURCADE, P. D **Planejamento, conducción y evaluación em la enseilanza superior.** Buenos Aires: Kapelus, 1974.

PALHARINI, Francisco A. (2001). **Tormento e paixão pelos caminhos do PAIUB.** Avaliação: Rede de Avaliação Institucional da Educação Superior – RAIES- Campinas, v.6, n.1, mar, p. 15-26.

UNESCO. Educação para todos 2000-2015. Acesso em 20 Jul. 2015.

Disponível em:

https://www.google.com.br/?gfe_rd=cr&ei=sgDNVazSN4WX8QeiwbzYDg&gws_rd=ssl# safe=active&q=unesco+relatorio